

**ANTÓNIO MIGUEL GODINHO DA CRUZ**

**REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO  
CASTELO DE S. JORGE: DO ESTADO NOVO À  
ACTUALIDADE**

Orientadora: Doutora Margarida Valla

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação**

**Lisboa**

**2013**

**ANTÓNIO MIGUEL GODINHO DA CRUZ**

**REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO  
CASTELO DE S. JORGE: DO ESTADO NOVO À  
ACTUALIDADE**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Margarida Valla

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação**

**Lisboa**

**2013**

## **Epígrafe**

Amanhã, hoje, será ontem.

Jorge, Virgolino, 2005, p.53.

## **Dedicatória**

Aos meus pais.

À Rita.

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Margarida Valla pela competência, disponibilidade e dedicação no acompanhamento e orientação desta dissertação.

A todas as pessoas que directa ou indirectamente me apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho.

## Resumo

O tema central da dissertação é a reabilitação do património arquitectónico, nomeadamente aferir a evolução do conceito de reabilitação ao longo dos tempos. O objectivo é analisar as várias intervenções e transformações arquitectónicas que foram sendo efectuadas ao longo dos anos ao Castelo de S. Jorge, desde o 'Estado Novo' até à actualidade, verificando se foram aplicados os conceitos de restauro em vigor.

Num mundo cada vez mais global que vai perdendo a sua individualidade e identidade, a reabilitação e conservação do património é de extrema importância pois intervém directamente na manutenção e fixação de aspectos memoriais e identitários, não só de uma civilização mas de toda a Humanidade.

Se este património cultural não for preservado como é que as gerações futuras o podem apreender como sendo delas? Daí que as políticas urbanísticas e arquitectónicas vão no sentido de intervir nos espaços arquitectónicos, conservando e valorizando o património aí existente de modo a torná-los espaços requalificados e funcionais, numa constante adaptação aos tempos, assegurando a sua relação com o meio envolvente e a sua consequente subsistência enquanto valor patrimonial.

Mas que metodologia/conceito se deve utilizar na reabilitação/requalificação de um objecto arquitectónico histórico?

## Palavras-Chave

Reabilitação / Restauro / Património / Identidade

**Abstract**

The aim of the thesis is the rehabilitation of the architectural heritage, emphasizing the evolution of the concept of rehabilitation over time.

The object of analysis is the São Jorge Castle, in Lisbon, through the several interventions and architectural transformations that have been made over the years since the 'Estado Novo' until the present date as well as checking if the restoration concepts in force were applied.

In an increasingly global world that is losing its individuality and identity, the rehabilitation and conservation of the architectural heritage is of utmost importance, for it is directly involved in maintaining and fixing memory and identity not only for a civilization but for all mankind.

If this cultural heritage has not been preserved as is, that future generations can learn to be one? This means that the architectural and urban planning policies must be directed towards intervening in architectural spaces by preserving and enhancing the heritage that exists there in order to make them functional spaces, in a constant adaptation to the times but ensuring its relationship with the environment and its consequent subsistence and value.

But which concept/methodology should be used in the rehabilitation/upgrading of an architectural history object?

**Keywords**

Rehabilitation / Restoration / Heritage/ Identity

**Abreviaturas, siglas e símbolos**

AGEMN - Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

BND – Biblioteca Nacional Digital

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CICL – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa

CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DRCLVT - Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa

EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

IBI – Internationales Burgentorschungs-Institut - Instituto Internacional para o Estudo dos Castelos

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios

ICOM - International Council of Museums – Conselho Internacional de Museus

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IMCIP - Instituto dos Museus e Conservação

IPA - Instituto Português de Arqueologia

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

MOP – Ministério das Obras Públicas

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PIC – Projecto Integrado do Castelo

POC - Plano Operacional da Cultura

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

UNESCO – United Nation Educational Scientific and Cultural Organization - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

## Índice Geral

<b>Introdução</b> .....	16
<b>I Reabilitação do património arquitectónico</b> .....	21
1.1. Antecedentes históricos.....	21
1.2. Correntes teóricas de intervenção no património monumental .....	23
1.3. Normas internacionais e organismos de defesa do património .....	27
1.3.1. Cartas Patrimoniais .....	27
1.3.2. Organismos internacionais e normas principais.....	30
1.4. Restauro e conservação em Portugal.....	35
1.4.1. História e metodologia da DGEMN .....	38
1.4.2. Novos organismos de protecção patrimonial .....	43
<b>II O Castelo de S. Jorge</b> .....	45
2.1. Contextualização histórica .....	45
2.2. Caracterização arquitectónica do Castelo de S. Jorge.....	52
<b>III Intervenções de restauro e conservação no Castelo de S. Jorge</b> .....	62
3.1. Reintegração do monumento – DGEMN- 1938-40.....	62
3.1.1. Caracterização do Castelo de S. Jorge antes da intervenção.....	64
3.1.2. Caracterização da intervenção .....	69
3.2. Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952 / Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980.....	75
3.3. Projecto Integrado do Castelo – PIC - 1995 -.....	77
3.4. Núcleo Museológico do Castelo – 2008 / Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 – 2010.....	88
<b>Conclusão</b> .....	92
<b>Bibliografia</b> .....	99
<b>Glossário</b> .....	106
<b>Apêndices</b> .....	I
<b>Anexos</b> .....	XXXIX

## Índice de Figuras

Fig. 1 - Castelo de S. Jorge em 1520 - Pintura de António de Holanda (AML).....	47
Fig. 2 - Castelo de S. Jorge em 1593 - Gravura de G. Braunio - Séc. XVI (SIPA).....	47
Fig. 3 - Castelo de S. Jorge em 1619 – Desenho de Domingos Vieira (AML).....	47
Fig. 4 - Castelo de S. Jorge antes do terramoto – Zuzarte - 1787 (SIPA).....	47
Fig. 5 - Desenho do Castelo e Fortaleza de Lisboa - Francisco de Holanda – 1571 (AML)..	48
Fig. 6 – Projecto para o Castelo de Lisboa de Nicolau de Langres - séc. XVII (BND).....	48
Fig. 7 - “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo em 1650” (SIPA).....	48
Fig. 8 - “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo anterior ao terramoto de 1755” – Planta de 1761 (SIPA).....	48
Fig. 9 – “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo em 1807” (Silva, 1937, p.19).....	49
Fig. 10 - Castelo de S. Jorge em 1825 (SIPA).....	49
Fig. 11 – “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo em 1893” (Silva, 1937, p.21).....	50
Fig. 12 - Castelo de S. Jorge em 1895 (Exército de Portugal).....	50
Fig. 13 – Zona Monumentalizada – Zona Civil (Autor).....	52
Fig. 14 – Antiga Cidadela ou Alcáçova de Lisboa (Autor).....	53
Fig. 15 – Castelejo ou Fortaleza (Autor).....	54
Fig. 16 - Barbacã Nascente (Autor).....	55
Fig. 17 - Ponte de acesso/Porta de Entrada/ Barbacã Sul/Torre de Ulisses (Autor).....	55
Fig. 18 - Barbacã Sul/Torre do Paço (Autor).....	55
Fig. 19 – Ângulo Sudeste da Barbacã/Torre do Observatório (Autor).....	55
Fig. 20 - Torre do Observatório (Autor).....	56
Fig. 21 – Pátio Oriental/Torre Central/Muralha Interior/Porta de Ligação (Autor).....	56
Fig. 22 - Torre de S. Lourenço e muralha (Autor).....	56
Fig. 23 - Eirado da Torre da Cisterna (Autor).....	56
Fig. 24 – Antigo Paço Real da Alcáçova - Núcleo Museológico / Restaurante Casa do Leão (Autor).....	57
Fig. 25 - Núcleo Museológico - Sala da Cisterna (Autor).....	57
Fig. 26 – Praça de Armas (Autor).....	58
Fig. 27 – Praça de Armas/Estátua de D. Afonso Henriques (Autor).....	58
Fig. 28 – Praça Nova / Núcleo Arqueológico do Castelo (Autor).....	59
Fig. 29 - Praça Nova/Núcleo Arqueológico do Castelo (Autor).....	59
Fig. 30 – Passeio Panorâmico – Zona de Circulação (Autor).....	60
Fig. 31 – Passeio Panorâmico (Autor).....	60

Fig. 32 – Antiga Casa do Governador do Castelo – Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Caminho de Ronda (Autor).....	61
Fig. 33 - Antiga Casa do Governador (Autor).....	61
Fig. 34 - Área de intervenção (Autor).....	62
Fig. 35 Castelo de S. Jorge antes das obras – Vista aérea do Castelo “Edifícios do antigo quartel que encobriam grande parte das muralhas“ (DGEMN, 1941, 25-26).....	63
Fig. 36 - Castelo de S. Jorge depois das obras – “O mesmo conjunto do castelo, no seu estado actual [1940] “ (DGEMN, 1941, 25-26). ....	63
Fig. 37 – “O Castelo visto de S. Pedro de Alcântara antes da restauração” (DGEMN, 1941, 25-26). ....	63
Fig. 38 – “O Castelo, visto do mesmo local depois da restauração (DGEMN, 1941, 25-26). ....	63
Fig. 39 - Castelo de S. Jorge – “Conjunto exterior do lado Nascente antes das obras“ (DGEMN, 1941, 25-26). ....	64
Fig. 40- Castelo de S. Jorge – “O mesmo conjunto no seu estado actual [1940] “ (DGEMN, 1941, 25-26). ....	64
Fig. 41 - Pátio oriental do Castelejo antes das obras de 1938 – Quartéis Militares (SIPA)...	64
Fig. 42 - Pátio ocidental do Castelejo antes das obras de 1938 – Cavalariças (SIPA). ....	64
Fig. 43 - Torre de S. Lourenço antes das obras de 1938 (AML).....	66
Fig. 44 - Torre da Cisterna antes das obras de 1938 (SIPA).....	66
Fig. 45 - Torre do Observatório/Torre/Edifícios militares antes das obras de 1938 (AML)....	66
Fig. 46 - Torre de Ulisses/Edifícios militares antes das obras de 1938 (AML).....	66
Fig. 47 - Porta de S. Jorge antes de 1938 – lado exterior (AML).....	67
Fig. 48 - Porta de Armas ou Porta do Sul antes de 1938 (AML).....	67
Fig. 49 - Porta Martim Moniz antes de 1938 (AML).....	67
Fig. 50 – Porta do Norte ou do Espírito Santo ou das Cozinhas antes de 1938 – lado exterior (AML).....	68
Fig. 51 – Porta do Norte ou do Espírito Santo ou das Cozinhas antes de 1938 – lado interior (AML).....	68
Fig. 52 - Vista aérea do lado Nascente do Castelo antes de 1938 - Edifícios do quartel (AML).....	68
Fig. 53 – Vista do lado Poente do Castelo antes de 1938 - Edifícios do quartel (DGEMN, 1941, 25-26). ....	68
Fig. 54 - Edifícios do quartel (AML).....	69
Fig. 55 - Parada Central e edifícios do quartel (AML).....	69
Fig. 56 – Pátio Oriental do Castelejo durante a intervenção – Quartéis Militares (SIPA).....	69
Fig. 57 – Pátio Ocidental do Castelejo durante a intervenção – Cavalariças (SIPA). ....	69

Fig. 58 – Lado Norte do Castelejo/Torres durante a intervenção (SIPA).....	70
Fig. 59 – Torre do Paço durante a intervenção (SIPA).....	70
Fig. 60 – Lado Sul do Castelejo/Barbacã durante a intervenção (SIPA).....	70
Fig. 61 – Lado Norte do Castelejo/Torre/Porta da Traição durante a intervenção (SIPA).....	70
Fig. 62 – Ângulo Sudeste da barbacã antes do desaterro (SIPA). ....	71
Fig. 63 – Ângulo Sudeste da barbacã depois da intervenção (SIPA). ....	71
Fig. 64 – Lado Este da barbacã durante a intervenção (SIPA).....	71
Fig. 65 – Lado Sul do Castelejo/Barbacã durante a intervenção (SIPA).....	71
Fig. 66 – Lado Sul do Castelejo/Barbacã durante a intervenção (SIPA).....	71
Fig. 67 – Interior dos quartéis - Sala Ogival durante a intervenção (SIPA).....	72
Fig. 68 – Exterior dos quartéis durante a intervenção - Salas das Prisões; Colunas e Cisterna (SIPA).....	72
Fig. 69 – Lado Este do Castelejo/Praça Nova durante a intervenção (SIPA). ....	72
Fig. 70 – Lado Este do Castelejo/Praça Nova durante a intervenção (SIPA). ....	72
Fig. 71 – Exterior do lado Norte do Castelo/Porta Martim Moniz (AML). ....	73
Fig. 72 – Exterior do lado Norte do Castelo (SIPA). ....	73
Fig. 73 - Área de intervenção (Autor). ....	75
Fig. 74 - Restaurante Casa do Leão depois da intervenção (AML). ....	75
Fig. 75 - Restaurante Casa do Leão depois da intervenção (AML). ....	75
Fig. 76 - Área de intervenção (Autor). ....	76
Fig. 77 – Construção de mezanine – Topo Sul da Sala Ogival (SIPA). ....	76
Fig. 78 – Construção da torre das botijas de gás – Topo Norte da Sala Ogival (SIPA). ....	76
Fig. 79 – Colocação de pedra em baixo-relevo a encimar o arco ogival de acesso à Sala das Colunas (SIPA). ....	76
Fig. 80 - Área de intervenção (Autor). ....	77
Fig. 81 - Área de intervenção (Autor). ....	78
Fig. 82 - Área de intervenção (Autor). ....	79
Fig. 83 - Sala Ogival (CML, 1998, p. 14). ....	79
Fig. 84 - Sala Ogival (CML, 1998, p. 22). ....	79
Fig. 85 – Sala das Colunas (CML, 1998, p.39).....	80
Fig. 86 – Sala da Cisterna (CML, 1998, p.56). ....	80
Fig. 87 - Área de intervenção (Autor). ....	81
Fig. 88 – Torre de Ulisses antes da intervenção (Architécti, 2000, p. 54).....	81
Fig. 89 – Torre de Ulisses – Ecrã de fibra de vidro (Architécti, 2000,p.52). ....	81
Fig. 90 - Torre de Ulisses – Tubo exterior (Architécti, 2000, p. 55).....	81
Fig. 91 - Área de intervenção (Autor). ....	82

Fig. 92 - Abertura da Barbacã Nascente antes das obras (Architécti, 2000, p.41). .....	82
Fig. 93 - Abertura da Barbacã Nascente antes das obras (Architécti, 2000, p.41). .....	82
Fig. 94 - Ponte da Barbacã Nascente depois das obras (Autor).....	82
Fig. 95 - Área de intervenção (Autor). .....	83
Fig. 96 - Instalações Sanitárias antes da intervenção (Architécti, 2000, p.50).....	83
Fig. 97 – Instalações Sanitárias depois da intervenção (Autor).....	83
Fig. 98 - Área de intervenção (Autor). .....	84
Fig. 99 - Porta de S. Jorge/ Início do Caminho de Ronda antes da intervenção (SIPA). .....	84
Fig. 100 - Porta de S. Jorge/Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (SIPA).....	84
Fig. 101 – Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (Fonte: SIPA).....	85
Fig. 102 – Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (Fonte: SIPA).....	85
Fig. 103– Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (SIPA).....	86
Fig. 104 – Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação (SIPA). .....	86
Fig. 105 - Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Interior (SIPA).....	86
Fig. 106 - Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Fachada Sul (SIPA).....	86
Fig. 107 - Área de intervenção (Autor). .....	86
Fig. 108 – Antiga Casa do Governador do Castelo depois da intervenção (Architécti, 2000, p.67). .....	87
Fig. 109 – Antiga Casa do Governador do Castelo depois da intervenção (Architécti, 2000, p.69). .....	87
Fig. 110 – Antiga Casa do Governador do Castelo depois da intervenção (Architécti, 2000, p.69). .....	87
Fig. 111 - Área de intervenção (Autor). .....	88
Fig. 112 - Núcleo Museológico - Sala Ogival (Autor).....	88
Fig. 113 - Núcleo Museológico - Sala das Colunas (Autor). .....	88
Fig. 114 - Núcleo Museológico - Sala da Cisterna (Autor).....	88
Fig. 115 - Área de intervenção (Autor). .....	89
Fig. 116 – Reconstituição das ruínas das casas islâmicas (Autor). .....	90
Fig. 117 – Estrutura de protecção sobre mosaicos dos séculos XV/XVI (Autor).....	90
Fig. 118 - Cobertura do núcleo da Idade do Ferro (Autor). .....	90
Fig. 119 - Percurso exterior / Reconstituição das casas islâmicas (Autor). .....	90
Fig. 120 - Planta geral das muralhas antes das obras (SIPA). .....	XLI

Fig. 121 - Planta geral das muralhas depois das obras (SIPA). .....	XL I
Fig. 122 - Planta do Castelejo antes das obras (SIPA). .....	XL I
Fig. 123 - Planta do Castelejo depois das obras (SIPA).....	XL I
Fig. 124 - Planta do castelejo ao nível dos adarves antes das obras (SIPA).....	XL II
Fig. 125 - Planta do Castelejo ao nível dos adarves depois das obras (SIPA). .....	XL II
Fig. 126 - Planta dos edifícios do Paço Real da Alcáçova depois das obras (SIPA). .....	XL II
Fig. 127 - Alçado poente depois das obras (SIPA).....	XL II
Fig. 128 - Alçado norte depois das obras (SIPA). .....	XL II
Fig. 129 - Alçado sul depois das obras (SIPA). .....	XL II
Fig. 130 - Alçado nascente depois das obras (SIPA). .....	XL II
Fig. 131 – Projecto de adaptação da Casa do Leão a restaurante – Planta de alterações (AML).....	XL III
Fig. 132 – Projecto de adaptação da Casa do Leão a restaurante – Planta (AML). .....	XL III
Fig. 133 - Planta do Estado de Conservação do Edificado (CML, 1995, p.5). .....	XL IV
Fig. 134 - Planta nº de Pisos (CML, 1995, p.5). .....	XL IV
Fig. 135 - Planta-proposta da rede viária (CML, 1995, p.14).....	XL V
Fig. 136 - Planta - reordenamento dos espaços exteriores (CML, 1995, p.14).....	XL V
Fig. 137 - Sala Ogival - Planta geral da intervenção (Architécti, 2000, p.63).....	XL VI
Fig. 138 - Sala Ogival - Planta do piso inferior e superior (Architécti, 2000, p.63).....	XL VI
Fig. 139 - Corte A' B' (Architécti, 2000, p.64). .....	XL VI
Fig. 140 – Corte C'D' (Architécti, 2000, p.64). .....	XL VI
Fig. 141 – Corte MN (Architécti, 2000, p.65). .....	XL VI
Fig. 142 - Torre Ulisses - Planta (Architécti, 2000, p.53). .....	XL VII
Fig. 143 - Torre de Ulisses - Planta (Architécti, 2000, p.53). .....	XL VII
Fig. 144- Torre de Ulisses - Planta (Architécti, 2000, p.53). .....	XL VII
Fig. 145 - Torre de Ulisses - Corte (Architécti, 2000, p. 54).....	XL VII
Fig. 146 - Torre de Ulisses - Corte (Architécti, 2000, p.54).....	XL VII
Fig. 147 - Planta de implantação (Architécti, 2000, p.41). .....	XL VIII
Fig. 148 - Corte longitudinal (Architécti, 2000, p. 43).....	XL VIII
Fig. 149 - Planta existente/Nova construção (Architécti, 2000, p.49). .....	XL IX
Fig. 150 – Alçado Nascente existente/ Nova construção (Architécti, 2000, p.49). .....	XL IX
Fig. 151 – Corte AA' (Architécti, 2000, p.49). .....	XL IX
Fig. 152 - Corte BB' (Architécti, 2000, p.49).....	XL IX
Fig. 153 - Planta de implantação (Architécti, 2000, p.82). .....	L
Fig. 154 - Planta (Architécti, 2000, p.82). .....	L
Fig. 155 - Corte 1 (Architécti, 2000, p.84). .....	L

Fig. 156 - Corte 2 (Architécti, 2000, p.84). .....	L
Fig. 157 - Corte 3 (Architécti, 2000, p.84). .....	L
Fig. 158 – Planta do piso 0 (Architécti, 2000, p.67). .....	LI
Fig. 159 - Planta do piso 1 (Architécti, 2000, p.67). .....	LI
Fig. 160 - Planta do piso 2 (Architécti, 2000, p.67). .....	LI
Fig. 161 - Alçado principal - Virado a Sudeste (Architécti, 2000, p.69). .....	LI
Fig. 162 - Alçado tardoz - Virado a Nordeste (Architécti, 2000, p.69). .....	LI
Fig. 163 – Corte E-F (Architécti, 2000, p.69). .....	LI
Fig. 165 - Habitação islâmica - Estudo conjectural desenvolvido pela equipa de arqueologia (Arquitectura Ibérica, 2011, p.26). .....	LII
Fig. 166 – Planta do piso 0 e 1 (Arquitectura Ibérica, 2011, p.26). .....	LII
Fig. 167 - Corte (Arquitectura Ibérica, 2011, p.28). .....	LII
Fig. 168 - Alçado Nascente (Arquitectura Ibérica,2011, p.28). .....	LII
Fig. 169 - Alçado Poente (Arquitectura Ibérica, 2011, p.28). .....	LII

## Introdução

O tema central da dissertação é a reabilitação do património arquitectónico, nomeadamente aferir a evolução do conceito de reabilitação desse património ao longo dos tempos. Sendo que o objectivo de estudo é analisar as várias intervenções e transformações arquitectónicas que foram sendo efectuadas ao longo dos anos no monumento Castelo de S. Jorge – zona militar/monumentalizada - desde o Estado Novo até à actualidade. O Castelo de S. Jorge, apesar de ter sido ao longo dos séculos uma estrutura constantemente reformulada, foi somente durante a época do Estado Novo que se interveio com uma consciência intencional de restauro. Sendo o restauro de 1938-40 que marca o início do limite temporal desta investigação que se propõe analisar os restauros subsequentes até aos dias de hoje, tendo como interesse verificar se os conceitos de restauro em curso nesses períodos específicos tiveram aplicabilidade nessas intervenções.

A reabilitação do património arquitectónico histórico está ancorada à necessidade de preservar o legado cultural que foi sendo transmitido geração após geração e que a Humanidade vai considerando como um património comum de “insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico” (Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975, citado por Lopes & Correia, 2004, p.157). À crescente consciencialização de que “os monumentos históricos de um povo constituem um testemunho vivo das suas tradições seculares” (Carta de Veneza, 1964, citado por Lopes & Correia, 2004, p. 103) acopla-se o intrínseco compromisso da sua salvaguarda e manutenção com o objectivo de assegurar a transmissão integral e autêntica dessa herança patrimonial às gerações futuras.

O mundo contemporâneo, das rápidas transformações, das coisas transitórias, efémeras, da busca incessante do moderno e do actual, aliado aos efeitos de uma globalização instalada, vai perdendo a multiculturalidade que o caracteriza, tornando-se um ‘produto industrial’, sem especificidade, individualidade, particularidade: cultura própria. Esta cisão, este desapego com o passado e com as tradições veio, paradoxalmente, a criar o sentimento de nostalgia pela perda e desaparecimento sucessivo desse passado identitário esquecido: o património cultural. Daí que as políticas urbanísticas e arquitectónicas de protecção patrimonial se tenham generalizado, difundido e adoptadas a uma escala planetária.

A questão mais pertinente a que se pretende dar resposta nesta investigação tem a ver com o entendimento da metodologia ou conceito que se deve utilizar na valorização, reabilitação ou requalificação de um objecto arquitectónico de valor patrimonial, sendo que este conceito foi evoluindo na sua concepção, adaptando-se sucessivamente a novas ideologias num

processo dinâmico de dialéctica entre vários intervenientes e factores, o que originou diversas abordagens conceptuais às actividades de restauro. Interessa também verificar quais as estratégias de intervenção seguidas pelas políticas nacionais de protecção patrimonial, assim como os critérios de actuação actuais.

Mas a pluralidade e divergência de conceitos de intervenção no património, assim como a própria especificidade de cada objecto torna difícil o estabelecimento de uma metodologia de actuação 'universal'. O presente – Modernidade – intervirá sempre no passado – Antiguidade – por forma a conservar, restaurar, renovar ou ainda a valorizar o património. Neste processo, onde inevitavelmente coexistem duas épocas distintas - Modernidade/Antiguidade - podem utilizar-se conceitos em que a modernidade e a contemporaneidade são aplicadas de forma propositadamente visível e marcada, criando uma dialéctica entre estes dois períodos – restauro 'maximalista' - que entra em colisão com outros conceitos de intervenção mínima, de conservacionismo, da simples conservação e reposição de elementos destruídos em que os objectos arquitectónicos são tratados, basicamente, como documentos históricos – restauro 'minimalista'. Podemos levantar a questão sobre qual conceito utilizar e que método de intervenção a aplicar é o mais correcto.

O objectivo da investigação está relacionado com esta problemática, na medida em que o caso de estudo – Castelo de S. Jorge – é um objecto patrimonial histórico que foi sendo reabilitado ao longo dos tempos, o que se traduz em intervenções realizadas em diferentes épocas e com a aplicação de conceitos distintos, permitindo compreender vários 'estratos' de metodologias de restauro, assim como aferir se essas acções corresponderam aos conceitos internacionais e ainda possibilitar a verificação da evolução desses mesmos conceitos.

A vária bibliografia consultada vai permitir construir um discurso apoiado em referências necessárias para perceber e aprofundar o tema da dissertação, destacando-se as obras de Françoise Choay, *As Questões do Património, antologia para um combate*, (2001) em que a autora reúne documentos essenciais para a compreensão da emergência e desenvolvimento, desde o século XII até ao século XX, da preocupação pela preservação dos edifícios, mas sobretudo clarificar as confusões que estão associadas à noção de 'património', actualmente omnipresente. Na obra *A alegoria do Património*, (1999) Choay analisa o conceito de Monumento e Patrimónios Históricos, a sua evolução e significado e a sua relação com a história, a memória e o tempo, assim como se refere a vários teóricos históricos do restauro como, Ruskin; Viollet-Le-Duc; Camillo Boito e Alois Riegl.

A obra de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia *Património Arquitectónico e Arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*, (2004) contribui para a divulgação dos princípios e dos conceitos de intervenção no património, fazendo a análise histórica da evolução desses conceitos até à contemporaneidade, assim como revela os principais textos normativos internacionais acerca das práticas de conservação e restauro. Flávio Lopes, explorando o mesmo tema, contribui ainda com as obras *Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger*, (1996) e *Património Arquitectónico e Arqueológico*, (2012).

Também Maria João Baptista Neto presta um importante contributo com o livro *Memória, Propaganda e Poder*, (2001) desenvolvendo de forma detalhada vários aspectos ligados à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN - e à generalidade da história do restauro internacional e nacional, tal como a obra de Miguel Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, (2002) que incide na investigação de várias intervenções de restauro em Portugal, realizadas entre 1920 e 1995, tanto em edifícios como em conjuntos edificados, clarificando os conceitos, os critérios e as práticas de restauro desenvolvidas no país.

Luís Miguel Correia, com a sua extensa obra relativa aos castelos portugueses, *Castelos em Portugal – retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, (2010) permite compreender as diversas questões relacionadas com as estruturas militares e sua evolução histórica e arquitectónica. Mais especificamente, Marília Abel e Carlos Consiglieri com a obra *O Castelo de S. Jorge* (2011) realizam a análise histórica do Castelo de S. Jorge, revelando vários aspectos relacionados com a sua evolução desde as origens até à actualidade. Mais pormenorizada, a obra de Augusto da Silva Vieira *O Castelo de S. Jorge em Lisboa – Estudo Histórico-Descritivo*, (1937) caracteriza arquitectonicamente o Castelo de S. Jorge, numa fase anterior à intervenção da DGEMN – 1938-40 – o que possibilita aferir os aspectos arquitectónicos e funcionais de toda a zona militarizada/monumentalizada do Castelo de S. Jorge, numa fase imediatamente anterior ao restauro de 1938-40.

O *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Castelo de S. Jorge N.ºs 25-26*, (1941) é um documento de importância fulcral que caracteriza textual e visualmente a intervenção de 1938-40, sendo uma publicação que divulga a história do Castelo, os métodos de actuação e a descrição das diversas operações realizadas, apoiadas por desenhos técnicos e fotografias auxiliares à compreensão da generalidade das obras. Também a revista *Architècti*, (2000) presta importante auxílio à investigação com a caracterização textual e visual de várias obras realizadas no Castelo de S. Jorge,

nomeadamente as intervenções realizadas no âmbito do Projecto Integrado do Castelo, facultando informação pormenorizada sobre vários projectos efectuados.

A metodologia de investigação baseou-se numa extensa análise bibliográfica e documental, na interpretação de mapas, plantas e gravuras no sentido de caracterizar a evolução histórica e arquitectónica do Castelo de S. Jorge. O Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – SIPA – gerido pelo IHRU, sendo um sistema de informação e documentação sobre o património português, que engloba também os extensos arquivos da ex-DGEMN, revelou documentação fulcral para a investigação. Assim como o Arquivo Municipal de Lisboa – AML – que se divide em Núcleo Intermédio; Núcleo Histórico e Núcleo Fotográfico, que é um serviço de recolha e preservação documental sobre a cidade de Lisboa permitiu realizar uma importante pesquisa e facultar informação relevante para a elaboração desta investigação. O Gabinete de Estudos Olisiponenses – GEO – é o espaço bibliográfico de excelência para qualquer tipo de investigação sobre a cidade de Lisboa e prestou também enorme contributo documental para a realização do trabalho, assim como as Bibliotecas Municipais de Lisboa; a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian e a Biblioteca Nacional de Portugal. Efectuaram-se também pesquisas de campo, como visitas de análise ao objecto de estudo.

A elaboração desta dissertação centra-se em três grupos de actuação: no primeiro capítulo faz-se a análise dos conceitos de intervenção no património internacionais com o objectivo de se entender a sua evolução histórica, assim como identificar os princípios de actuação actuais defendidos internacionalmente e regulados pelas principais Cartas Patrimoniais – Carta de Atenas – 1931 - Carta de Veneza – 1964 - Carta Italiana do Restauro – 1972 - Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975 - Carta de Burra – 1999 e Carta de Cracóvia – 2000 – assim como se efectua a análise e a caracterização dos princípios de actuação seguidos pela DGEMN para entendimento da realidade nacional no panorama do restauro. No segundo capítulo a investigação incide exclusivamente na contextualização histórica e na caracterização arquitectónica do objecto de estudo – Castelo de S. Jorge. O terceiro capítulo da investigação é constituído pela análise e caracterização das várias obras efectuadas no Castelo de S. Jorge, que se destina a verificar a aplicabilidade dos conceitos de restauro internacionais nessas intervenções.

Estes dados serão a base para a elaboração de uma conclusão que se fundamentará num processo de comparação e confrontação entre as acções realizadas e as principais normas identificadas nas Cartas Patrimoniais analisadas para esta investigação - Carta de Atenas – 1931 - Carta de Veneza – 1964 - Carta Italiana do Restauro – 1972 - Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975 - Carta de Burra – 1999 e Carta de Cracóvia – 2000 –

criando-se para tal três quadros de análise que agrupam as regras consideradas mais relevantes em relação a: função/uso - conservação/restauro - acrescentos/complementos. Os resultados dos quadros de análise ditarão e exibirão de forma simples, as conclusões referentes a cada intervenção.

O Castelo de S. Jorge sendo um monumento com um simbolismo nacionalista por excelência servirá como exemplo para a análise da evolução das concepções de restauro em Portugal, pois revelou-se uma estrutura arquitectónica constantemente intervencionada ao longo dos anos. Destacam-se a primeira intervenção realizada durante o Estado Novo, levada a cabo pela DGEMN – 1938-40 - e que atingiria uma escala monumental, senão integral, onde seria completamente reconstruído e a última intervenção efectuada na zona da Praça Nova, na musealização das estruturas arqueológicas, mais concretamente na reconstrução das casas islâmicas do século XI.

## I Reabilitação do património arquitectónico

### 1.1. Antecedentes históricos

Desde sempre que a Humanidade se empenha na preservação dos objectos que se revelam úteis às suas necessidades. Inicialmente sem a preocupação de conservar um testemunho histórico, o restauro pretendia acima de tudo “reparar algo que deixou de exercer as funções para que foi concebido, se necessário alterando-o” (Luso, Lourenço & Almeida, 2004, p.31).

Na Antiguidade e na Idade Média a acção monumental estava vulgarmente ligada à manutenção do espírito e da sacralidade do lugar, não tendo uma finalidade de preservação e de salvaguarda para o futuro, na medida em que a noção de património ainda estava vazia de significação cultural, documental ou histórica, sendo mais importante o seu sentido simbólico em detrimento da própria construção.

As escassas normas sobre protecção do património que existiam não tinham alcance e eram destinadas a uma implementação local e limitada, sendo de referir o Decreto de cerca de 44 d.C. existente na cidade de Herculano em Itália; o Édito de 389 redigido pelos imperadores Valentiniano, Teodósio e Arcádio e a legislação do Senado de Roma de 1162 sobre a coluna de Trajano.

O património atinge um sentido público no século XV, na época do Renascimento, movimento cultural caracterizado pela imitação da Antiguidade Clássica, onde se nota já uma consciência patrimonial que reconhece a ancestralidade clássica como um legado que deve ser preservado no sentido de se transmitir às gerações futuras a lembrança de um passado exemplar. A noção de património atinge assim um valor de rememoração que é ainda acentuada por um valor estético, de objecto de arte, representativo de um ideal ou cânone de beleza adoptado como modelo que importava analisar e estudar com vista à sua reprodução, imitação ou cópia. É neste período que surgem medidas efectivas de legislação patrimonial e as primeiras concepções e orientações de restauro, enunciadas geralmente por Papas, nomeadamente a bula do Papa Martinho V ‘Etsi in cunctarum orbis’ no ano de 1425; a bula do Papa Pio II ‘Cum almam mostram urbem’, de 1462, assim como a bula do papa Sisto IV ‘Quum provvida’ de 1575.

Com o avançar dos tempos foram surgindo as primeiras leis patrimoniais fora de Itália, nomeadamente, no século XVI, a ‘Proclamation agaynst breakynd or defacing of monuments’, no ano 1560, da Rainha Isabel I de Inglaterra; no século XVII, em 1666, o

‘Decreto sobre Monumentos Antigos’, do Rei Carlos XI da Suécia e no século XVIII, em Portugal, o ‘Alvará em Forma de Ley’ de D. João V, no ano 1721.

O século XVIII é caracterizado pelo movimento neoclássico e por uma nova redescoberta da Antiguidade Clássica, que passa a ser aceite como o modelo representativo das origens da civilização europeia, sendo assimilada também pelo ensino artístico que a transformará em regras imutáveis e universais de um novo sentido estético a assimilar e a reproduzir. Neste contexto emergem diferentes tendências de actuação pela Europa, surgindo de Itália uma articulação de normas para as operações de restauro da Basílica de São Pedro de Roma, redigidas pelo Papa Leão XIII, com linhas de orientação que sugerem a eliminação de elementos arquitectónicos de épocas posteriores ao original e a não aplicação de qualquer inovação no monumento. Revelando critérios que seriam a génese do conceito de restauro arqueológico, baseado na exploração arqueológica e arquitectónica numa base comparativa que serviria para recompor o edifício, utilizando partes originais e elementos novos distinguíveis dos primordiais.

Em Inglaterra o modelo universal e unitário, preso na Antiguidade Clássica seria rapidamente ultrapassado pelo movimento neogótico, apoiado na subjectividade e na imaginação individual, incentivando o surgimento do Romantismo, de cariz empirista, sentimental e metafísico que ambicionava uma renovação religiosa e um reatar da fé cristã, elegendo a época medieval como representante ideal do cristianismo e valorizando a arte dessa fase específica, o que levou a uma natural aproximação ao estilo gótico, em detrimento da arte clássica, que seria sublimado e aceite quase como um estilo nacional, dando lugar a novos conceitos estéticos baseados no pitoresco, no sobrenatural, no culto da natureza e do divino. Neste país a protecção do património desenvolve-se sobretudo pela iniciativa privada de movimentos cívicos e de sociedades eruditas que esgririam argumentos teóricos entre si, levando ao aparecimento de conceitos distintos, entre os quais o conceito de intervenção de restauro e o conceito de intervenção de conservação: unidade de estilo ou estilos diversos, iniciando-se uma luta de doutrinas que se prolongaria até ao século XX.

Por outro lado, em França, o gótico seria progressivamente conotado como um estilo arcaico e esteticamente depreciado, contudo era admirado e estudado pelos religiosos beneditinos que se interessavam pela época medieval e consequentemente pela arte gótica, sendo um estilo progressivamente reconhecido pelos teóricos franceses numa perspectiva analítica e estrutural mas recusado e desvalorizado no seu valor artístico e decorativo.

Com a Revolução Francesa de 1789 assiste-se a uma vaga de destruição de monumentos e elementos da Antiguidade, símbolos de um passado que a ideologia revolucionária pretendia apagar, mas também, paradoxalmente, ao nascimento de uma consciência social de protecção dos monumentos históricos e à gradual percepção do património como um testemunho vivo do passado, capaz de narrar a história de uma Nação e de gerar a identidade nacional de um país que, num clima de nacionalismo emergente, importava preservar, levando o Estado a tutelar os monumentos históricos.

Durante o século XIX e até ao início da 1ª Guerra Mundial a generalidade dos países irá criar mecanismos legais para a protecção do seu património arquitectónico e arqueológico até ao início do século XX. Paralelamente são realizadas cada vez mais operações de restauro em vários países, permitindo o desenvolvimento de experiências práticas cujos critérios utilizados vão delineando várias doutrinas de intervenção patrimonial que servirão de referência para a elaboração das futuras normas internacionais adoptadas a partir de 1930.

## **1.2. Correntes teóricas de intervenção no património monumental**

Durante o período revolucionário francês – 1789-95 - Ludovic Vitet e Prosper Merimée seriam encarregues de desenvolver os critérios de restauro a aplicar nas obras monumentais de França: o método de Vitet baseia-se na análise arqueológica do edifício, para, com recurso às ruínas conseguir reconstituí-lo ao seu aspecto primitivo, ao que Merimée acrescenta que na impossibilidade de se aferir o traçado do edifício e a sua forma original, se imitem traços de outros edifícios existentes na proximidade ou até mesmo de outro período, sendo Eugène Viollet-le-Duc quem depois desenvolverá e aprofundará este conceito de restauro.

O arquitecto Viollet-le-Duc, na França, e o poeta, artista, crítico social e de arte John Ruskin, em Inglaterra, são os dois grandes protagonistas nas discussões sobre o sentido do restauro de monumentos históricos no século XIX. Para o arquitecto francês, "restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado de plenitude que poderá não ter existido em nenhum momento" (Le-Duc, tomo VIII, p.14).

Numa época em que não existia consenso e coerência acerca de uma metodologia de restauro, Viollet-le-Duc cria a teoria do 'restauro estilístico', exposta no seu 'Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle', impresso entre 1854 e 1871,

com critérios e princípios de actuação baseados na lógica e coerência formal que aplicava na reformulação dos objectos arquitectónicos, sendo que “julgou poder refazer uma obra incompleta, ou com alterações posteriores, tendo por base as partes originais ainda intactas, devido a uma coerência e lógica do organismo” (Neto, 2001, p.42). Essa visão vai resultar em restauros com a intenção de devolver o estado completo, ideal e absoluto a um edifício, com a introdução de inúmeras alterações em relação ao original, baseando-se em planos e projectos imaginados, sendo que as construções ou acrescentos posteriores e de outros estilos arquitectónicos deveriam ser destruídos, na tentativa de se obter uma ‘unidade de estilo’ ou um ‘modelo ideal’.

Por outro lado, John Ruskin desenvolve uma teoria ‘anti-restauracionista’, de crítica aos métodos activos de Viollet, exposta no ensaio ‘The Seven Lamps of Architecture’, de 1851, onde expõe que a arquitectura funcionava como um meio de ligação ao passado, impedindo o esquecimento, definindo uma identidade e perpetuando uma memória, sendo encarada como uma “fonte histórica, que não pode ser tocada, sob o perigo de ser corrompida” (Neto, 2001, p.44). Ruskin detinha uma noção alargada de património, considerando-o um bem universal que espelhava a memória colectiva da Humanidade e não apenas do grupo social onde se insere e comparava a arquitectura a um organismo vivo, que nasce, vive e inevitavelmente, morre, não havendo possibilidade de qualquer acção de restauro, denotando uma visão romântica do culto da ruína. “Para ele era um sacrilégio tocar nas cidades da era pré-industrial: nós devemos continuar a habitar aí e a habitá-las como pelo passado. Elas são a garantia da nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana” (Choay, 1999, p.159), admitindo, ainda assim, para evitar contradições no seu discurso, a conservação do objecto, desde que esta fosse ‘invisível’, assegurando também a transmissão dos monumentos às gerações seguintes.

Ruskin reprovava ainda a produção industrial, que considerava uma falsidade que anulava o trabalho tradicional e artesanal. Dentro da mesma ideologia inseria-se também William Morris, seguidor das teorias de Ruskin e importante divulgador dos seus princípios pela Europa, fundando, em 1877 a Sociedade de Protecção de Edifícios Antigos, que elabora, nesse mesmo ano, um Manifesto de resposta aos problemas de conservação do século XIX, baseado nas ideias de Ruskin.

Luca Beltrami desenvolveria a teoria do ‘restauro histórico’ indo contra os critérios de intervenção generalistas e defendendo a especificidade de cada operação, apoiada por rigorosos estudos arqueológicos e documentais, afastando-se da procura de um ‘modelo ideal’. Contudo apesar do ‘restauro histórico’ se basear em documentação histórica não deixaria de se revelar num tipo de restauro excessivamente subjectivo, na medida em que

se intentava “reconstruir - ou então, pura e simplesmente a “construir” – o que neles faltava ou que neles não se havia sequer edificado por motivos vários” (Pereira, 1997, p.16).

No final do século XIX e princípio do século XX, o arquitecto italiano Camillo Boito desenvolve a teoria do ‘restauro moderno’, de reacção aos conceitos de restauro interventivo de Viollet-le-Duc e às ideias passivas de Ruskin. Este conceito é baseado em informações mais precisas, de método mais analista e comedido, que se situa entre os ideais de Viollet-le-Duc e de John Ruskin. Boito interiorizou o conceito conservacionista de Ruskin e Morris, de conservar não só a ruína, mas também as provas de vida de um edifício: matéria evolutiva, com sucessivos acrescentos, assim como a condenação da reconstituição de partes dos edifícios ou objectos arquitectónicos.

A originalidade, no discurso de Boito, ocorre quando o seu conceito também engloba teorias de Viollet-le-Duc, como a valorização do presente em detrimento do passado, aprovando o restauro, mesmo que sendo uma acção de último recurso e quando todas as outras hipóteses - manutenção, consolidação, reparações não expostas à vista - se esgotarem. Para Camillo Boito, “a falta de autenticidade da zona restaurada deve poder ser distinguida dos elementos originais do edifício à vista desarmada” (Choay, 1999, p.138), defendendo assim uma clara diferenciação entre material original e material contemporâneo de restauro que deveria ainda atender a critérios estéticos de simplicidade ou austeridade. Oponha-se contra as integrações com a finalidade de acabar uma obra incompleta, valorizava todas as épocas do monumento e a constante manutenção do objecto a fim de evitar restauros posteriores, com acrescentos, como preconizava Ruskin, “mas sem deixá-lo cair passivamente” (Luso, Lourenço & Almeida, 2004, p.31).

O seu conceito de actuação foi exposto no III Congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis ano 1883, em Roma, sendo progressivamente aceite pelo Ministério da Instrução Pública de Itália e depois por toda a Europa, funcionando como o conceito base para a formulação de novas teorias.

Posteriormente, Alois Riegl, na sua obra ‘Der Moderne Denkmalkultus’ - O Culto Moderno dos Monumentos - de 1903, defende que monumento histórico reveste-se de dois valores distintos: a rememoração, valores referentes ao passado – ‘Erinnerungswerte’ - e os valores do presente – ‘Gegenwartswerte’. Sendo que os valores do passado são os valores de antiguidade e que Riegl constata como uma qualidade que é facilmente assimilada pelas pessoas, sendo este o valor dominante do monumento histórico no século XX. Aos valores do presente estão associados o valor artístico e o valor de uso onde se inserem “ as

condições materiais de utilização, práticas inerentes a todos os monumentos históricos, quer seja a original, ou uma reutilização posterior, ou afectação museológica” (Neto, 2001, p.51).

Na sua evolução, o conceito de monumento ampliou-se, passando a englobar também os conjuntos urbanos antigos, alargando-se assim a uma escala urbanística em que o “monumento deixa de ser encarado de forma isolada, para passar a ser entendido no espaço em que está inserido” (Neto, 2001, p.51). Noção de património urbano histórico que Ruskin, Morris, Viollet e Camilo Sitte já denotavam, nomeadamente Sitte e Viollet que viam a cidade como uma obra de arte que deveria ser conservada e museificada.

Seria Gustavo Giovannoni, na primeira metade do século XX, a criar uma doutrina que vai “conciliar, simultaneamente, o valor “museológico” e o valor de “uso” dos conjuntos urbanos antigos e integrá-los numa concepção geral de organização do território” (Neto, 2001, p.53). Giovannoni desenvolveria a teoria do ‘restauro científico’, de intervenção minimal, oposta à intervenção criativa. Valorizava o verdadeiro envolvimento histórico dos monumentos e as suas relações, sendo o responsável pela extensão do conceito de monumento para conjunto histórico, “considerando os tecidos urbanos, igualmente, portadores de valores artísticos e históricos” (Neto, 2001, p.53).

Com a destruição provocada pela II Guerra Mundial, que arruína cidades inteiras, dá-se um novo marco na história do restauro que reflecte inevitavelmente sobre os conceitos de intervenção mínima que vinham sendo adoptados internacionalmente. O sentido de valor artístico do edifício arruinado passaria a superar o sentido histórico, levando ao surgimento da teoria do ‘restauro crítico’, um novo conceito de intervenção, desenvolvido por Cesari Brandi. Fundador, em 1939, do Instituto de Restauro em Roma e autor da obra ‘Teoria do Restauro’ de 1963 onde defende que “a consistência física da obra deve necessariamente ter a precedência, porque representa o próprio lugar da manifestação da imagem, assegura a transmissão da imagem ao futuro e garante, assim, a sua recepção na consciência humana” (Brandi, 2006, p.4). Ou seja, o valor da consciência física do monumento sobrepõe-se ao valor histórico porque assim se torna possível assegurar a transmissão da imagem ao futuro. Na perspectiva de Brandi o restauro deveria ainda “restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo” (Brandi, 2006, p.6).

Contudo, apesar de se terem desenvolvido diversas correntes e teorias de restauro a partir do século XIX, durante praticamente cem anos - 1860 – 1960 - os conceitos de intervenção

no património histórico não se alteraram significativamente, seguindo genericamente uma linha de actuação baseada nos ideais da 'unidade de estilo' de Viollet-le-Duc.

### **1.3. Normas internacionais e organismos de defesa do património**

As diversas correntes teóricas e os conceitos de intervenção no património evoluíram de forma extraordinária, levando ao aparecimento de “uma infinidade de abordagens, de interpretações e de critérios sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a forma prática de o fazer” (Lopes, 1996, p.9). Na tentativa de unificar os critérios de intervenção no património, a comunidade internacional realiza debates e elabora documentos - recomendações, convenções, resoluções e cartas - que expressam ideais e conceitos universais de conservação e restauro, para servirem de referências mundiais a adoptar pelos diversos países na prossecução de acções convergentes à preservação do património.

As primeiras convenções e normas internacionais surgiram para regular a conduta dos países em situações de guerra, sendo a Convenção de Bruxelas de 1874 o primeiro documento que, embora não tendo entrado em vigor, refere claramente a salvaguarda dos monumentos. Posteriormente as Convenções de Haia, iniciadas em 1899, já definiam que em caso de guerra deviam “ser tomadas todas as medidas necessárias para poupar os edifícios dedicados à religião, à arte, à ciência, à assistência, hospitais” (2ª Convenção de Haia, 1899, art.º 27.º, citado por Lopes & Correia, 2004, p.16). Também em 1904 as Conclusões do 6.º Congresso Internacional dos Arquitectos, realizado em Madrid demonstravam interessantes ideias sobre o património, nomeadamente os conceitos de ‘monumentos vivos’ e ‘monumentos mortos’. Outras conferências internacionais realizaram-se em 1921 - Congresso Internacional de História e de Arte - em Paris e em Roma no ano de 1930, mas seria em Atenas, um ano depois que se realizaria uma conferência com efeitos práticos no futuro.

#### **1.3.1. Cartas Patrimoniais**

A Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos de 1931 reflecte os ideais promovidos pelo Serviço Internacional de Museus, organização inserida na Sociedade das Nações,

elaborada durante a Conferência Internacional sobre a Protecção e a Conservação de Monumentos de Arte e de História, por 120 especialistas de 24 países. Seria o primeiro documento internacional totalmente dedicado às questões patrimoniais, incidindo particularmente no restauro de monumentos, tendo como conclusões mais pertinentes: o abandono das reconstituições integrais, realização de acções de manutenção e conservação regulares de modo a evitar o restauro integral; no caso de ser inevitável o restauro por degradação ou destruição, aconselha o respeito por todas as obras artísticas e históricas sem exclusão de estilos de nenhuma época; recomenda a reutilização dos monumentos, mantendo o seu uso original ou o uso mais adequado, de modo a considerar o seu carácter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura; denota a consciência do valor da envolvente urbana dos monumentos que deve ser preservada; a retirada de elementos descaracterizadores como publicidade, postes, fios telefónicos ou indústrias ruidosas; a aceitação dos recursos das técnicas modernas, incluindo o betão armado, embora dissimuladas, a fim de não alterarem a fisionomia e o carácter do edifício; idealiza o trabalho de restauro como tarefa multidisciplinar, recomendando a colaboração dos arquitectos e técnicos de conservação e restauro com especialistas das áreas da física, química e natural; no caso específico de conservação de ruínas, recomenda uma conservação meticulosa, repondo os elementos originais encontrados – ‘anastilose’ – tanto quanto possível, sendo que os novos materiais deveriam ser sempre verificáveis.

A conferência de Atenas viria a ser o estímulo e a referência para as acções de conservação e restauro, levando outros países a adoptar estes mesmos princípios e a reformulá-los noutras cartas de restauro, como foi o caso da Carta Italiana de Restauro, aprovada no Concílio Superior pela Antiguidade e Belas Artes em 1932, que acrescenta à ideia de património não só as obras de arte mas também as da ciência e tecnologia e ainda a importância de uma análise rigorosa de todas as fases do restauro com a elaboração de desenhos e registos fotográficos.

Posteriormente, a Carta de Veneza, redigida em 1964, durante o II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reuniu os princípios de uma compreensão ainda mais ampla e aprofundada dos problemas da conservação e da restauração dos monumentos e do ambiente que os envolve. Englobando também no conceito de monumento histórico, além da criação arquitectónica isolada, também os conjuntos urbanos ou rurais de valor cultural, estendendo-se não só às grandes criações históricas mas também às obras simples que ganharam com o tempo um simbolismo cultural. Relativamente às acções de conservação e restauro refere a colaboração entre as várias ciências na salvaguarda do património; a permanente manutenção dos monumentos;

a afectação a novos usos úteis à sociedade é incentivada mas não deve alterar a disposição interior dos edifícios; conservação da zona envolvente, que no caso de ser tradicional não permite construções novas; respeito pelos documentos e materiais primitivos, que não devem ser adulterados, e pelas contribuições de todas as épocas; os acrescentos devem integrar-se no objecto embora distinguindo-se do material original pela sua contemporaneidade; a acção de restauro deve englobar a investigação arqueológica e histórica do edifício; recurso a técnicas modernas de conservação e construção para a consolidação de um monumento e a reversibilidade das intervenções realizadas.

Apesar de já terem sido redigidas há alguns anos “a Carta de Atenas – 1931 - e a Carta de Veneza – 1964 - são os dois textos fundamentais, por proporem uma autêntica filosofia de conservação e restauro, sendo que ainda hoje, a Carta de Veneza é considerada actual e quase sempre citada para justificar a maioria das opções de restauro” (Lopes, 1996, p.12).

A Carta Italiana de Restauro de 1972 foi outro documento importante, divulgada pelo Ministério da Instrução Pública por todos os responsáveis de conservação do património de Itália, obrigando ao cumprimento das disposições enunciadas, no sentido de unificar as normas de actuação no património e aperfeiçoar juridicamente a regulamentação sobre restauro, uma vez que a teoria da anterior Carta de Restauro de 1931 acabou por não atingir força de lei e não foi seguida em todas as operações de restauro realizadas. Além das disposições gerais de restauro é também composta por orientações que vão desde a salvaguarda e restauro de antiguidades; de restauros arquitectónicos; restauros pictóricos e escultóricos e restauro dos centros históricos.

A Carta de Burra foi aprovada pelo Comité Nacional do ICOMOS da Austrália em 1979, sendo actualizada em 1981, 1988 e por último em 1999. Baseia-se na Carta de Veneza – 1964 - e nas Resoluções para a 5ª assembleia geral do conselho internacional de monumentos e sítios – ICOMOS – 1978 - sendo adaptada ao contexto cultural australiano. Define orientações como: o respeito pela substância existente; utilização de técnicas tradicionais ou modernas; intervenções de mínimo impacto; respeito pelas contribuições de todas as épocas; proibição de deslocar o bem do seu lugar de origem; a realização de estudos e relatórios e o recurso a técnicos qualificados.

Do trabalho conjunto entre a União Europeia, o ICOMOS e o ICCROM, é elaborada a Carta de Cracóvia, subscrita em 2000 por 51 países, que sublinha os ideais expressos na Carta de Veneza, especificando que as comunidades, na sua individualidade cultural, são as únicas responsáveis por salvaguardar e definir aquilo que identificam e elegem como o seu património, devendo estar sensíveis às mudanças de valores dos monumentos, que se vão

naturalmente alterando ao longo dos tempos e ter especial atenção a “elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro” (Carta de Cracóvia 2000, citado por Lopes & Correia, 2004, p.290).

O alargamento da Europa veio trazer ainda mais diversidade cultural ao espaço europeu e uma maior existência de diferentes significados culturais, o que pode gerar conflitos de interesses, alertando-se os responsáveis pela salvaguarda do património cultural uma maior atenção a esta questão. A Carta de Cracóvia refere ainda a importância da manutenção dos edifícios; a realização de um projecto de restauro como método de trabalho a incorporar nas acções de conservação; afirma uma vez mais o respeito pelos estilos e fases construtivas de todas as épocas e a desaprovação das reconstruções baseadas numa pressuposta ideia de verdadeiro estilo; novos materiais que facilitem o uso do edifício são aceites, embora devam espelhar a sua contemporaneidade assim como serem aplicados numa perspectiva de reversibilidade e reforça a investigação multidisciplinar das acções de conservação e restauro.

### **1.3.2. Organismos internacionais e normas principais**

A ONU - Organização das Nações Unidas - é o organismo internacional máximo na protecção do património. Constituída a seguir à II Guerra mundial, cria em 1945 a UNESCO – ‘United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization’, ou Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - que tem a missão de promover a manutenção da paz e da segurança estreitando por meio da educação, da cultura e da ciência as relações entre as todas as Nações.

Esta organização tem ainda a contribuição de outros organismos, não-governamentais, como o ICOM – ‘International Council of Museums’ - o ICOMOS – ‘International Council of Monuments and Sites’ e ainda do ICCROM – ‘International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property’, que é um organismo intergovernamental. O ICOM intervém na área do património móvel; no património imóvel actuam, o ICOMOS que tem como objectivo a conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos, sendo responsável pela elaboração da Lista do Património Mundial assim como de estudar e propor recomendações e o ICCROM que tem o objectivo principal de incrementar a partilha de informação sobre conservação e restauro entre os intervenientes a nível global. O ICOMOS produziu várias Recomendações e Cartas, de destacar as Cartas sobre o turismo – 1976 e 1999; a Carta de Florença sobre a salvaguarda dos jardins

históricos - 1981; a Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas – 1987; e a Carta internacional para a gestão do património arqueológico – 1990; o Documento de Nara – 1994; a Carta internacional sobre a protecção e gestão do património cultural subaquático – 1996 e a Carta sobre o património construído vernáculo - 1999.

A UNESCO produziu várias Convenções e Recomendações, sendo de referir a Convenção para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado – 1954; a Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas – 1956; a Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e sítios -1962; a Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural e a Recomendação sobre a protecção, no âmbito nacional, do património cultural e natural, ambas de 1972; a Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea – 1976 e a Convenção para a protecção do património cultural subaquático – 2001.

Outro organismo relevante na protecção patrimonial é o Conselho da Europa, criado em 1949 com o objectivo de aproximar os diversos países da União Europeia propondo acções sociais, económicas, culturais, científicas, jurídicas e administrativas em prol da democracia parlamentar e dos direitos do homem. O Conselho da Europa foi o responsável pela implementação de uma visão mais abrangente do património, englobando no conceito patrimonial, além dos monumentos históricos, também o ambiente construído ou os conjuntos edificados. Tendo produzido documentos importantes como a Convenção para a protecção do património arqueológico - 1969 e 1992; a Carta europeia do património arquitectónico - 1975; o Apelo sobre a arquitectura rural e o ordenamento do território - 1976; o Apelo de Granada sobre arquitectura rural e ordenamento do território – 1977; a Resolução 813, relativa à arquitectura contemporânea – 1983; a Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa – 1985 e a Recomendação n.º R (89) sobre a protecção e valorização do património arquitectónico rural – 1989. Na década de 50, para o caso específico de estudo e investigação dos castelos seria constituído o ‘Internationales Burgentorschungs-Institut’ – IBI.

As iniciativas normativas surgem constantemente ajustadas a novas necessidades, estando ancoradas à evolução natural do conceito de património. Assim, a Convenção de Haia, ou Convenção para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado, de 1954, surge da experiência devastadora da 2ª Guerra Mundial com o objectivo de garantir medidas de protecção patrimonial em tempo de paz, definindo claramente o conceito de ‘bem cultural’

como “os bens, imóveis ou móveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos” (Convenção de Haia, 1954, art.º 1, citado por Lopes & Correia, 2004, p.29), que substitui o limitado conceito de património, anteriormente restringido apenas aos monumentos históricos.

A noção de património alarga-se e começa a englobar não só os monumentos mas também os conjuntos urbanos ou rurais que os envolvem, surgindo a Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea, da UNESCO, em 1976, que já define o património como ‘conjunto histórico’ e a Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas do ICOMOS, em 1987, manifestando uma preocupação com a preservação dos conjuntos históricos ou tradicionais e da sua essência social, económica ou cultural. Pretendia-se não só a protecção, a revitalização e a reutilização dos centros históricos das cidades, mas também a preservação e a manutenção do seu ambiente social, o que significava mais um salto evolutivo do conceito patrimonial.

A Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural de 1972, produzida pela UNESCO tinha o objectivo de alargar a uma escala planetária a responsabilidade pela protecção patrimonial cultural e natural, criando um sistema prático de protecção colectiva do património, criando a Lista do Património Mundial numa tentativa de garantir prestígio internacional aos monumentos e sítios aí incluídos e potenciar a sua valorização.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico, lançada em 1975 pelo Conselho da Europa, reafirma um conceito patrimonial amplo, constituído tanto pelos edifícios como pelas cidades ou aldeias, defendendo ainda que “devem ser desenvolvidos todos os esforços para melhorar a qualidade da arquitectura contemporânea, pois ela será o património do futuro” (Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975, citado por Lopes & Correia, 2004, p.162), revelando uma visão de património em constante evolução que não deve ficar restrito ao passado. A Carta Europeia do Património Arquitectónico apela ao conceito de conservação integrada que pretende proteger o património edificado através da procura da função adequada a cada caso com o apoio dos vários mecanismos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

A noção de património foi ao longo dos anos abarcando novos conceitos, como nos anos 60 e 70 a inclusão do património da arquitectura rural e a sua paisagem e mais recentemente a preocupação com a preservação dos jardins históricos, sendo considerados um património fundamental a preservar, numa nova actualização do conceito de património. Assim, a UNESCO, cria em 1962, a Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios. O Conselho da Europa cria, em 1977, o Apelo de Granada sobre

arquitectura rural e ordenamento do território e em 1989 a Recomendação n.º R (89) sobre a protecção e a valorização do património arquitectónico rural. O ICOMOS desenvolve a Carta de Florença sobre a salvaguarda dos jardins históricos em 1981.

Ainda assim, apesar da evolução do conceito de património, que se tornou muito mais abrangente, a definição de monumento histórico estava, cronologicamente, até aos anos setenta do século passado, meramente referenciado até à segunda metade do século XIX e estava limitado apenas a três categorias: os “vestígios da antiguidade (...) edifícios religiosos da Idade Média e (...) alguns castelos” (Choay, 1999, p.12). Esta visão limitada acabou por ser responsável pela destruição de vários “edifícios do século XX, apenas porque, sendo recentes não mereciam especial protecção” (Lopes & Correia, 2004, p.35).

O Conselho da Europa recomendaria assim, em 1991, a protecção do património arquitectónico do século XX e constatava que o desenvolvimento acelerado das cidades se reflectiu na construção massiva de edifícios sem qualidade arquitectónica por toda a Europa, levando à adopção da Resolução 813 sobre a arquitectura contemporânea, em 1983, que amplia novamente o conceito patrimonial, identificando a arquitectura moderna como um património do futuro a preservar, devendo-se integrar nos conjuntos arquitectónicos existentes, com a finalidade de assegurar a continuidade da tradição arquitectónica às gerações futuras.

O património arqueológico foi regido inicialmente pela Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas, produzida pela UNESCO em 1956, sendo hoje adoptadas a Carta internacional sobre protecção e a gestão do património arqueológico do ICOMOS, produzida em 1990 e a Convenção Europeia para a protecção do património arqueológico, elaborada pelo Conselho da Europa em 1992. Em 1996 a Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património cultural subaquático é aprovada pelo ICOMOS e em 2001 a UNESCO aprova a Convenção para a protecção do património cultural subaquático reforçando este património.

O desenvolvimento do turismo cultural tem consequências positivas e negativas no património, o que faz surgir do ICOMOS a Carta sobre o turismo cultural, em 1976, sendo revista em 1999, ano em que também a Organização Mundial do Turismo – OMT – aprovava um Código Mundial de Ética do Turismo. Em 2003 o Conselho da Europa adopta a Recomendação (2003) 1 sobre o desenvolvimento do turismo associado à valorização do património cultural, numa perspectiva de desenvolvimento durável, manifestando as consequências positivas e negativas do turismo cultural, que de forma excessiva e

descontrolada, produz um efeito prejudicial não só no património cultural, mas também nas populações e nas culturas locais.

As acções relacionadas com a conservação e restauro de edifícios e objectos sempre existiram ao longo dos tempos mas é apenas a partir do século XVIII e XIX que a actividade de restauro se desenvolve com uma clara consciência dos valores inerentes ao património. O conceito de restauro foi progressivamente ampliando a sua definição, partindo de uma noção inicial centrada e isolada no monumento histórico para englobar também o contexto urbano ou a paisagem rural que os envolve, sendo após a 2ª Guerra Mundial que se acentua a preocupação pelos conjuntos históricos ou “centros urbanos antigos que, à época, ou estavam destruídos pela guerra ou estavam ameaçados pelas políticas de desenvolvimento urbano” (Lopes, 2012, p.94), que descaracterizavam de forma acelerada as cidades e os meios urbanos.

Esta evolução conceptual é influenciada pelas principais correntes ideológicas, despoletadas por vários intervenientes teóricos, assim como pelas principais normas internacionais produzidas pelos diversos organismos da protecção do património, que traduzem os vários estratos de desenvolvimento da percepção de património. Este desenvolvimento progressivo da noção de património está estreitamente ligado às naturais transformações sociais, culturais e mentais que formulam gradualmente a consciência que vai ficando desperta para novos patrimónios a preservar.

O património é hoje definido como “destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos” (Choay, 1999, p.11) e o conceito de conservação do património arquitectónico e arqueológico engloba a totalidade das “operações que visam a compreensão da obra, o conhecimento da sua história e significado, bem como as acções para assegurar a respectiva salvaguarda material, eventualmente, o seu restauro e valorização” (Lopes, 2012, p.81).

#### 1.4. Restauro e conservação em Portugal

A conservação, reconstrução e construção de novos sistemas defensivos foi uma constante em Portugal até finais do século XIV, período caracterizado por diversos conflitos armados de reconquista territorial, sendo um processo fundamental para garantir a defesa e a manutenção da nacionalidade. No período de quinhentos, inicia-se o interesse pelo antigo, pelas construções de destaque ou de maior valor simbólico presentes nas cidades, levando a que alguns humanistas, como, Damião Góis, Gaspar Barreiros e Francisco de Holanda manifestassem interesse por temas ligados aos estudos humanísticos e ao conhecimento da arqueologia clássica ou da história antiga.

Contudo, será no século XVIII que aparecem as primeiras leis de conservação e restauro patrimoniais, como o alvará de D. João V, assinado em 20 de Agosto de 1721, que delegava na Academia Real de História Portuguesa - criada um ano antes - as funções de exame e conservação do património edificado e o seu conteúdo denotava já um conceito de património amplo, englobando, a partir desta época, também os artefactos históricos, assim como: estátuas; mármores; lâminas; medalhas ou moedas e determinava que dali em diante “nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo nem em parte qualquer edifício, que mostre [antiguidade], ainda que em parte esteja arruinado” (Alvará Régio de D. João V, citado por Jorge, 2005, p.40). Em 1760 a Academia Real de História Portuguesa cessaria funções sendo substituída pela Real Biblioteca Pública em 1796, que atribui as competências da extinta Academia Real de História ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa.

As invasões francesas e os conflitos políticos entre Liberais e Absolutistas, no princípio do século XIX vão produzir efeitos negativos no contexto do património nacional. A tensão e a instabilidade levaram as câmaras, que também tinham funções de protecção do património, a fazer o inverso, abandonando imóveis, transformando edifícios em espaços para serviço público e até vendendo os terrenos onde se implantavam edifícios, o que podia significar a sua demolição. Era uma conjuntura que contribuiria significativamente para a sucessiva degradação do património português.

O século XIX trouxe enormes mudanças à sociedade em geral, na medida em que diversos acontecimentos vieram acentuar uma ruptura com o passado, como foi o caso das revoluções políticas liberais e da revolução industrial, acentuando na sociedade a consciência de património arquitectónico. Nos anos de oitocentos o património histórico encontrava-se num estado de degradação e de desprezo, exceptuando os edifícios

monumentos nacionais simbólicos que pela sua dimensão histórica já tinham despertado o interesse e a vontade de se restaurarem e preservarem, utilizando o conceito romântico da ‘unidade de estilo’, idealizado por Viollet-le-Duc, responsável por intervenções de restauro de carácter abusivo e fantasioso.

Em Portugal o sentido de ruína dividiu-se entre a ruína arqueológica-pré-histórica ou antiga e a ruína medieval, que podia ser religiosa, militar ou civil, sendo diferenciadas, seguindo os conceitos expressos pela Comissão Geral de Viena para a Restauração de Monumentos, de 1898 e divulgados pelo Congresso Internacional de Madrid, entre ‘monumentos mortos’, os que deixaram de ter o uso para o qual foram construídos e ‘monumentos vivos’, os que revelavam ainda uma função, original ou não. As técnicas a utilizar nos ‘monumentos mortos’ reportavam-se somente à sua conservação ou consolidação, sendo as operações de restauro exclusivas dos ‘monumentos vivos’, sempre que as intervenções de conservação fossem insuficientes para garantir a sua funcionalidade.

No século XIX as acções de restauro em castelos e outras estruturas militares, que, segundo o conceito anterior eram considerados ‘monumentos vivos’, iam da simples conservação às grandes transformações estruturais e funcionais, caso do Castelo de S. Jorge, adaptado e ampliado a quartel militar, sendo que o conceito de intervenção mínima não encontrava eco nas obras de restauro nesta época de oitocentos, onde “restaurar significava reconstruir o edifício num estado que pode nunca ter apresentado” (Tomé, 2002, p.63). Sendo a partir desse século que surge em Portugal a preocupação com o património histórico, iniciando-se a consciencialização do valor dos objectos patrimoniais, ainda que nesta época o grau ou nível de valorização histórica e documental fosse influenciado especialmente pelo simbolismo do objecto arquitectónico em vez de uma valorização baseada meramente em factos históricos e artísticos.

Esta época seria marcada por um excesso de edifícios e objectos arquitectónicos a cargo do Estado Liberal vigente, decorrentes da nacionalização dos bens das ordens religiosas no ano de 1834 e que conseqüentemente perderam função programática e ocupação, sendo necessária a sua preservação e reabilitação. Situação idêntica ocorre em 1911, já com o Estado Republicano com a Lei da separação do Estado da Igreja, em que a lei retirava todo o poder jurídico à Igreja Católica, ficando esta impedida da posse de qualquer imóvel.

É durante o período Liberal que a decadência do património se vai acentuar quer seja por actos de vandalismo; pela venda excessiva de imóveis ou por alteração das suas funções programáticas ou da sua descaracterização. O regime Liberal demorou a accionar mecanismos de defesa e preservação dos objectos arquitectónicos nacionais, levando a que

se insurgissem críticas da sociedade, em nome da herança cultural portuguesa, nomeadamente de escritores românticos nacionais, como Alexandre Herculano, que, com os artigos denominados 'Os Monumentos' impressos no periódico 'O Panorama', dava corpo à sua contestação. Na mesma conjuntura surgiram acções independentes em defesa do património, como a criação da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em 1864 pelo arquitecto Joaquim Possidónio da Silva, que elaboram, em 1876, o Boletim de Arquitectura e Arqueologia e mais tarde no ano de 1880 a lista de imóveis a classificar como Monumento Nacional. O Estado mostrava-se ineficaz na protecção do património, sem publicar legislação específica e funcional e sem oficializar a Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses eram praticamente nulas as iniciativas de salvaguarda do património edificado.

Lentamente surgem mecanismos de protecção do património, como o aparecimento do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, inserido no Ministério das Obras Públicas, que teve como primeiras acções concretas efectuar o levantamento e a classificação dos monumentos, analisando as suas características e estado de preservação, divulgando entre 1904 e 1908, novas listas de património a classificar, mas a falta de dados aliada ao desinteresse levavam a uma deficiente interpretação do real valor do imóvel e da sua situação física, impedindo um resultado prático. A inoperância deste serviço foi ainda acentuada com o surgimento de uma disputa de competências entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, desfavorecendo o património nacional.

Com a implantação da República há uma maior dinâmica na salvaguarda do património, com a apresentação da listagem oficial dos Monumentos Nacionais, em 1910, mas a tentativa descentralizadora de tripartição do Conselho dos Monumentos Nacionais em Conselhos de Arte e Arqueologia de Lisboa, Coimbra e Porto em 1911 revelar-se-ia ineficaz.

A crise financeira iniciada no ano de 1920 e a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra vieram atrasar e dificultar ainda mais as intervenções no património, que, em alguns casos, já atingia um estado deplorável. Os serviços de recuperação do património revelavam-se ineficazes tanto por terem a seu cargo um elevado índice de obras de especialidades diversas como pela difícil obtenção de verbas e pelo excesso de trabalhadores sem formação técnica específica para o trabalho de reabilitação e restauro dos monumentos.

O surgimento de um mais um novo organismo - Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – AGEMN - no seio do Ministério do Comércio e Comunicações,

com competências de análise e de realização de obras nos monumentos nacionais, veio agravar ainda mais a situação do património, pois as competências e os serviços não estavam claramente definidos e ainda se cruzavam de forma incerta e confusa com outros organismos, nomeadamente com os Conselhos de Arte e Arqueologia criados pelo decreto de 1911, levando à indefinição das habilitações de cada organismo.

Em 1924 todos os serviços de actuação no património unificaram-se no novo Ministério da Instrução, criando-se para as funções de consulta e deliberação o Conselho Superior de Belas Artes e para a direcção de serviços e obras a 3ª Repartição da Direcção-Geral das Belas Artes, liderada então pelo arquitecto Adão Bermudes, coadjuvado pelos arquitectos António de Couto e Baltazar de Castro. A Lei mais significativa, relacionada com a defesa do património, deste período estava patente no art.º 50º e 69º do diploma de 1911, que veio introduzir ao conceito de salvaguarda do património, para além do próprio imóvel, também a sua envolvência ou contexto, algo que até aqui era menosprezado. O Decreto nº 15 216, de 14 de Março de 1928 reformula o Conselho Superior de Belas Artes sem alterações práticas que vão vigorar somente até Abril de 1929 data em que surgia a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - DGEMN - inserida no Ministério das Obras Públicas.

#### **1.4.1. História e metodologia da DGEMN**

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - DGEMN – surge inserida num novo Ministério do Comércio e Comunicações em 1929 com o Dec. Nº 16 791 de 30 de Abril, que unificava os serviços de obras dos edifícios e monumentos nacionais e dos edifícios particulares onde funcionavam serviços públicos, implicando a extinção dos serviços anteriores, herdando as suas habilitações e o pessoal técnico que os compunha, sendo reorganizada organicamente diversas vezes ao longo dos anos. Desenvolveu desde sempre diversas acções no quadro da salvaguarda do património nacional, tendo uma actuação muito diversificada e abrangente que evoluiu ao longo de várias conjunturas e interpretações, consequência de novos conceitos técnicos, ideológicos ou culturais. Tinha como funções principais a elaboração de projectos para obras de reparação, conservação e restauro de monumentos e palácios nacionais; a sua execução e fiscalização; a actualização do inventário de imóveis classificados; a realização do catálogo e do arquivo iconográfico e a fixação, coadjuvado com os Conselhos de Arte e Arqueologia, das zonas de protecção em redor dos monumentos. Os critérios de intervenção para o património arquitectónico seriam

enunciados em 1934, por Gomes da Silva num texto programático na sua comunicação ao Primeiro Congresso da União Nacional:

“1 - Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais da beleza artística, êles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da pátria e da arte;

2 - O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer pela acção dos homens;

3 – Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos” (Silva,1935-1990,1, pp.18-19).

A DGEMN rapidamente passa a servir os ideais nacionalistas do regime do Estado Novo que preconizava uma visão triunfal da história de Portugal, tendo como estratégia de propaganda ideológica, criar, efectivamente construir uma memória histórica, visível e palpável, utilizando os monumentos que ilustrassem eficazmente as fases mais importantes e representativas da história de Portugal e que creditavam várias fases de um passado de glória, criteriosamente escolhido, sendo que os objectos e acrescentos posteriores à Idade Média dos séculos XVI, XVII e XVIII – período do Renascimento - foram catalogados pelo regime como épocas trágicas onde o património arquitectónico teria sido exposto a acções nocivas e descaracterizadoras e que se deveria restabelecer o objecto ao estado primário da sua existência.

O Estado Novo com base numa ideologia nacionalista, corporativista, anti-individualista, anti-socialista e anti-sindicalista pretendia uma ‘renovação’ da Nação, uma ‘restauração’ que deveria abranger todos os aspectos da vida nacional, desenvolvendo uma eficaz estratégia de propaganda ideológica de exaltação histórica que vai reeditar a História de Portugal com um traço marcadamente épico, retomando cirurgicamente “factos e figuras, com especial predilecção por aqueles que melhor encarnam os valores histórico-simbólicos” (Neto, 2001, p.145) da Nação, sendo que os critérios de selecção dos monumentos eram também movidos pelo estatuto histórico e simbólico, mais do que pelo valor estético ou artístico, fazendo com que fossem eleitos os imóveis que melhor representassem os momentos

triumfais da Nação, o que englobava castelos, catedrais, igrejas, conventos e palácios, que seriam assim alvo de intensas obras de remodelação.

As acções de reintegração e restauro dos monumentos, encarados “como testemunhos vivos que autenticam os momentos de triunfo da Nação secular,” (Neto, 2001, p.145) seriam o exemplo máximo da atitude restauracionista do Regime e tinham paralelo com a recuperação dos valores histórico-ideológicos mais importantes da Nação, na medida em que os critérios de intervenção eram os da reintegração estilística, de recuperação do seu estilo original, incentivando o desenvolvimento dos princípios da unidade de estilo, de destruição e remoção de elementos posteriores aos iniciais, que dificultavam a leitura e a assimilação simbólica do monumento.

Para as intervenções nos objectos arquitectónicos a DGEMN tinha como método de trabalho a elaboração de boletins, que além de serem um documento técnico eram também um instrumento de propaganda ideológica. Os boletins analisavam o monumento a intervir, traçando o seu perfil histórico e a sua importância assim como uma memória descritiva da intervenção, plantas de localização com a envolvimento urbana anteriores e posteriores às intervenções; desenhos de projecto e fotografias que faziam um breve historial das obras no edifício antes durante e após a sua conclusão, contudo, sem a justificação dos critérios utilizados e sem uma análise documental, arqueológica ou artística e onde a demonstração dos trabalhos efectuados se realizava sem grandes pormenores, sendo publicados 131 boletins, entre 1935 e 1990, num espaço de tempo de 56 anos.

A maioria das intervenções da DGEMN incidiram nos sistemas estruturais dos edifícios, sendo orientadas geralmente pelas ruínas existentes e pelas que iam surgindo durante as escavações, que se realizavam sem seguir um plano científico estudado e pormenorizado, não só por não terem essa função, mas também porque as escavações serviam, essencialmente, para obter material para a intervenção, caracteristicamente idêntico ao existente, para oferecer uma imagem de continuidade material com as ruínas existentes. O objectivo primordial das intervenções em estruturas como os castelos medievais era a reconstrução do seu perímetro ou da sua forma exterior, sendo que interiormente existe a depuração dos espaços devido às demolições e à incapacidade de reconstruções fidedignas.

Geralmente as acções da DGEMN, consistiam em demolições internas, eliminação de obstruções, nivelação de terrenos, consolidações e restauração ou restauro. Nas

demolições inserem-se as obras de apeamento e de reconstrução, obras de demolição de elementos sem valor patrimonial. As acções de eliminação, desobstrução e escavação serviam para prospectar ruínas soterradas, que a ser descobertas, legitimavam ainda mais as futuras intervenções. Com a nivelação dos terrenos pretendia-se atingir cotas primitivas e agilizar acessos e circulações. As acções de conservação em objectos pouco degradados denominavam-se de consolidações e a restauração podia revestir-se de outras denominações como, restauro, reconstituição, recomposição, complemento ou construção e englobava acções de aplicação de novos materiais aos existentes (Fernando, 2005, citado por Correia, 2010).

O processo de reposição de material utilizado pela DGEMN consistia na técnica de anastilose, “que, perante a sua eventual repetição, fundamentava a restante reconstituição, sobretudo das estruturas que se circunscreviam ao perímetro do castelo em causa” (Correia, 2010, p.393). Sendo que aferir com rigor científico o traço primário de uma qualquer estrutura ou edifício militar, como os castelos, não se tornaria o problema maior para a DGEMN, uma vez que era valorizada a reconstrução geral do monumento, utilizando-se uma estratégia de restauro conjectural - baseada em ideias hipotéticas sobre a fisionomia do monumento.

A filosofia de intervenção da DGEMN seria a valorização da expressão artística de uma só época histórica – ‘pureza de estilo’/‘unidade de estilo’ - retirando e destruindo todos os sinais existentes de épocas posteriores, apagando a história física, visível da evolução natural do próprio edifício, refazendo o imóvel até este atingir um estado estético primário e inicial de acordo com a identificação do seu período histórico, actuando segundo os “princípios arqueológicos de refazimento conjectural e de purificação bebidos em Viollet-le-Duc mais do que numa consciência histórica da vida e da utência sucessiva dos edifícios” (França, 1991, p.463). Sendo que este método de intervenção baseado na ‘unidade de estilo’ de Viollet-le-Duc estava já ultrapassado no contexto europeu, mas que a DGEMN optou, ainda assim, por seguir como método de acção, ignorando as recomendações da Carta de Atenas de 1931, de apelo a uma intervenção mínima, oposta ao conceito utilizado de restauro integral.

As vozes críticas reprovando os ideais de restauro da DGEMN, surgiram rapidamente por meio do deputado Diogo Pacheco Amorim, condenando o restauro baseado na ‘unidade de estilo’ e a não assimilação dos conceitos internacionais, assim como de Raul Lino, único que, dentro da DGEMN, criticou os métodos intervencionistas do organismo. Arquitecto com formação em Inglaterra e Alemanha, onde era valorizada a História de Arte, que apoiava as

ideias de restauro de intervenção mínima de Jonh Ruskin em detrimento das de Viollet-le-Duc, criticando a falsidade dos restauros e a destruição da envolvente dos edifícios intervencionados, defendendo a verdade histórica dos objectos e a aplicação de um modelo de intervenção adequado a cada caso específico, desvalorizando o período de construção e as características estilísticas do edifício defendendo antes o seu tempo de vida e consequentemente também todas as contribuições das várias épocas. Raul Lino tinha uma capacidade cultural e teórica que lhe permitia teorizar facilmente os seus princípios sobre os critérios de orientação para as novas intervenções, redigindo completos e justificados pareceres, contrastando com outros funcionários da DGEMN, que desconhecendo os fundamentos críticos das alternativas à unidade de estilo, difundidos pela Europa, não partilhavam destas ideias, preferindo antes uma actuação suportada no empirismo e na sua própria sensibilidade pessoal em vez da erudição.

A inexistência de um só conceito de actuação no seio da DGEMN levou ao não desenvolvimento de uma doutrina de princípios e conceitos exemplares e claramente explícitos para as intervenções no edificado, apesar de existir algum consenso no modelo operacional, existiam diversas e divergentes interpretações das premissas de intervenção, regendo-se os técnicos por textos editados pelos próprios serviços, que, por vezes, poderiam até ser contraditórios.

A mudança de critérios de intervenção da DGEMN foi lenta, despoletando-se, não só a partir das críticas de Raul Lino, com maior incidência no curto período em que foi director do Serviço de Monumentos desse organismo - Janeiro a Novembro de 1949 – mas também coadjuvada pela evolução, a partir dos anos 50, dos estudos de História da Arte nacional, por uma aproximação dos Serviços dos Monumentos com outras instituições culturais de protecção de obras de arte, assim como a intensificação de contactos internacionais com o IBI - 'Internationales Burgentorschungs-Institut' – ao qual a DGEMN viria a aderir, o que permite aos técnicos portugueses o contacto com os princípios de intervenção internacionais.

A participação no congresso de Veneza, da qual sairia a Carta de 1964, vai acentuar uma “nova era na DGEMN, com o respeito pelas diferentes épocas de cada imóvel e pelo seu entendimento urbano, a par da compreensão e do reconhecimento das noções de conjuntos e sítios monumentais” (Neto, 2001, p.241), sendo a partir dos anos 60 que a DGEMN abandona progressivamente o conceito de restauro monumental e radical baseado no princípio da ‘unidade de estilo’, assimilando os ideais mundiais de conservação. Em 1990 a

actuação da DGEMN era já norteada pelo rigor científico, demonstrando metodologias e processos de actuação muito específicos nas obras de restauro, de acordo com os conceitos internacionais, baseando-se nos princípios da conservação preventiva, actuando num processo científico interdisciplinar e da conservação integrada, intimamente ligada à necessidade de fixação dos valores contemporâneos de uso ou consumo patrimonial, numa crescente noção do património como detentor de um valor económico-social. Ainda assim, os restauros das décadas de 80 e 90 tendiam a seguir um projecto planeado e executado com elevado nível de qualidade onde a metodologia de projecto se comprometia com exigências a nível funcional, formal e construtivo, mas que seria um campo de actuação propício ao desenvolvimento de experiências formais e conceptuais, de protagonismo pessoal, algumas vezes “destituídas do necessário confronto teórico-crítico e de um correcto posicionamento ético” (Tomé, 2001, p.220). É também a partir desta altura que a noção de património seria alargada à arquitectura anónima, deixando de estar restrita ao conjunto de imóveis classificados.

#### **1.4.2. Novos organismos de protecção patrimonial**

O Instituto Português do Património Cultural – IPPC – integrado na Secretaria de Estado da Cultura e criado em 1980, viria a tirar o protagonismo da DGEMN no panorama patrimonial, uma vez que a partir de 1988 tinha também a possibilidade de realizar obras e projectos de intervenção, numa crescente dinâmica que vai ser prosseguida pelo Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR – que substitui o IPPC em 1992, relegando a DGEMN para um plano de acção mais reduzido, restringido apenas a operações de conservação. Os organismos de intervenção no património não deixaram de ser constantemente reestruturados ao longo dos anos: em 2007 o IPPAR é fundido com o Instituto Português de Arqueologia – IPA - incorporando também algumas habilitações da extinta DGEMN, dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – IGESPAR. O Decreto-Lei nº 223/2007, de 30 de Maio, extingue a DGEMN e o IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado – criando o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU – que passa a desempenhar as suas funções e a gerir os arquivos da extinta DGEMN e das entidades antecedentes, que são englobados no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – SIPA.

O Ministério da Cultura criava ainda cinco Direcções Regionais de Cultura – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – com objectivos de salvaguarda, valorização e

divulgação do património arquitectónico e arqueológico. Em 2012 o Decreto-Lei Nº 115/2012 funde os serviços do IGESPAR; do IMC - Instituto dos Museus e Conservação - e da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo - DRCLVT - dando lugar à Direcção-Geral do Património Cultural – DGPC – actual organismo máximo responsável pelas questões patrimoniais.

A consciência do valor patrimonial em Portugal iniciou-se no século XIX, inicialmente influenciada pelo valor simbólico em detrimento do valor histórico-artístico. No período Liberal e Republicano o património iria atingir um elevado grau de degradação, sendo somente no período do Estado-Novo que se assiste a uma política eficaz na recuperação dos monumentos nacionais, com a DGEMN a servir os ideais restauracionistas do novo regime de integrar “o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas” (Silva, 1935-1999, 1, p.19). A DGEMN utiliza inicialmente um conceito de intervenção baseado na ‘unidade de estilo’, que era já condenado internacionalmente nesta época, sendo a partir dos anos 60 que envereda pelos critérios de restauro e conservação internacionais. A DGEMN dividiria o seu trabalho com o IPPC e posteriormente com o IPPAR, vindo a ser extinta em 2007. Os organismos nacionais foram-se reorganizando sucessivamente sendo hoje a Direcção-Geral do Património Cultural – DGPC – a entidade responsável pela protecção do património. A actividade realizada pela DGEMN ao longo de 78 anos exprime de forma prática a evolução dos princípios de intervenção no património edificado nacional.

## II O Castelo de S. Jorge

### 2.1. Contextualização histórica

A arqueologia permitiu revelar que a ocupação urbana do território que é hoje a cidade de Lisboa se desenvolveu de forma dispersa nos períodos do paleolítico e neolítico. Somente entre os séculos VII e II a.C. se formou um aglomerado fixo na colina do Castelo, composto de agricultores e pescadores que mantinham já algumas relações com outras culturas externas. A partir do século II a.C., com o processo de romanização, a cidade foi incluída no império romano, sendo elevada a colónia romana por volta de 60 a.C., com o nome de 'Felicitas Julia'. A cidade romana evoluiria para a designação de 'Olisipo', atingindo dimensão e forma urbana, sendo funcional e espacialmente organizada em torno de três núcleos: no alto da colina situava-se o 'Oppidum', que designava a zona fortificada do castelo; na zona a meio da colina situava-se o centro cívico, com os seus edifícios públicos - teatro, templo e mercado - denominado de 'Forum' e um último núcleo composto pelos equipamentos portuários e de lazer situado na zona ribeirinha.

No período muçulmano - 719-1147 - a rede de muralhas foi beneficiada e ampliada, destacando-se a Cerca Velha ou Cerca Moura que envolvia a Alcáçova – 'Al-qasaba' - que era a zona mais protegida e de menor acessibilidade, onde se instalavam as elites governativas que geriam a urbe - cidadela composta pelo palácio do Alcaide, o Castelejo e zonas residenciais - e a zona residencial e comercial que se desenvolvia pela encosta – 'Medina'. Na alta Idade Média, a construção de muralhas serviu para proteger a cidade no período das invasões bárbaras - ocupação sueva e visigótica - denotando-se nesta época um decréscimo no aglomerado populacional que não se multiplicou, restringindo-se aos limites das muralhas.

A cidade evoluiria para fora das cercas a partir do século X, criando arrabaldes exteriores. A conjuntura de instabilidade do século XI, entre árabes, berberes, cristãos e normandos, levou a uma reorganização urbanística da zona norte da Alcáçova que originou a construção do Castelo, de habitações e de alguns acessos. De facto, os trabalhos arqueológicos realizados no interior do Castelo e na Praça Nova vieram demonstrar que a generalidade da área fora intervencionada com recurso a demolições e terraplanagens, para a implantação da presente estrutura fortificada e de uma área habitacional, da qual existem vestígios que se compõem de ruínas de duas casas geminadas com áreas de 160m<sup>2</sup> e 187m<sup>2</sup>, reguladas e orientadas por três ruas. Sendo que o castelo aparece referenciado pela primeira vez num

documento do século XII da autoria do geógrafo árabe Edrici onde refere que a cidade de Lisboa possuía um castelo e muralhas.

Como era comum em outras cidades islâmicas, o local escolhido para erguer o Castelo da Alcáçova deveria revelar características defensivas naturais, como ser formado por terrenos rochosos e íngremes de difícil acessibilidade para efeitos de persuasão a um eventual inimigo. Contudo, em 1147, não resistiria às forças de D. Afonso Henriques, que, apoiado pela Segunda Cruzada conquista a cidade aos mouros, a qual passa a integrar o reino de Portugal, obtendo Carta Foral em 1179. A nova elite governativa ocuparia o castelo em 25 de Outubro de 1147, mantendo inalteradas as funções e os espaços do sistema muçulmano anterior. Ainda nesse ano, D. Afonso Henriques cria a freguesia de S.<sup>ta</sup> Cruz da Alcáçova - depois denominada freguesia de S.<sup>ta</sup> Cruz do Castelo, e, desde 1915, freguesia do Castelo - e toma a decisão de doar ao Bispo de Lisboa – D. Gilberto – uma parte da actual Praça Nova, para aí se edificar o Paço Episcopal e se fundar a igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz da Alcáçova, construída no local da mesquita, sendo nesta época que se realizaram as primeiras obras no Castelo, visando a reabilitação da destruição decorrente da conquista e também para fortalecimento de pontos entretanto considerados vulneráveis.

O Castelo foi uma estrutura bastante intervencionada e alterada ao longo dos séculos, não só por obras de reabilitação e adaptação por parte dos reis, destacando-se as obras de D. Dinis em 1279; de D. Afonso I em 1383, que manda retirar as portas do lado da cidade e entulhar o fosso e das obras de D. Manuel em 1495 que se estenderam até 1521, mas também pelos efeitos do terramoto de 1530, que viria a afectar as suas estruturas originais, destruindo parte do Castelo e a sua envolvente, demolindo as torres norte e nordeste da Alcáçova e algumas casas adjacentes na zona de S.<sup>to</sup> André e da Costa do Castelo, levando a um progressivo abandono e despovoamento do local.

Lisboa adquiriu, a partir do século XIII, importância nacional e internacional, sendo identificada como um importante centro político do reino. Denotava um comércio externo consolidado e uma densidade populacional em rápida ascensão, o que originou, entre 1373 e 1375 a construção de uma nova muralha - Cerca Nova ou Fernandina - para protecção da população, sendo que os muros do Castelo são também recuperados e englobados no conjunto defensivo da cidade. O período de maior expressão do Castelo decorreria desde o século XIII até ao princípio do século XVI. O antigo palácio do Alcaide, transformado em Paço Real da Alcáçova, seria a residência dos reis de Portugal desde D. Dinis a D. Manuel e era o símbolo da sede do poder régio, local de várias efemérides simbólicas. Teria uma

função de destaque para a administração nacional a partir de 1378 com a instalação da Torre do Tombo – arquivo documental do reino - numa das suas torres. Os edifícios originais do Paço da Alcáçova não estão caracterizados em desenhos de arquitectura, o que torna difícil, senão impossível, aferir arquitectonicamente as suas formas, proporções e disposições ou a sua implantação no terreno, contudo, o edificado do Paço da Alcáçova desenvolvia-se pela totalidade da área a Sul do Castelejo.

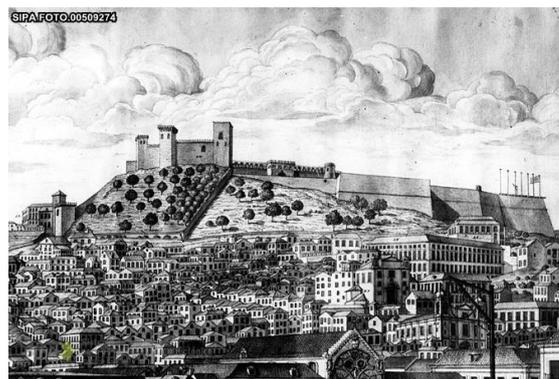
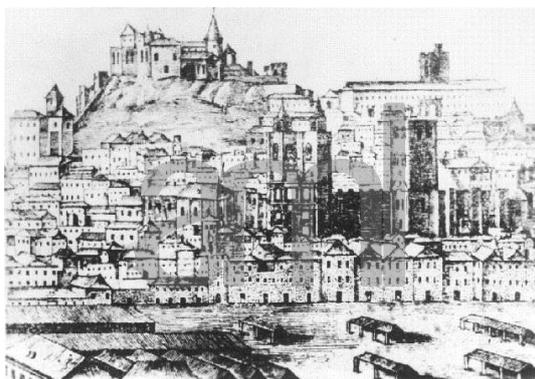
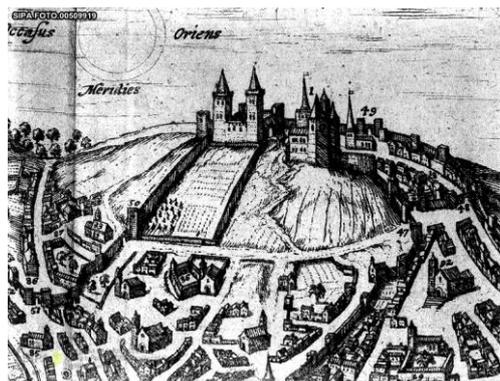
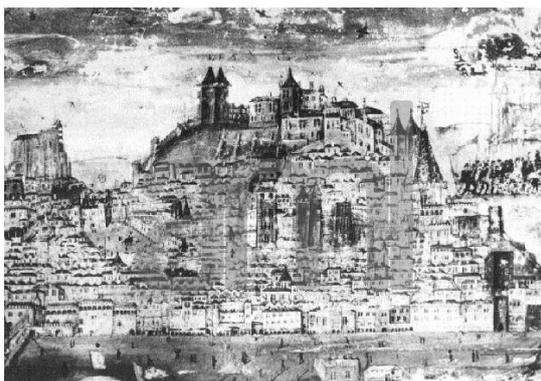


Fig. 1 - Castelo de S. Jorge em 1520 - Pintura de António de Holanda (AML).

Fig. 2 - Castelo de S. Jorge em 1593 - Gravura de G. Braunio - Séc. XVI (SIPA).

Fig. 3 - Castelo de S. Jorge em 1619 – Desenho de Domingos Vieira (AML).

Fig. 4 - Castelo de S. Jorge antes do terramoto – Zuzarte - 1787 (SIPA).

A zona do Castelo teria alguns projectos de modernização que não chegariam a ser construídos: Francisco de Holanda, no século XVI, idealizava uma nova cintura de muralhas para Lisboa e um projecto para a substituição do Castelo de S. Jorge e Nicolau de Langres, que desenvolveria no século XVII, também um projecto para a fortificação de Lisboa e de uma fortaleza para o Castelo.

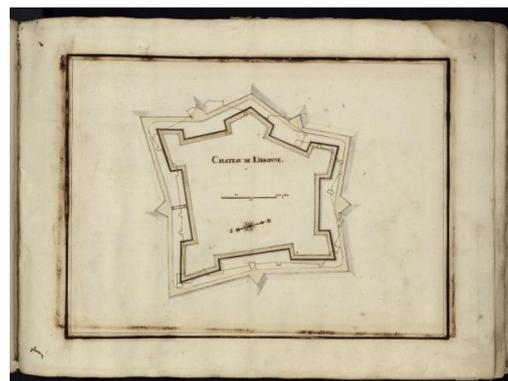
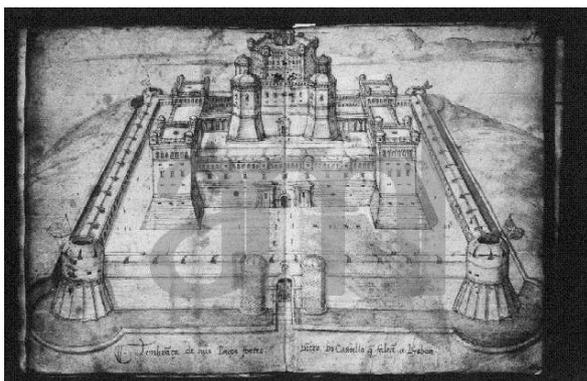


Fig. 5 - Desenho do Castelo e Fortaleza de Lisboa - Francisco de Holanda – 1571 (AML).

Fig. 6 – Projecto para o Castelo de Lisboa de Nicolau de Langres - séc. XVII (BND).

O declínio do Castelo inicia-se no século XVI com a saída do rei e da corte para o Paço da Ribeira situado no Terreiro do Paço, no ano 1500, e com o início do domínio espanhol sobre o reino de Portugal, de 1580 a 1640 – Filipe II - onde o Castelo retorna a desempenhar uma função militar, sendo adaptado à nova conjuntura política. Neste período, de subjugação espanhola, trocava o simbolismo de sede do poder régio por um símbolo repressivo militar estrangeiro, acentuado com a construção do alojamento do governador, do quartel e da prisão, sendo nesta época que surge a função de presídio no Castelo. O cariz militar mantém-se mesmo após a Restauração da Independência em 1640 onde é entregue pelo governador espanhol – D. Luiz del Campo – a D. Álvaro de Abranches que seria depois dado à autoridade do Alcaide-Mor em 1645 – D. Álvaro de Pires de Castro, Marquês de Cascais.

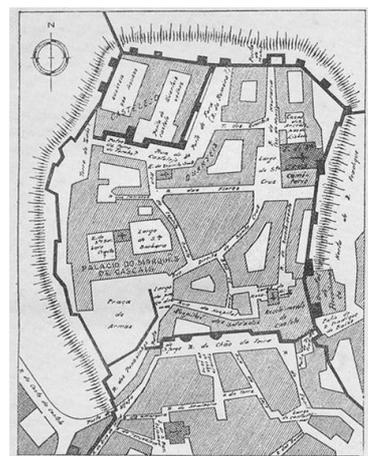
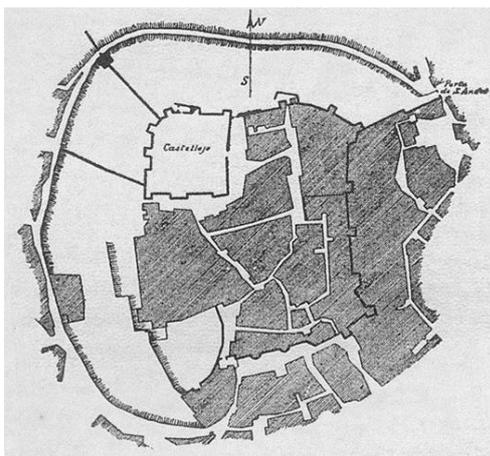


Fig. 7 - “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo em 1650” (SIPA).

Fig. 8 - “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo anterior ao terramoto de 1755” – Planta de 1761 (SIPA).

Na segunda metade do século XVIII o cunho militar do Castelo é ainda reforçado pela edificação de mais uma prisão e pela implantação do Hospital dos Soldados, por ordem do rei D. João V. Ainda neste século, o terramoto de 1755 devastaria uma vez mais a cidade de Lisboa, deixando em ruínas, além de outras, a zona do Castelo - muralhas, Castelo, Paço Real da Alcáçova, Palácios, Ermidas, Igreja, etc. – levando ao abandono civil e militar da zona. Progressivamente vão-se adaptando as estruturas conforme as necessidades: implementava-se o observatório astronómico numa das torres em 1779; noutra torre o observatório geodésico em 1788; instalava-se a Casa Pia, que ocuparia quase metade da área do Castelo, composta de recolhimentos, escolas, oficinas, casas de correcção e prisões, utilizando edifícios, quartéis e espaços reutilizáveis do Paço, com obras de adaptação que alterariam as estruturas existentes. Construía-se ainda uma cisterna, aproveitando algumas ruínas do castelo e na área da actual Praça Nova implantam-se oficinas de cordoaria, sendo a Igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz o único edifício a ser reconstruído. O castelo converter-se-ia “em local de tudo: presídio ou cadeia, casernas militares, Casa Pia, oficinas e manufacturas, postos geodésicos e de observação” (Abel & Consiglieri, 2011, p.7), permanecendo com este carácter multifuncional até à invasão francesa, onde é reformulado militarmente em 1807 de maneira a expressar o simbolismo do seu poder.

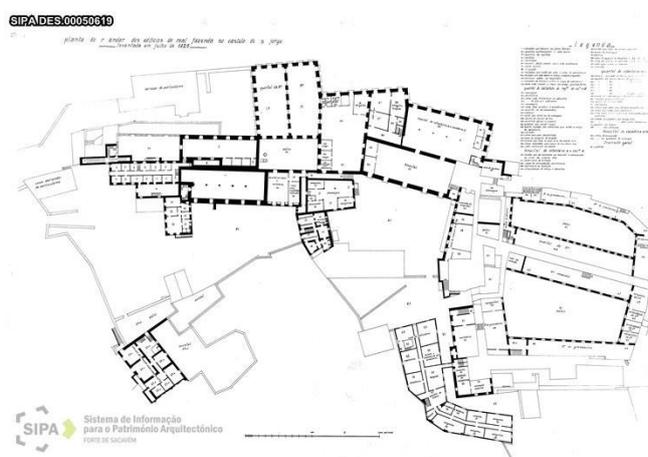
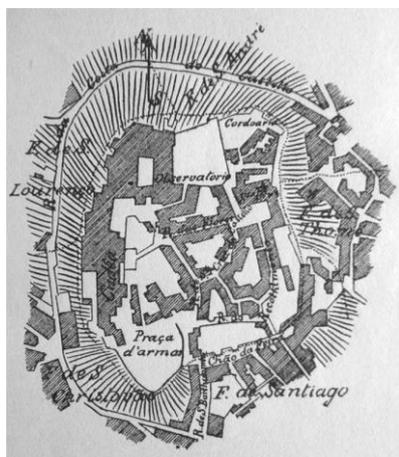


Fig. 9 – “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo em 1807” (Silva, 1937, p.19).

Fig. 10 - Castelo de S. Jorge em 1825 (SIPA).

Na segunda metade do século XIX instalava-se no Castelo o Batalhão Caçador 5, sucedendo-se depois outras construções militares descontroladamente ano após ano: “corpos de comando, casernas, paradas e logradouros, secretarias e arrecadações, refeitórios e “mess”; salas de recreio e de armamento, edifícios de auditoria militar e Conselhos de Guerra (...) cavaliças e carreiras de tiro” (Abel & Consiglieri, 2011, p.12).

Obtendo em 1868 a classificação de praça militar de segunda classe, título que perderia em 1897 devido à crescente degradação das suas condições de utilização.

No século XIX a freguesia do Castelo – antiga Alcáçova ou Cidadela - seria oficialmente dividida entre zona civil e zona militar - pertencente ao Ministério da Guerra - o que acentuaria o seu carácter militar e o isolamento entre as duas zonas da freguesia, sendo que nesta época “a amálgama de edifícios no interior e anexos ao castelo (...) tornava quase irreconhecível a antiga fortificação da cidade de Lisboa” (Silva, 1954, p.25), restando apenas da fisionomia do Castelo primitivo “alguns lanços de muralha desguarnecidos de ameias, algumas torres semidesfeitas ou deformadas - e, dominando tudo, esmagadoramente, um acervo de edifícios de desmedidas proporções, sem nenhum relevo arquitectónico” (DGEMN, 1935-1990, 25-26, pp.30-31). Ainda assim, a área do Castelo seria classificada em 1910 como monumento nacional, integrando o conjunto de património constituído pelo Castelejo e as muralhas, por alguns edifícios do antigo Paço Real da Alcáçova - ocupados então pelo quartel - e ainda pela área designada hoje por Praça Nova, que se situa a Norte da Igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz e que esteve integrada na freguesia civil até ao século XIX, sendo que primitivamente era uma zona totalmente habitada.

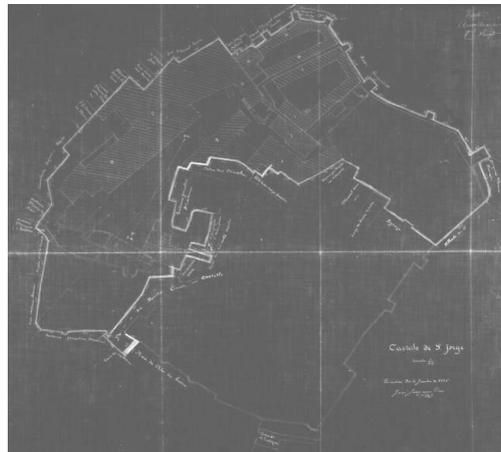
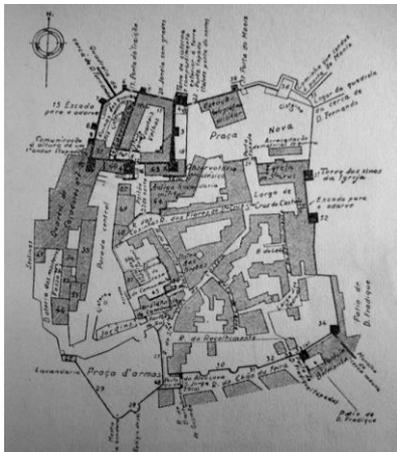


Fig. 11 – “Planta da freguesia de S.ta Cruz do Castelo em 1893” (Silva, 1937, p.21).

Fig. 12 - Castelo de S. Jorge em 1895 (Exército de Portugal).

Devido ao avançar do estado de degradação e inoperância das estruturas militares, a zona do Castelo começou a ter algumas propostas de aproveitamento, como as duas propostas de construção de hotéis para o local do Castelo, nomeadamente, da sociedade entre o Conde do Paço do Lumiar e o arquitecto Rosendo Carvalheira e de Feliciano Tomé e Companhia Lda., com os respectivos projectos a preverem a conservação das ruínas. Contudo, apesar do interesse privado, as tropas mantiveram-se aquarteladas no Castelo até

1938, altura em que os vários edifícios militares existentes no Paço da Alcáçova, no interior do Castelejo e na Praça Nova foram demolidos pelas obras de reconstrução efectuadas pela DGEMN, que se prolongariam até 1940, numa operação monumental de restauro que permitiu redescobrir novamente o Castelo. Após a intervenção o Castelo seria entregue à gestão da Câmara Municipal de Lisboa em 1942, que, por sua vez, encarrega a Legião Portuguesa da sua guarda e conservação, atribuindo-lhe a Casa do Governador – situada junto ao Portão do Sul - para funcionar como a sua sede nacional. Sendo que actualmente a zona monumentalizada do Castelo é gerida pela empresa pública EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural.

As obras subsequentes, do fim do século XX e as intervenções realizadas já neste século, de menor escala e dimensão, tiveram como objectivo essencial a preservação das ruínas da área arqueológica situada na Praça Nova, que atestam a antiguidade da ocupação do topo da colina do Castelo – Núcleo Arqueológico.

No período de ocupação muçulmana, devido à conjuntura de instabilidade do século XI, entre árabes, berberes, cristãos e normandos, houve a necessidade de se reorganizar urbanisticamente a zona norte da Alcáçova, o que originou a construção do Castelo; de habitações e de alguns acessos, embora já na época romana existisse uma zona fortificada – ‘Oppidum’ – que era parte integrante da organização das cidades romanas. Depois da conquista cristã aos muçulmanos em 1147 até ao século XX seria uma estrutura militar continuamente afectada por obras de beneficiação e de transformação, assim como alvo da força destruidora da natureza, enfrentando dois terremotos que deixariam profundas marcas nas suas estruturas originais.

No século XX estava oculto por edificações militares, construídas ao longo dos anos que o dissimularam quase na sua totalidade. As obras da DGEMN, realizadas de 1938 a 1940, serviram para verdadeiramente reconstruir o Castelo, mais do que para o restaurar, pois o que o restava da estrutura primitiva eram “alguns lanços de muralha desguarnecidos de ameias, algumas torres semidesfeitas ou deformadas” (DGEMN, 1935-1990, 25-26, pp.30-31). Ainda no século XX as escavações arqueológicas realizadas na Praça Nova permitiram descobrir vestígios de ocupação de várias épocas no local do Castelo sendo essa área intervencionada, visando a sua musealização e protecção, já no presente século.

## 2.2. Caracterização arquitectónica do Castelo de S. Jorge

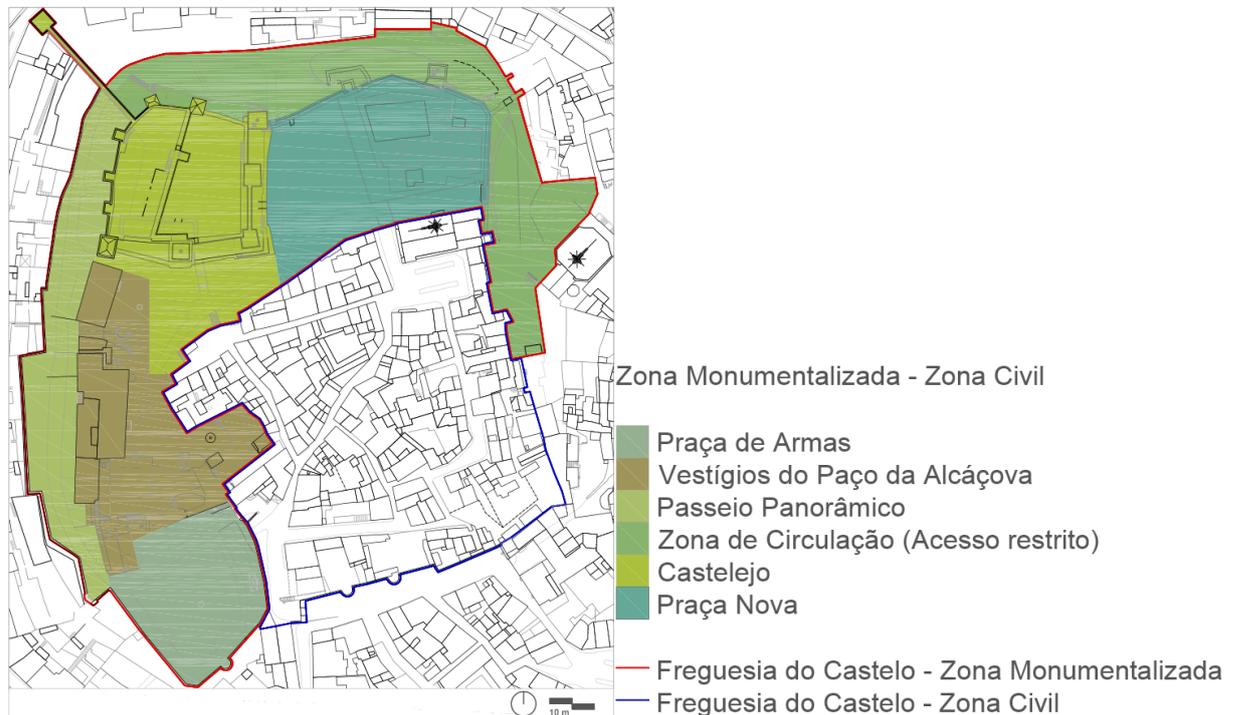


Fig. 13 – Zona Monumentalizada – Zona Civil (Autor).

O Castelo de S. Jorge, como monumento nacional – Zona Monumentalizada do Castelo - está implantado no interior do espaço da antiga Cidadela ou Alcáçova de Lisboa, hoje freguesia do Castelo, onde se incluem: o Castelejo ou Fortaleza, implantado a Noroeste; os edifícios do antigo Paço da Alcáçova – na época muçulmana – depois denominado Paço Real da Alcáçova – na época cristã – composto pela Casa Ogival/ Núcleo Museológico do Castelo e Casa do Leão/Restaurante; a Praça de Armas, a Sul; a Praça Nova e o Núcleo Arqueológico do Castelo, a Este e a zona de estadia e miradouro que se desenvolve pelo lado Este do Castelejo – Passeio Panorâmico. A área a Norte do Castelejo e a Este da Praça Nova é uma zona de circulação de acesso restrito. Sendo esta a zona monumentalizada do Castelo de S. Jorge, à qual não pertence a zona civil ou urbana da freguesia, embora esta fosse também parte integrante da antiga Alcáçova ou Cidadela.

## Antiga Cidadela ou Alcáçova de Lisboa



Antiga Cidadela ou Alcáçova de Lisboa

1. 2. Torres
  3. Torre de S.ta Cruz
  4. Torre
  5. 6. Torres ocultas
  7. 8. 9. Cubelos semicirculares
- a. Porta do Norte  
 b. Porta do Moniz ou de Martim Moniz  
 c. Portão de S.ta Cruz  
 d. Portão do Espírito S.to ou das Cozinhas  
 e. Portão do Sul  
 f. Porta de S. Jorge
- Estrutura de construção original  
 — Estrutura de construção posterior

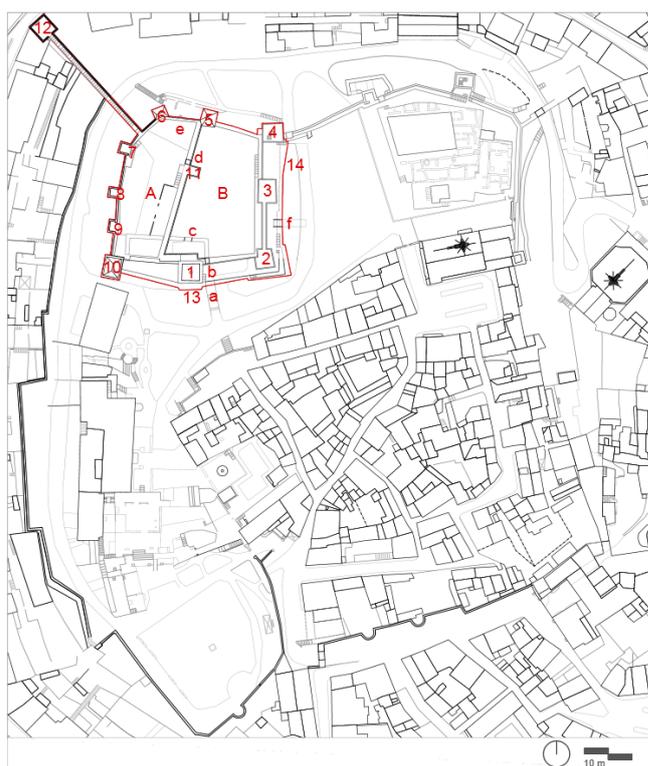
Fig. 14 – Antiga Cidadela ou Alcáçova de Lisboa (Autor).

As muralhas mouriscas da Cidadela formavam uma área aproximadamente quadrangular que conectavam com as duas torres do Castelo a Sudoeste e a Nordeste, sendo que as muralhas e torres do lado ocidental da Cidadela já não existem. Contudo, a Cidadela ou Alcáçova dos tempos originais é representada por uma muralha - em parte primitiva - e por muros que envolvem todo o espaço da freguesia – zona monumentalizada e zona civil. Ao longo desta muralha existem: seis torres originais - duas delas ocultas do exterior - três cubelos semicirculares e seis portas: a porta de S. Jorge, que seria originalmente a porta da Alcáçova e que permite a conexão com o bairro, na rua do Chão da Feira; o portão do Sul, situada no lado Oeste da Rua de S.<sup>ta</sup> Cruz; o portão do Espírito S.<sup>to</sup> ou das Cozinhas situada frontalmente ao Castelejo, estando normalmente encerrada; o portão de S.<sup>ta</sup> Cruz, situado no lado Nascente do monumento, que comunica com o Largo de S.<sup>ta</sup> Cruz, estando também fechada ao público; a porta do Norte, que liga com a Praça Nova e a porta do Moniz ou de Martim Moniz que também conecta a zona de circulação com a Praça Nova.

As muralhas que envolvem o monumento e a freguesia civil desenvolvem-se no sentido Poente-Nascente, a partir da torre da Cisterna e depois da porta do Norte e compõem-se por: um lanço de muralha de época original; uma torre sem ameias; a porta de Martim

Moniz; um trecho de muralha original que intersecta uma nova torre, apresentando ameias e seteiras; sendo que a muralha do monumento do período original termina nesta torre. Seguidamente, para Sul desenvolve-se um muro que se estende até à torre de S.<sup>ta</sup> Cruz, que é simultaneamente a torre sineira da Igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz, entrando já no espaço da freguesia civil, onde existe: um lanço de muralha original, que liga a outra torre, também do tempo original e uma muralha na zona do Pátio de D. Fradique. Seguidamente, em direcção a Poente, existem duas torres ocultas pelo Palácio Belmonte e um trecho de muralha que aporta dois cubelos semicirculares, construídos no século XVII. Entrando novamente na zona monumentalizada situam-se: a porta de S. Jorge; um trecho de muralha; uma muralha do século XVII da Praça de Armas, onde se implanta um cubelo semicircular. A muralha segue depois para Norte, onde ainda persiste um trecho do muro primitivo, que, em tempos remotos se prolongaria até à torre Sudoeste do Castelejo.

### Castelejo ou Fortaleza



#### Castelejo ou Fortaleza

1. Torre de Ulisses
2. Torre do Observatório
3. Torre
4. Torre da Cisterna
5. 6. 7. 8. 9. Torres
10. Torre do Paço
11. Torre Central
12. Torre de S. Lourenço
13. Barbacã Sul
14. Barbacã Nascente

- a. Porta de Entrada
- b. Porta Principal
- c. Porta Ogival
- d. Porta de Ligação
- e. Porta da Traição
- f. Abertura da Barbacã

- A. Pátio Ocidental
- B. Pátio Oriental

Fig. 15 – Castelejo ou Fortaleza (Autor).

O Castelejo implanta-se no vértice Noroeste da antiga Alcáçova, a 95 metros de altitude, ocupando uma área de aproximadamente 6.000 m<sup>2</sup>. É constituído por uma barbacã, com aberturas de seteiras, encimada por ameias, que o envolve pelos lados Sul e Este e pelo

respectivo fosso ou cava. As suas muralhas desenvolvem-se num sistema quadrangular e são equipadas com adarves ou caminhos de ronda e ameias às quais se adossam dez torres com cotas que variam entre os 22 e os 34 metros. Apresenta ainda uma muralha interior, orientada a Norte/Sul, também encimada por ameias e adarve, que cria dois pátios dentro do Castelejo, sendo que ao centro desta muralha se levanta mais uma torre.

O Castelejo tem seis portas: a porta de Entrada, de construção não original e que não tem características militares, sendo antes uma abertura para uma passagem desafogada; a porta Principal, de época original, situada à face Este da torre de Ulisses; a porta Ogival, situada logo após a porta Principal, também de construção original; a porta de Ligação, existente no muro interior do castelo, apresentando perfil ogival; a porta da Traição, rectangular, original, existente na muralha Norte do Castelejo e por último a abertura situada na barbacã Nascente, que dá para a Praça Nova. A acessibilidade ao interior do Castelejo efectua-se através das duas pontes que atravessam o fosso e ligam à porta de Entrada, no lado Sul e à abertura existente na barbacã Nascente.

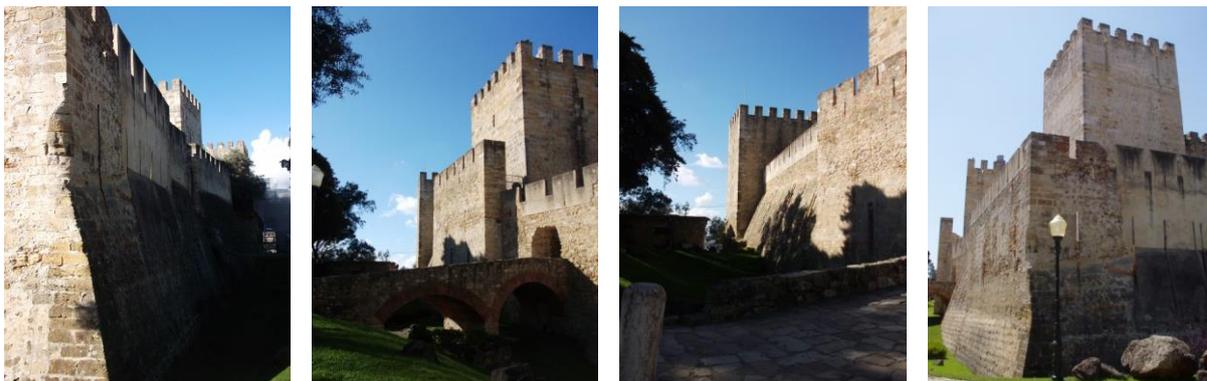


Fig. 16 - Barbacã Nascente (Autor).

Fig. 17 - Ponte de acesso/Porta de Entrada/ Barbacã Sul/Torre de Ulisses (Autor).

Fig. 18 - Barbacã Sul/Torre do Paço (Autor).

Fig. 19 – Ângulo Sudeste da Barbacã/Torre do Observatório (Autor).

As muralhas do Castelejo são interrompidas por dez torres envolventes, sendo a mais importante torre a que se situa ao centro da muralha Sul, que foi obtendo ao longo dos tempos várias denominações: torre Albarrã; torre do Haver; torre do Tesouro e torre do Tombo - designando-se hoje por torre de Ulisses. No seu interior existe um Periscópio que permite visualizar a cidade de Lisboa num ângulo de 360°. Apresenta eirado ameado, com uma cota altimétrica de 20 metros, sendo oca sensivelmente em dois terços da sua altura. A torre do Observatório, que teria tido essa função em 1788 - Observatório Geodésico – é de constituição sólida e encimada por ameias, situa-se a Sudeste, e por apresentar a maior

cota desde o nível do mar - 112 metros – deve ter sido a torre de Menagem do Castelo. No pano de muralha Este, ao centro, situam-se ainda: uma torre, com ameias e seteiras em três faces; a torre da Cisterna, que servia para armazenar água pluvial, implantada a Nordeste; torre implantada na muralha Norte que engloba uma sala, iluminada por três janelas, coberta por telha de canudo e acessível por duas portas; torre existente a Noroeste, com telhado de cinco águas, também composto, por telhas de canudo, tendo no seu interior uma sala de planta irregular com três troneiras em cada face.



Fig. 20 - Torre do Observatório (Autor).

Fig. 21 – Pátio Oriental/Torre Central/Muralha Interior/Porta de Ligação (Autor).

Fig. 22 - Torre de S. Lourenço e muralha (Autor).

Fig. 23 - Eirado da Torre da Cisterna (Autor).

O lanço de muralha a Oeste é composto por três Torres, com eirado situado acima do adarve, sendo o conjunto de torres, finalizado pela torre do Paço, que fazia parte do Palácio Real da Alcáçova, situada no canto Sudoeste da Fortaleza. É constituída por uma sala, com cobertura de telhas, revelando apenas uma seteira, orientada a Sul. Existem ainda: a torre Central, implantada na muralha interior que divide o Castelejo, ameada em três faces, sendo acessível pelo adarve e a torre de S. Lourenço, afastada 23 metros do Castelejo – torre de Couraça - implantada na Costa do Castelo, de construção original, que se relaciona com o Castelejo por meio de uma muralha, de cota elevada - 9 metros - com parapeito e ameias num dos lados, situando-se entre a torre do vértice Noroeste e a torre imediatamente a seguir, do lado Oeste. O Castelejo é ainda composto por vários adarves ou caminhos de ronda interiores, encimados por ameias; por vários parapeitos e por dois pátios interiores - Praças de Armas - divididos por uma muralha com adarve, de cota altimétrica de 10 metros, que se conectam pela porta de Ligação existente nesse muro.

## Antigo Paço Real da Alcáçova – Núcleo Museológico/Restaurante Casa do Leão



Antigo Paço Real da Alcáçova - Núcleo Museológico / Restaurante Casa do Leão

1. Restaurante Casa do Leão
2. Loja - Piso -1
3. Casa Ogival - Cafetaria

### Núcleo Museológico do Castelo:

4. Casa Ogival - Sala da Cisterna
5. Casa Ogival - Sala Ogival
6. Casa Ogival - Sala das Colunas
7. Casa Ogival - Sala das Prisões
8. Ruínas do antigo Paço Real da Alcáçova
9. Ruínas da Capela de S. Miguel

Fig. 24 – Antigo Paço Real da Alcáçova - Núcleo Museológico / Restaurante Casa do Leão (Autor).

Os vestígios dos edifícios do antigo Paço Real da Alcáçova, situado a Sul do Castelejo são compostos pela Casa Ogival e Casa do Leão. Existindo ainda uma loja no piso inferior da Sala da Cisterna. A Casa do Leão funciona como restaurante desde 1952. Os vestígios do Paço são ainda compostos por algumas ruínas de edifícios do Paço Real da Alcáçova e da Casa dos Alcaldes mores, assim como da Capela de S. Miguel, expostos ao ar livre como num jardim de falsas ruínas. Estes edifícios foram especialmente versáteis: numa primeira fase, serviram para a exposição dos vestígios arquitectónicos encontrados durante as escavações realizadas no local em 1938-40; a partir de 1958 funcionaram complementarmente como posto de turismo da Câmara Municipal de Lisboa; a Sala Ogival serviria como sala de banquetes nos anos 80. Mais recentemente os edifícios da Casa Ogival integraram o Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL/Olispónia - e actualmente fazem parte do Núcleo Museológico do Castelo.



Fig. 25 - Núcleo Museológico - Sala da Cisterna (Autor).

## Praça de Armas



Praça de Armas

1. Estátua de D. Afonso Henriques

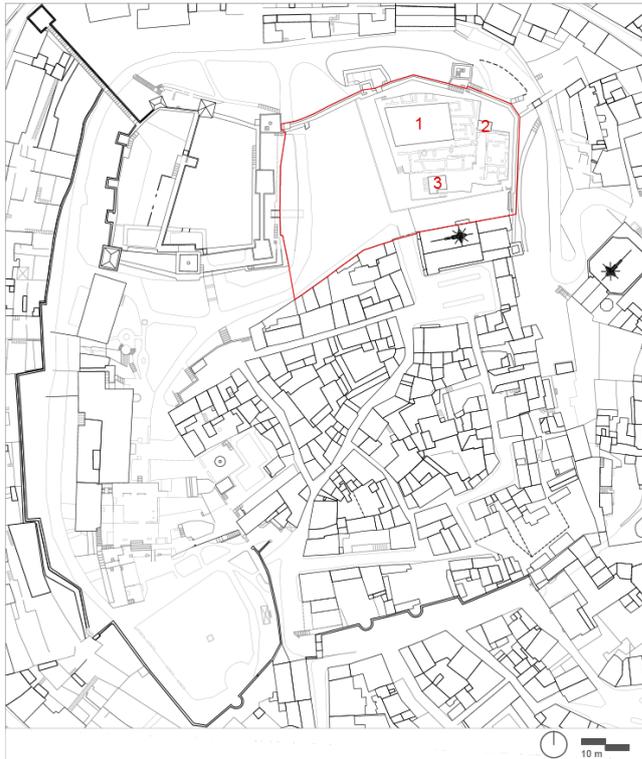
Fig. 26 – Praça de Armas (Autor).

A Praça de Armas está situada imediatamente a Sul do antigo Paço Real da Alcáçova sendo um grande espaço aberto e plano, que corresponde à antiga Praça de Armas do Castelo e é actualmente a entrada para a zona monumentalizada. É uma área de estadia e miradouro onde se destaca uma estátua de D. Afonso Henriques – réplica da estátua de Soares dos Reis, de 1887 - oferecida pela Cidade do Porto e inaugurada em 25 de Outubro de 1947, nas Comemorações do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros.



Fig. 27 – Praça de Armas/Estátua de D. Afonso Henriques (Autor).

## Praça Nova - Núcleo Arqueológico do Castelo



Praça Nova - Núcleo Arqueológico do Castelo

Ruínas:

1. Casas Islâmicas - Séc. XI
2. Palácio dos Condes de Santiago - Séc. XV
3. Séc. VII a.C.

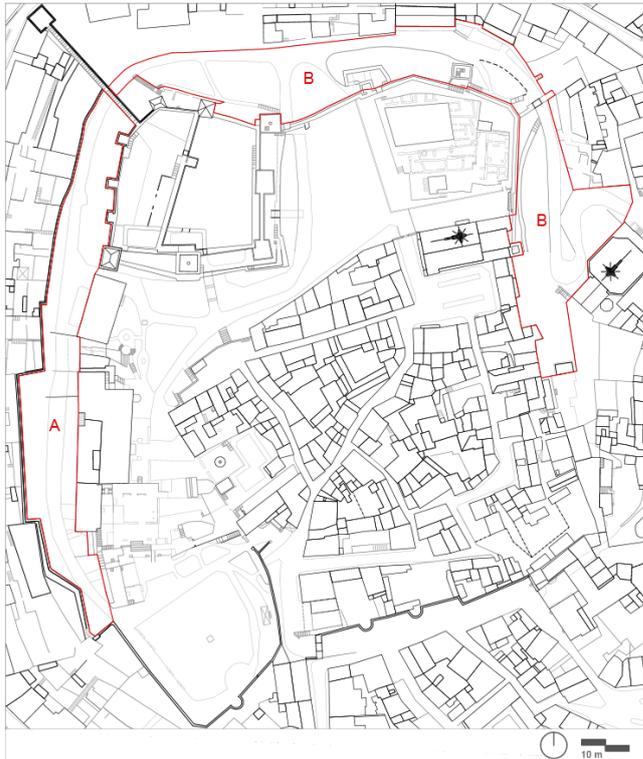
Fig. 28 – Praça Nova / Núcleo Arqueológico do Castelo (Autor).

A zona a Este do Castelejo, denominada Praça Nova desde o século XIX, era uma zona residencial em tempos remotos. É delimitada a Norte por muralhas e a Sul pela Igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz sendo nesta área que se situa o Núcleo Arqueológico do Castelo, que musealiza as ruínas reveladas em 1996 e que se constituem por três núcleos distintos: um grupo de estruturas habitacionais da Idade do Ferro - século VII a.C. - as ruínas de duas casas do período de ocupação muçulmana - século XI - e uma superfície pavimentada do palácio dos Condes de Santiago - século XV - sendo um espaço intervencionado pelo arquitecto Carrilho da Graça.



Fig. 29 - Praça Nova/Núcleo Arqueológico do Castelo (Autor).

## Passeio Panorâmico – Zona de Circulação



Passeio Panorâmico - Zona de Circulação

A . Passeio Panorâmico  
B. Zona de Circulação

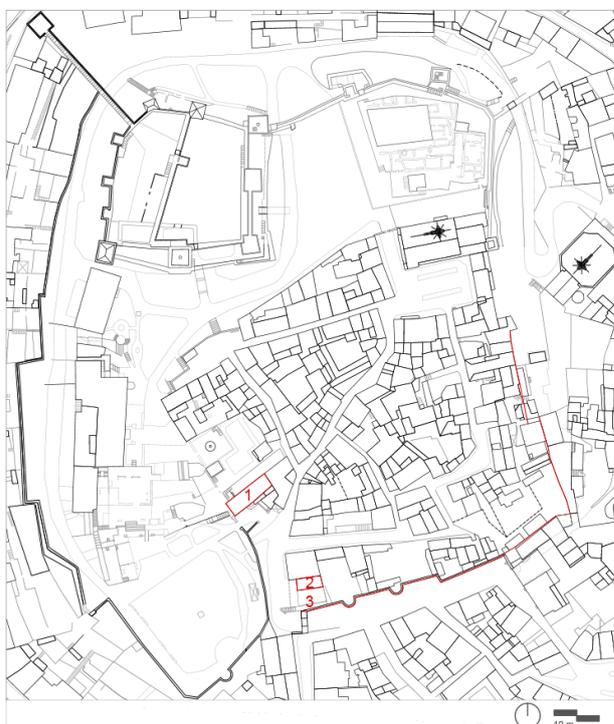
Fig. 30 – Passeio Panorâmico – Zona de Circulação (Autor).

O Passeio Panorâmico é uma zona livre de estadia e miradouro e desenvolve-se pelo lado Oeste do Paço Real da Alcáçova e do Castelejo. A Norte do Castelejo e da Praça Nova, existe uma zona de circulação de acesso restrito, que se estende para Este, limitada a pessoas e veículos autorizados.



Fig. 31 – Passeio Panorâmico (Autor).

## Antiga Casa do Governador – Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Caminho de Ronda



Antiga Casa do Governador do Castelo -  
Centro de Interpretação do Caminho de Ronda -  
Caminho de Ronda

1. Antiga Casa do Governador do Castelo
2. Centro de Interpretação do Caminho de Ronda
3. Caminho de Ronda

Fig. 32 – Antiga Casa do Governador do Castelo – Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Caminho de Ronda (Autor).

O monumento Castelo de S. Jorge é ainda composto por uma loja temática, em parte da antiga Casa do Governador, na época moderna, situada a Este da Praça da Armas; pelo Caminho de Ronda e pelo Centro de Interpretação do Caminho de Ronda, que funciona simultaneamente como bilheteira.



Fig. 33 - Antiga Casa do Governador (Autor).

As características arquitectónicas que o Castelo de S. Jorge apresenta actualmente surgem, na sua generalidade, com as obras realizadas de 1938 a 1940, levadas a cabo pela DGEMN que depois de várias demolições e reconstruções lhe deram o aspecto actual. Sendo que ao longo dos anos a sua morfologia exterior se manteve sem alterações estéticas significativas, excepção feita à musealização da zona da Praça Nova – Núcleo Arqueológico do Castelo – numa intervenção realizada já neste século.

### III Intervenções de restauro e conservação no Castelo de S. Jorge

#### 3.1. Reintegração do monumento – DGEMN- 1938-40

O Castelo de S. Jorge era considerado uma das intervenções mais importantes para celebrar as Comemorações Centenárias da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência de Portugal que se realizariam em 1940. O governo português pretendia efectuar a reconstituição arquitectónica do Castelo sendo uma obra escolhida como o exemplo máximo da nacionalidade pelo Estado Novo:



Fig. 34 - Área de intervenção (Autor).

“ O castelo de S. Jorge, o mais antigo Monumento de Lisboa, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso Património de glória, merece incontestavelmente que se dignifique, desafrentando-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos. (...) O Governo da República Portuguesa, ao preparar a comemoração centenária da fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência reunidas na data conjunta de 1940, intenta levar a cabo a reintegração do castelo de S. Jorge, a sua dignificação completa, mostrando de novo a Lisboa e ao País o glorioso monumento em toda a sua expressão militar, numa tentativa de recomposição histórica” (Pacheco, 1935-1990, 25-26, pp.5-6).

A intervenção realizada pela DGEMN de 1938 a 1940 incidiu, numa primeira fase, na expropriação e demolição de edifícios, nomeadamente de estruturas arquitectónicas posteriores à época manuelina - séculos XVII e XVIII - operações de desaterros e remoção de entulhos, abrangendo uma escala monumental que correspondeu a cerca de metade da área da freguesia do Castelo e ainda na sua área adjacente, exterior às muralhas, com maior incidência a Norte e Oeste das muralhas. Na segunda fase da intervenção, realizaram-se obras de restauro e reconstituição do Castelejo ou Fortaleza; restauro de algumas muralhas da alcáçova; intervenções no piso térreo dos quartéis – antigo Paço da Alcáçova - composição de um conjunto de ruínas - possivelmente do Paço - e abertura de um percurso exterior às muralhas Norte e Oeste.



Fig. 35 Castelo de S. Jorge antes das obras – Vista aérea do Castelo “Edifícios do antigo quartel que encobriam grande parte das muralhas” (DGEMN, 1941, 25-26).

Fig. 36 - Castelo de S. Jorge depois das obras – “O mesmo conjunto do castelo, no seu estado actual [1940]” (DGEMN, 1941, 25-26).

A intervenção no Castelo de S. Jorge foi avultada na medida em que a sua reconstrução foi geral, quase total e foi sustentada por critérios ideológicos onde verdadeiramente se operava com um espírito de reinvenção histórica, relegando para segundo plano a autenticidade do restauro, procurando-se antes de mais fabricar símbolos, mesmo sendo falsos. Ou seja, esta operação de restauro “seria devastadora, fruto do cariz exemplar que lhe foi atribuído pelo regime” (Correia, 2010, p.403) e modificou em grande escala o tecido urbano envolvente, sendo demolidos vários edifícios do quartel e reaproveitados alguns vestígios de construções anteriores.



Fig. 37 – “O Castelo visto de S. Pedro de Alcântara antes da restauração” (DGEMN, 1941, 25-26).

Fig. 38 – “O Castelo, visto do mesmo local depois da restauração (DGEMN, 1941, 25-26).

As obras efectuadas foram exaustivas e incidiram numa primeira fase sobretudo em escavações e demolições que retiraram da área de intervenção um total de entulho estimado em 120.000 m<sup>3</sup>, sendo que em alguns casos as escavações atingiram profundidades de 8 metros. O restauro ou reconstrução do Castelo seria a segunda fase da intervenção, sendo que não se pretendia somente uma reconstituição do edifício. Era necessária a valorização do objecto arquitectónico para que este se transformasse em

espaço público. Toda a área monumentalizada do Castelo seria significativamente alterada, devido à utilização de um conceito de restauro integral que conduzia a reconstituições hipotéticas dos edifícios, pois que “a norma adoptada nos trabalhos de restauro foi baseada no aproveitamento criterioso dos vestígios descobertos nas demolições e metodicamente conduzidas, os quais serviram de modelo para as partes idênticas a restaurar ou fazer de novo” (Silva, 1960a, p. 382).



Fig. 39 - Castelo de S. Jorge – “Conjunto exterior do lado Nascente antes das obras” (DGEMN, 1941, 25-26).

Fig. 40- Castelo de S. Jorge – “O mesmo conjunto no seu estado actual [1940]” (DGEMN, 1941, 25-26).

### 3.1.1. Caracterização do Castelo de S. Jorge antes da intervenção

#### Castelejo ou Fortaleza

Antes de ser intervencionado, o interior do Castelejo ou Fortaleza era já dividido a meio pela muralha no sentido Sul/Norte, que criava os dois recintos ou pátios – ocidental e oriental – estando, nesta época, ambos ocupados por edifícios militares.

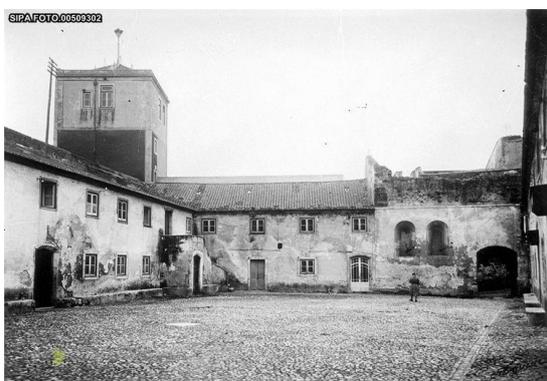


Fig. 41 - Pátio oriental do Castelejo antes das obras de 1938 – Quartéis Militares (SIPA).

Fig. 42 - Pátio ocidental do Castelejo antes das obras de 1938 – Cavalariças (SIPA).

## **Muralhas, torres e portas do Castelejo ou Fortaleza**

O Castelejo conservava ainda as muralhas primitivas e as 10 torres ou cubelos originais, sendo que as torres do lado Sul estavam dissimuladas nas construções realizadas posteriormente, nomeadamente as torres do Observatório e torre do Paço. Os lanços de muralha ou quadrelas existentes entre as torres tinham espessuras que variavam entre os 2.20 metros e os 2.50 metros, apresentando ainda o adarve ou caminho de ronda, com dimensões de largura oscilando entre os 1.10 metros e os 1.50 metros, não existindo na muralha a Sul desde a torre de Ulisses à torre do Paço, sendo este interrompido pela torre do Observatório. Sendo que as guardas dos adarves eram de construção posterior e não original, com alturas de 1 metro e 0.5 metros de espessura a partir do piso dos adarves, que era acedido a partir de 2 escadas situadas no recinto oriental - nesta época estava encerrada - e pela escada existente na torre de Ulisses que era o único acesso em utilização. Existia desde a época romana um fosso seco ou cava ou cárcova junto da barbacã Este e Sul sendo este entulhado no reinado de D. João I.

Em 1937, antes das obras, a torre de Ulisses apresentava uma altura de 13 metros e servia também para observações geodésicas, sendo que a barbacã Sul se implantava logo após à sua face Sul e detinha uma altura aproximada de 3 metros. Encontrava-se dissimulada e era encimada e encoberta pelo segundo patamar da escada de acesso ao adarve. Existiam ainda vestígios da Barbacã Sul e Este, compostas por muros com dimensões aproximadas de 1.5 metros espessura e 3 metros de altura, afastados 3.2 metros do canto Sudeste da torre do Observatório e que estavam também ocultas nas fachadas de um edifício. A porta do Castelo ou porta Principal situava-se na muralha do lado Nascente da torre de Ulisses. Situadas imediatamente às muralhas do Castelejo, no lado oriental, estavam as ruínas da barbacã Nascente ou Este, compostas por um muro baixo que se implantava desde a muralha Este, frontal à torre do Observatório até ao ângulo Sudeste da torre da Cisterna. A torre da Cisterna já apresentava no seu interior um depósito para águas pluviais. Por cima desta torre existiam ainda vestígios de uma casa: duas paredes completas e duas destruídas até 1.0 metro do piso. A parede Oeste apresentava uma seteira, oculta, e uma porta ogival; a parede a Norte tinha duas seteiras, também ocultas e uma janela de construção recente; a parede a Este era composta por três seteiras e a do Sul por duas. A esta torre acoplava-se a muralha da cidadela ou alcáçova. Na muralha Norte do Castelejo, existiam 2 janelas: uma diminuta mas alta e outra ao nível do piso superior dos quartéis velhos e de construção recente.

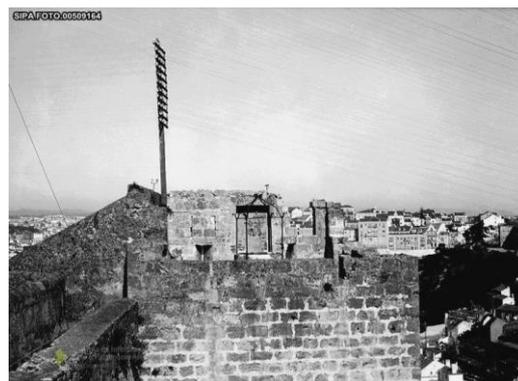
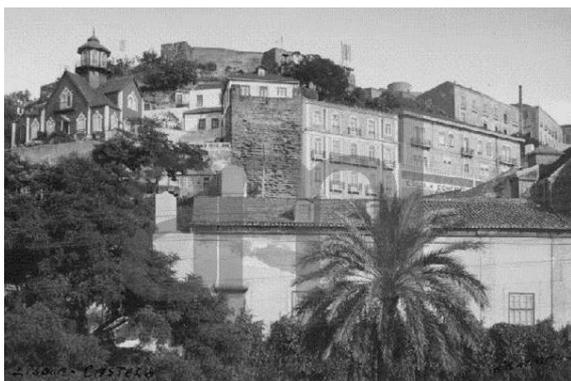


Fig. 43 - Torre de S. Lourenço antes das obras de 1938 (AML).

Fig. 44 - Torre da Cisterna antes das obras de 1938 (SIPA).

A torre situada no meio da muralha Norte apresentava indícios de também ter tido uma casa no seu eirado, sendo que as paredes tinham somente 1.0 metros de altura, assim como a torre localizada a Noroeste que tinha indícios de ter tido duas portas, além de apresentar enormes seteiras nas suas três faces. Supõe-se que as torres da muralha Norte deveriam ter tido casas nos seus eirados e talvez telhados de quatro águas. Na muralha Norte situava-se já a porta da Traição com 1.2 metros de largura e 2.2 metros de altura, sendo que em 1937, o nível do terreno se situava 4 degraus acima do nível do pavimento desta porta. Nas muralhas seguintes, a Poente, assim como nas próprias torres não existiam características especiais, destacavam-se somente os restos de uma escada que ligava o pátio ocidental ao adarve e o facto da torre do canto Sudoeste demonstrar apenas duas faces exteriores, por a terceira estar também oculta por um edifício militar e pela existência de uma ligação, entre esta torre e a torre do Paço a uma altura aproximada de 3 metros que estava também escondida do lado do pátio ocidental do Castelejo. Existia já a muralha que se prolonga do canto Noroeste do Castelejo pela encosta do Castelo até à torre avançada de S. Lourenço que estava parcialmente oculta por edificações.



Fig. 45 - Torre do Observatório/Torre/Edifícios militares antes das obras de 1938 (AML).

Fig. 46 - Torre de Ulisses/Edifícios militares antes das obras de 1938 (AML).

A torre do Paço era próxima ou pertencia ao Palácio Real da Alcáçova, detinha uma altura de 3 metros acima das muralhas desde a sua destruição parcial pelo terramoto de 1755 e era encimada por um reservatório de betão armado, cilíndrico, sendo que estava também oculta no interior de uma construção militar. A quadrela entre esta torre e a torre de Ulisses detinha 1.8 metros de largura e elevava-se cerca de 3 metros acima do nível do adarve, apresentando três aberturas para o interior do pátio ocidental.

### **Muralhas, torres e portas da antiga Alcáçova ou Cidadela**

Da muralha ocidental não existiam vestígios, “desde há muito desapareceram, ou desmoronadas, ou demolidas, ou afogadas no interior dos edifícios que constituíam o Paço Real da Alcáçova, onde hoje estão [1937] o quartel do batalhão nº 7 e outros serviços militares” (Silva, 1937, p.71), sendo que existia já toda a restante muralha que circundava a antiga Alcáçova ou Cidadela que preservou todas as características que se mantiveram até hoje.

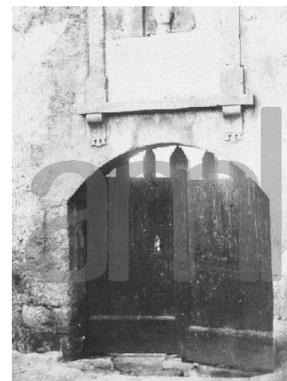


Fig. 47 - Porta de S. Jorge antes de 1938 – lado exterior (AML)

Fig. 48 - Porta de Armas ou Porta do Sul antes de 1938 (AML).

Fig. 49 - Porta Martim Moniz antes de 1938 (AML).

Antes das obras de 1938, as torres situadas a Norte da Praça Nova já não apresentavam o eirado original mas preservavam algumas ruínas de seteiras. Existiam todas as portas exceptuando, implantada junto à torre da cisterna, a porta do Norte que se encontrava semioculta e a porta de S.<sup>ta</sup> Cruz completamente dissimulada no muro ou muralha, sendo que a porta de Martim Moniz era o único acesso ao exterior em funcionamento existente do lado Norte do monumento. Subsistiam duas portas do tempo do Paço Real da Alcáçova: o portão do Norte ou do Espírito Santo ou das Cozinhas e a porta situada num pátio da casa do comandante que não se visionava do exterior.

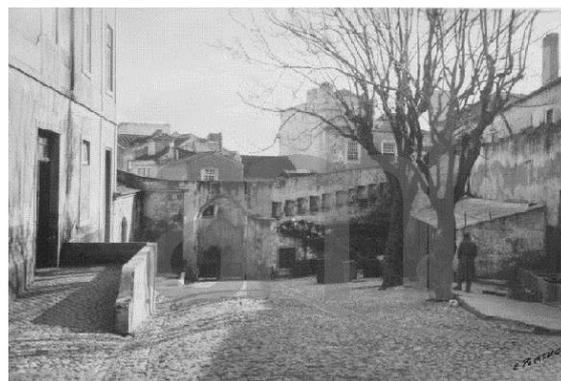


Fig. 50 – Porta do Norte ou do Espírito Santo ou das Cozinhas antes de 1938 – lado exterior (AML).

Fig. 51 – Porta do Norte ou do Espírito Santo ou das Cozinhas antes de 1938 – lado interior (AML).

### Quartéis/Edifícios militares

Acoplados ao canto Sudoeste do Castelejo, estendendo-se para Sul, sobre a zona do antigo Paço Real da Alcáçova e “sobre o local por onde devia passar o muro primitivo da cerca mourisca da alcáçova” (Silva, 1937, p.107) implantavam-se os edifícios do quartel do Batalhão de Caçadores nº 7, que era composto por três volumes de edificações com três pisos, onde se instalavam as casernas das praças e as arrecadações. Existiam ainda edificações militares encostadas ao canto Sudeste do Castelejo e imediatamente a seguir a este, a Sul da torre de Ulisses assim como na Praça Nova e a Este da Praça de Armas.



Fig. 52 - Vista aérea do lado Nascente do Castelo antes de 1938 - Edifícios do quartel (AML).

Fig. 53 – Vista do lado Poente do Castelo antes de 1938 - Edifícios do quartel (DGEMN, 1941, 25-26).

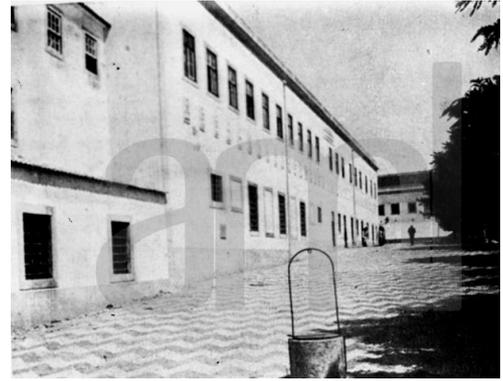


Fig. 54 - Edifícios do quartel (AML).

Fig. 55 - Parada Central e edifícios do quartel (AML).

### 3.1.2. Caracterização da intervenção

#### Castelejo ou Fortaleza

A intervenção no Castelejo incidiu na demolição das edificações existentes no seu interior, libertando os seus dois pátios de qualquer edifício, para posteriormente se reconstruírem os adarves; as ameias e as seteiras seguindo o modelo dos vestígios encontrados, assim como as torres e as muralhas que ameaçavam ruir. A única torre construída de novo foi a do muro divisório interior, “como se imaginou que seria primitivamente” (Silva, 1960a, p.385) sendo que se desentapou a porta de Ligação aí existente.



Fig. 56 – Pátio Oriental do Castelejo durante a intervenção – Quartéis Militares (SIPA).

Fig. 57 – Pátio Ocidental do Castelejo durante a intervenção – Cavalariças (SIPA).

As torres de Ulisses e do Paço foram reconstruídas e elevadas; as torres do Observatório e da Cisterna foram também reabilitadas mas apenas ao nível do eirado, assim como a torre de S. Lourenço e o muro que a ligava ao Castelejo, demolindo-se as edificações que a tinham anexado.

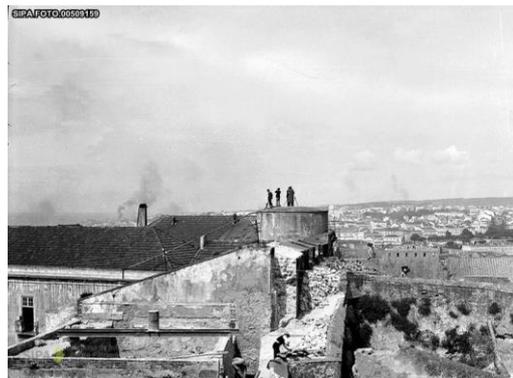


Fig. 58 – Lado Norte do Castelejo/Torres durante a intervenção (SIPA).

Fig. 59 – Torre do Paço durante a intervenção (SIPA).

No exterior do Castelejo, nos lados Sul e Este, foram reabilitadas as respectivas barbacãs. A barbacã Sul, composta por um troço quase intacto, no lado de frente à torre do Observatório que estava dissimulado na fachada de um edifício militar, apresentando 7 seteiras, que se prolongava em ruínas, num troço rasado ao nível do terreno até à porta Principal onde foram descobertos vestígios de 8 seteiras que se reconstruíram segundo o 'modelo' das anteriores e o troço que vai desde a porta Principal até à torre do Paço, estando também oculta na fachada de um edifício, descobrindo-se aí 9 seteiras.



Fig. 60 – Lado Sul do Castelejo/Barbacã durante a intervenção (SIPA).

Fig. 61 – Lado Norte do Castelejo/Torre/Porta da Traição durante a intervenção (SIPA).

A barbacã Este apresentava, no lado frontal à torre do Observatório, também 7 seteiras intactas e estava regularmente conservada, mas o troço seguinte estava rasado ao nível do terreno, sendo reconstruída a porta da ponte levadiça e o último troço para Norte até à torre da Cisterna seguindo o 'modelo' anterior, construindo-se aí 9 seteiras.

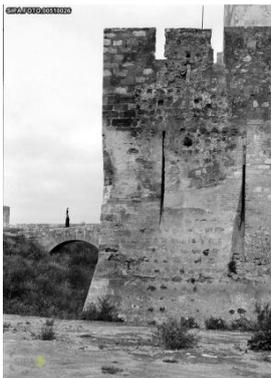


Fig. 62 – Ângulo Sudeste da barbacã antes do desaterro (SIPA).

Fig. 63 – Ângulo Sudeste da barbacã depois da intervenção (SIPA).

Fig. 64 – Lado Este da barbacã durante a intervenção (SIPA).

A estas barbacãs foram inseridos adarves em toda a sua extensão, sendo acessíveis pelo lado Sul, perto da porta Principal e pelas escadas reconstruídas no lado Oriental. O fosso que existia frontalmente às barbacãs foi desentulhado pondo a descoberto vestígios de uma ponte de dois arcos, de construção não original, que o atravessava, sendo reconstruída, assim como a porta de Entrada, aberta na barbacã Sul antes da porta Principal. A porta do Norte, junto à torre da Cisterna, foi desobstruída e a barbacã da porta da Traição foi reconstruída “em conformidade com os vestígios encontrados na escavação do terreno” (Silva, 1960a, p.391).



Fig. 65 – Lado Sul do Castelejo/Barbacã durante a intervenção (SIPA).

Fig. 66 – Lado Sul do Castelejo/Barbacã durante a intervenção (SIPA).

### Antigo Paço da Alcáçova

A zona do antigo Paço Real da Alcáçova esteve completamente ocupada pelos edifícios dos quartéis até 1939 quando foram demolidos quase na sua totalidade, sendo que se conservaram “apenas o corpo do edifício das prisões, e um grande salão com um renque de

arcarias longitudinais, que ainda deve ser dos antigos paços reais da alcáçova” (Silva, 1960b, p.173), correspondendo estes espaços à Casa Ogival, onde se implanta actualmente o Núcleo Museológico do Castelo; a cafeteria do Castelo e ainda ao edifício Casa do Leão.



Fig. 67 – Interior dos quartéis - Sala Ogival durante a intervenção (SIPA).

Fig. 68 – Exterior dos quartéis durante a intervenção - Salas das Prisões; Colunas e Cisterna (SIPA).

## Praça Nova

Na área da Praça Nova a intervenção baseou-se na demolição dos edifícios militares aí existentes e na realização de trabalhos de terraplanagem, tornando-a num espaço livre e desimpedido. As portas do Norte e de Martim Moniz foram intervencionadas, assim como as muralhas e as torres envolventes e que delimitam a Praça Nova.

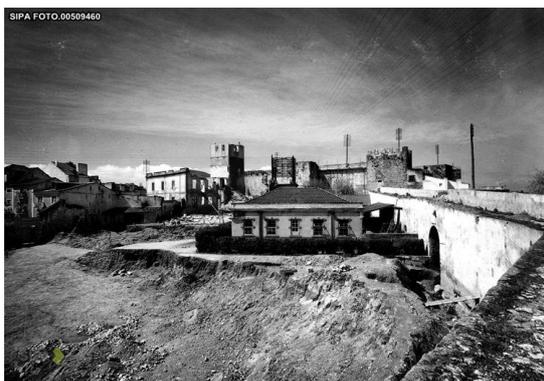


Fig. 69 – Lado Este do Castelejo/Praça Nova durante a intervenção (SIPA).

Fig. 70 – Lado Este do Castelejo/Praça Nova durante a intervenção (SIPA).

## Zona envolvente

As obras de reintegração do castelo incidiram também em grandes desaterros e movimentos de terras, efectuados tanto no interior como no exterior, expropriando e

demolindo várias construções envolventes com maior incidência na zona a Norte do Castelo.



Fig. 71 – Exterior do lado Norte do Castelo/Porta Martim Moniz (AML).

Fig. 72 – Exterior do lado Norte do Castelo (SIPA).

Historicamente “nos primeiros anos de actividade os princípios norteadores das iniciativas da DGEMN junto dos monumentos nacionais, tal como no período antecedente, pautaram-se por uma reintegração arquitectónica, com base na pureza de estilo, sacrificando elementos de outras épocas, que eram considerados como atentados estéticos à harmonização dos edifícios” (Neto, 2001, p.236). De facto a intervenção no Castelo de S. Jorge não se afastaria totalmente dessa premissa, pois a DGEMN optaria por construir novas estruturas, erguendo novas muralhas, destruindo casas, isolando torres e colocando ameias exaustivamente “com o fim de restituir ao Castelo de S. Jorge, senão a verdadeira fisionomia primitiva, a unidade, a grandeza e os mais eloquentes títulos do seu valor documental” (Castro, 1935-1990, 25-26, p.34), levando a que o Castelo fosse “restaurado de modo diferente relativamente às suas formas genuínas no Passado” (Santos, 2011, p.183). Mais do que intentar reconstruir o seu formato primitivo “a intervenção de restauro logrou transformar o Castelo de S. Jorge num edifício profundamente baseado na imagem cultural do castelo medieval português (...) dando ao edifício uma presumível estrutura idealizada, pertencente a um momento intemporal e que possivelmente o castelo nunca terá possuído” (Santos, 2011, p.184).

Contudo nos textos da DGEMN, é visível uma ressalva em relação a esse conceito de restauro inventivo ou estilístico. A reconstrução do Castelo é definida como uma interpretação conjectural baseada na análise do objecto, que o aproxima mais do ‘restauro histórico’ preconizado por Luca Beltrami, sustentado em investigações arqueológicas e documentais pormenorizadas, que coadjuvavam na reconstituição do edifício, ou seja, “tentava-se, deste modo, conciliar a unidade formal com a autenticidade histórica”

(Rodrigues, 2005, p.50) do edifício. Apesar de se revelar um conceito apoiado na objectividade histórica, a verdade é que acabaria por levar também a resultados demasiadamente subjectivos.

De facto a DGEMN intentava “levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge (...) numa tentativa de recomposição histórica” (Pacheco, 1935-1999, 25-26, p.5) sustentada por investigações históricas e estudos arqueológicos, “preciosos testemunhos do passado construtivo do castelo.” (Castro, 1935-1999, 25-26, p.33). Assim o conceito de intervenção utilizado no Castelo de S. Jorge aproxima-se do ‘restauro histórico’, de cariz científico, ainda que com resultados extremamente subjectivos e distancia-se do ‘restauro estilístico’, da procura do estilo original, e da ‘invenção’ de estruturas e elementos com base na lógica gramatical do edifício.

Depois da avaliação efectuada e comparando a intervenção realizada com os princípios das Cartas de Património - Quadros 1 - verifica-se que não foram tomados em consideração muitos dos seus princípios básicos. A operação revelou-se assim oposta aos conceitos internacionais de restauro, destacando-se o facto de se ter enveredado pela reconstrução integral do monumento. A intervenção não correspondeu às normas relativas às estratégias de conservação/restauro e acrescentos/complementos. Somente nos objectivos de adaptação funcional a intervenção atinge alguma correlação com as normas, tendo o edifício adquirido a função de museu ao ar livre ou museu de si mesmo – ‘museificação’ - o que se considera um uso apropriado para o monumento.

### 3.2. Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952 / Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980

#### Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952

A intervenção na Casa do Leão incidiu na construção das infra-estruturas necessárias inerentes a essa função. Sendo de destacar a construção de espaços destinados a cozinha; instalações sanitárias; bar e vestiários, de forma permanente, sem possibilidade de desmontagem, inviabilizando a reversibilidade das construções. Foi construída também uma lareira, sendo para o efeito alterada a estrutura original da parede de fachada situado a Oeste e respectivo vão, que foi entaipado. Dois vãos da fachada oposta seriam também intervencionados sendo a sua dimensão aumentada e um terceiro seria ocultado. Ainda nesta fachada seria realizada uma nova abertura para servir de entrada ao edifício, alterando o aspecto original do edifício.

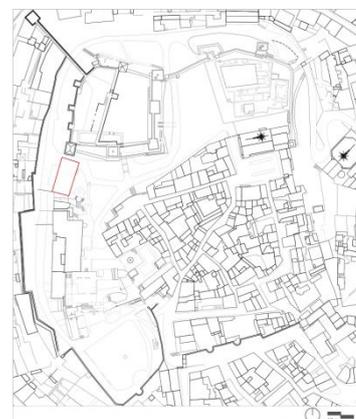


Fig. 73 - Área de intervenção (Autor).

Considera-se que esta intervenção não se regeu totalmente pelos preceitos das Cartas em estudo – Quadros 2 - relativamente a normas relativas a conservação/restauro e normas relativas a acrescentos/complementos na medida em que as obras alteraram o espaço interior original de forma irreversível e a sua morfologia exterior, Contudo, de uma forma geral mantiveram-se as características construtivas do interior do edifício e o uso para o qual foi adaptado considera-se apropriado, uma vez que também garante a sua sobrevivência, verificando-se assim alguma concordância nas normas relativas à função/uso.



Fig. 74 - Restaurante Casa do Leão depois da intervenção (AML).



Fig. 75 - Restaurante Casa do Leão depois da intervenção (AML).

### Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes – 1979-1980

A intervenção de adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes veio alterar a estrutura original do edifício. Construíram-se uma cozinha - no local onde hoje se situa a cafetaria - no topo Norte da Sala Ogival; um mezanine, no topo Sul; implantou-se uma pedra de baixo-relevo por cima da porta de acesso à Sala das Colunas e construiu-se uma torre de ocultação de botijas de gás no topo Norte, com o objectivo de ocultar uma central eléctrica. Esta obra adulterou tanto o espaço interior, com a construção de novas estruturas, como também a arquitectura exterior do edifício, com acrescentos de novos elementos e realização de novas aberturas na fachada Este.

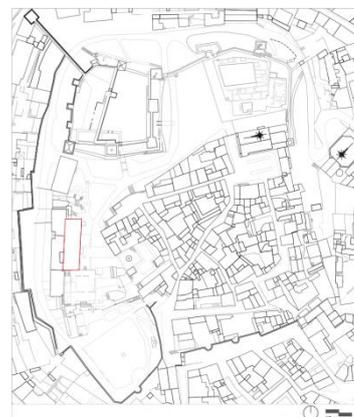


Fig. 76 - Área de intervenção (Autor).

A intervenção de adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes não correspondeu a alguns dos critérios das Cartas em estudo - Quadros 3 - na medida em que parte da sua estrutura original foi modificada e alterada irreversivelmente, sendo o mais criticado a construção do mezanine e das estruturas de apoio ao restaurante, ainda que na generalidade as suas características arquitectónicas interiores não tenham sido abusivamente intervencionadas. A intervenção encontra consonância nas normas relativas à função/uso mas é oposta às normas relativas a conservação/restauro e a acrescentos/complementos.



Fig. 77 – Construção de mezanine – Topo Sul da Sala Ogival (SIPA).

Fig. 78 – Construção da torre das botijas de gás – Topo Norte da Sala Ogival (SIPA).

Fig. 79 – Colocação de pedra em baixo-relevo a encimar o arco ogival de acesso à Sala das Colunas (SIPA).

### 3.3. Projecto Integrado do Castelo – PIC - 1995 -

Em 1994, a Câmara Municipal de Lisboa, numa política de reabilitação do património histórico, cria os Projectos Integrados, com o objectivo de requalificar os bairros históricos abrangendo problemas habitacionais, económicos, culturais e sociais, num total de cinco núcleos a intervir: “Castelo, Chafariz de Dentro em Alfama, Teatro Taborda na Mouraria, Palácio Marim Olhão no Bairro Alto e Convento das Bernardas na Madragoa” (CML, 1997).



Fig. 80 - Área de intervenção (Autor).

O Projecto Integrado do Castelo – PIC – considerado prioritário, seria criado no ano de 1995 pela Direcção Municipal de Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos e Câmara Municipal de Lisboa, tendo como principal objectivo a “reabilitação integrada do conjunto edificado intra-muros, do Castelo de S. Jorge” (CML, 2001, p.5). Como conceito de acção pretendia “manter os edifícios, o cenário, reabilitando-o e manter a população” (CML, 2001, p.56), indo ao encontro dos princípios expostos nas Cartas de Veneza – 1961 - de valorização dos centros históricos das cidades e da Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975 - que entende a cidade como o conjunto das relações entre o tecido urbano e social.

Este projecto, apoiado pelo Fundo de Turismo do IGAPHE, da DGEMN, do IPPAR, da Junta de Freguesia do Castelo e também de várias entidades privadas, interveio tanto na zona monumental do Castelo - Castelejo; Paço Real da Alcáçova; Muralhas e Casa do Governador - como na zona urbana, da freguesia civil, numa tentativa de aproximação destas duas áreas distintas. A Câmara Municipal de Lisboa procederia, posteriormente, à implementação de novos polos de interesse que incrementassem as actividades lúdicas, turísticas, económicas e culturais, instalando no Castelo o Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa - CICL – Olisipónia – que disponibilizava informação histórico-cultural da cidade; a instalação de equipamentos, como a Câmara Escura ou Periscópio, na torre de Ulisses; a adaptação da antiga Casa do Governador a Centro de Apoio Turístico, de forma a dinamizar os equipamentos e a cultura da freguesia e a reabertura do antigo troço do Caminho de Ronda.

## Estruturas Monumentais e Vestígios Arqueológicos – 1995

Numa primeira fase, a estratégia de intervenção do PIC seria a realização de operações relacionadas com a limpeza, o restauro e a conservação das estruturas monumentais - muralhas - e vestígios arqueológicos, incidindo em trabalhos de consolidação de forma a resistirem a uma eventual actividade sísmica. Os trabalhos realizados cingiram-se, na generalidade, à remoção e substituição de argamassas de cimento por argamassas de cal, intervindo-se nas juntas da pedraria, às quais foi retirado o cimento existente e substituído por argamassa de cal, sendo utilizadas 80 toneladas de cal.

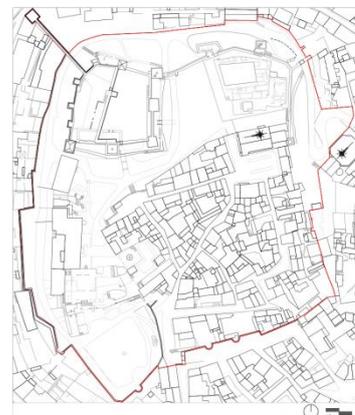


Fig. 81 - Área de intervenção (Autor).

As muralhas do Castelo e as muralhas de contenção que revelavam fendas foram consolidadas com recurso a técnicas modernas. Procedeu-se ainda à remoção de revestimentos antigos, lavagem das suas superfícies e aplicação de argamassa de cal, num total de 9.000 m<sup>2</sup> de reboco. As muralhas de pedra à vista irregular, situadas no Chão da Feira, foram estruturalmente reforçadas com um sistema de injeção de calda e as juntas foram rebocadas com argamassa de cal. As obras do PIC reabilitaram ainda a totalidade das fachadas do antigo Paço Real da Alcáçova, assim como as ameias da barbacã, substituindo o reboco à base de cimento por reboco de cal, como tinha sido realizado em 1938.

De um modo geral esta intervenção baseou-se na conservação e consolidação de estruturas e substituição de materiais, sendo que as regras a observar são as normas relativas a conservação/restauro, verificando-se que a intervenção seguiu um método de trabalho que cumpre todos os princípios de actuação internacionais - Quadros 4.

## Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia / Cafeteria - 1997 – 1998

Esta intervenção integrou-se no programa do Projecto Integrado do Castelo, que tinha como objectivo a criação de um espaço de informação sobre a cidade de Lisboa - Olisipónia ou Centro de Interpretação de Lisboa – CICL – e a instalação de uma Cafeteria, sendo desenvolvido em algumas salas de elevado valor patrimonial da Casa Ogival – Sala Ogival; Sala das Colunas; Sala da Cisterna e Sala das Prisões. Pretendia-se que o edifício fosse “adaptado a um novo uso museológico (...) um espaço multiusos muito bem articulado, devendo manter a sua leitura como um todo” (CML,1995). O projecto, dos

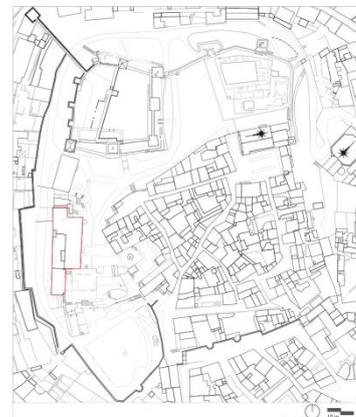


Fig. 82 - Área de intervenção (Autor).

arquitectos Rui Pimentel e Luís Casal Ribeiro, seguiu um conceito de intervenção mínima, de não alteração das paredes estruturais, internas e externas, com o objectivo de preservar o espaço histórico e habilitá-lo ao usufruto do público, tendo a preocupação de não se compartimentar o espaço interior. Seguindo essa premissa, demoliram-se somente intervenções anteriores, realizadas nos anos 70/80, que transformaram a Sala Ogival em restaurante para banquetes, que, com a mudança de função do espaço se tornaram inapropriadas e também por demonstrarem uma arquitectura incompatível com uma linguagem contemporânea.

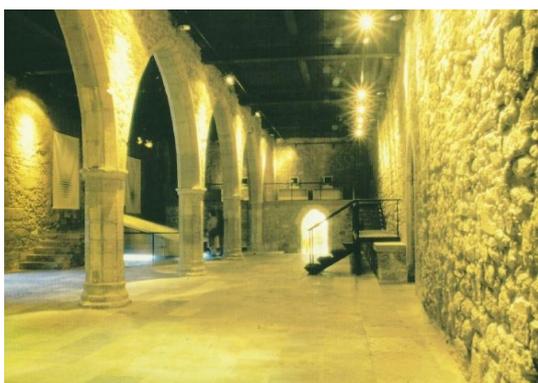


Fig. 83 - Sala Ogival (CML, 1998, p. 14).

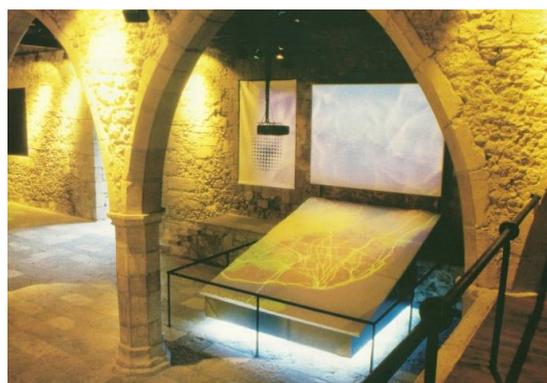


Fig. 84 - Sala Ogival (CML, 1998, p. 22).

Tentou-se criar uma imagem arquitectónica de contemporaneidade, utilizando materiais metálicos de cor preta, que acentuavam o equipamento técnico a instalar e vincava a independência da intervenção que se demarcava da arquitectura pré-existente. A intervenção incidiu na colocação de divisórias, pavimentos e tectos, gerando espaços e

percursos sem intervencionar e alterar a estrutura histórica já existente, sendo que os materiais e soluções técnicas permitem ainda a sua fácil remoção, na hipótese de surgir um diferente programa funcional para o espaço.

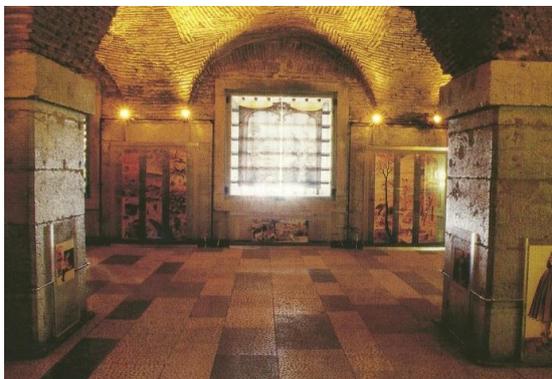


Fig. 85 – Sala das Colunas (CML, 1998, p.39).

Fig. 86 – Sala da Cisterna (CML, 1998, p.56).

O CICL era constituído por cinco áreas funcionais, consistindo em cinco espaços distintos mas ligados entre si: a Sala Ogival; a Sala das Colunas; uma parte da Sala das Prisões; a Sala da Cisterna e por último, a Cafetaria, projectada e construída no local da anterior cozinha do restaurante, é um espaço que está isolado das restantes áreas, somente com acesso pelo exterior, que engloba ainda, num piso superior, uma zona de apoio à cozinha e instalações sanitárias. A intervenção anterior neste espaço – anos 70/80 - alterou profundamente a sua arquitectura original, limitando assim as acções correspondentes a restauros, levando a que a filosofia de intervenção fosse implantar uma arquitectura contemporânea “onde apenas um arco e o pilar central teimam em remeter o público para a memória histórica do local” (Pimentel & Ribeiro, 2001, p.62).

Na generalidade as intervenções do CICL atenderam às normas de restauro mundiais expressas nas principais Cartas Patrimoniais - Quadros 5 - destacando-se a aplicação dos conceitos da Carta de Atenas – 1931 – não enveredando pela reconstituição integral; da Carta de Veneza – 1964 – de afectação de espaços sem alteração das suas disposições e da sua estética, assim como a aplicação de conceitos contemporâneos previstos na Carta de Cracóvia – 2000 - utilizando-se materiais reversíveis, contemporâneos e distintos dos originais, sendo que funcionalmente o espaço foi também valorizado.

### Torre de Ulisses – Periscópio ou Câmara Escura - 1997 – 1998

O projecto do periscópio surge também no âmbito do Projecto Integrado do Castelo com o objectivo de valorizar o Castelo de S. Jorge, fazendo parte integrante do Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL - Olisipónia. Para o efeito a Câmara Municipal de Lisboa integrou na torre de Ulisses um periscópio ou câmara escura de observação, que permite observar, em tempo real, toda a envolvente da cidade. O projecto de adaptação, do arquitecto João Seabra Gomes, tinha como objectivos tirar o maior proveito da pré-existência e a coexistência entre ao antigo e o novo. Utiliza materiais

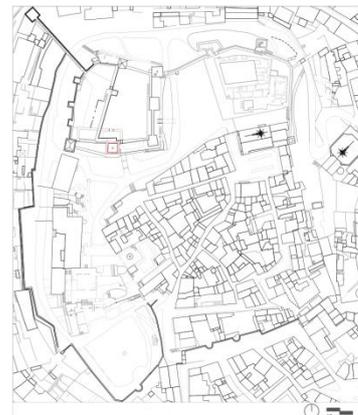


Fig. 87 - Área de intervenção (Autor).

tradicionais que reforçam a continuidade do conjunto e materiais modernos reversíveis. O Periscópio ou Câmara Escura consiste num espelho que capta imagens de Lisboa que são reflectidas em duas lentes, uma convexa e outra côncava, sendo o reflexo captado projectado depois para um ecrã de fibra de vidro, também côncavo, posicionado no interior da torre.

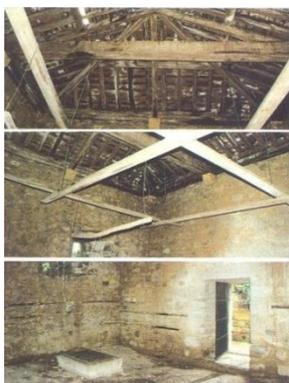


Fig. 88 – Torre de Ulisses antes da intervenção (Architécti, 2000, p. 54).

Fig. 89 – Torre de Ulisses – Ecrã de fibra de vidro (Architécti, 2000,p.52).

Fig. 90 - Torre de Ulisses – Tubo exterior (Architécti, 2000, p. 55).

A intervenção realizada na torre de Ulisses corresponde a todas as disposições expressas pelas Cartas internacionais em análise - Quadros 6 - concluindo-se que esta intervenção foi mediada pelas normas das mais variadas Cartas em estudo. Esta adaptação funcional respeita ainda o carácter histórico e artístico do edifício que obtém desta forma um uso apropriado, sendo uma obra reversível, que prevê a possível alteração de função no futuro.

## Ponte da Barbacã

O projecto de arquitectura, da autoria de Raul Ceregeiro e de Sara de Araújo Sequeira, tinha como objectivo a criação de mais um acesso ao interior do Castelejo no lado da Barbacã Este, com a construção de uma ponte de ligação que aproveita um vão de passagem aí existente. Os materiais utilizados são, ao nível das estruturas, perfis metálicos, simplesmente apoiados numa base criada no solo e num ponto de fixação intermédio na alvenaria da barbacã. O pavimento e os degraus



Fig. 91 - Área de intervenção (Autor).

foram construídos com chapa metálica. A ponte está fixada, de um lado, à base criada no solo e de outro, nas pedras da parte

interior da barbacã. Pretendia-se um objecto de aparência leve e discreta, mas que assumisse propositadamente uma imagem contemporânea. Algo conseguido com os materiais aplicados e com o aspecto formal da intervenção, que contrastam claramente com a pré-existência. Sendo uma solução simples, que permite com facilidade a sua reversibilidade.

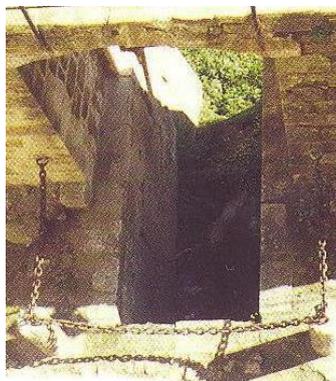
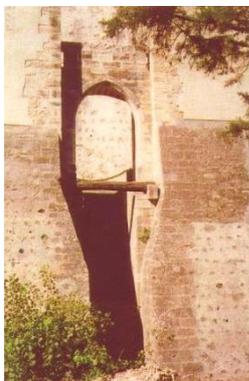


Fig. 92 - Abertura da Barbacã Nascente antes das obras (Architécti, 2000, p.41).

Fig. 93 - Abertura da Barbacã Nascente antes das obras (Architécti, 2000, p.41).

Fig. 94 - Ponte da Barbacã Nascente depois das obras (Autor).

A obra da ponte da Barbacã revelou-se uma intervenção exemplar pois a sua abordagem conceptual corresponde aos princípios de actuação internacionais - Quadros 7 - nomeadamente por apresentar uma estética contemporânea, que se demarca do edifício original, não permitindo uma leitura historicista do objecto e também por ser uma obra facilmente desmontável ou reversível.

## Instalações Sanitárias

O edifício das instalações sanitárias foi também projectado por Raul Ceregeiro e Sara de Araújo Sequeira e tinha como objectivo criar “um equipamento de qualidade, com boa acessibilidade e com uma linguagem arquitectónica contemporânea, sem contudo desvirtuar a imagem histórica e monumental do Castelo de São Jorge” (CML, 2005, p.169). A intervenção pretendeu adaptar as instalações sanitárias a uma construção já existente, destinada a vestiário e refeitório dos

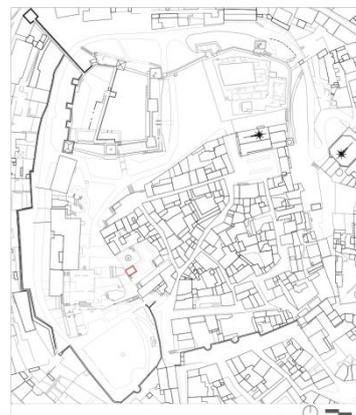


Fig. 95 - Área de intervenção (Autor).

vigilantes, que seria substituída pelo novo volume. A estrutura foi realizada com recurso a betão armado, mantendo-se a cobertura transitável e as escadas existentes a Sul. As paredes exteriores foram influenciadas pelo contexto da envolvente – arcarias em tijolo que funcionava como passarinheiros – sendo revestida com materiais e aparelho semelhantes, sendo o contraste provocado pelas grelhas de ventilação superiores e pela ‘cimalha’ da laje de betão aparente. A fonte foi também reabilitada, com a finalidade de obter uma maior presença.



Fig. 96 - Instalações Sanitárias antes da intervenção (Architécti, 2000, p.50).

Fig. 97 - Instalações Sanitárias depois da intervenção (Autor).

Verifica-se que na intervenção efectuada as normas das Cartas em estudo foram, em certa medida respeitadas, contudo, a intervenção poderia ter apresentado uma maior concordância com os princípios de intervenção estudados - Quadros 8 – na medida em que o projecto não provoca um contraste inequívoco entre materiais originais e acrescentados, assim como não prevê a sua reversibilidade.

## Caminho de Ronda Sul/Nascente / Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 – 2001

O Caminho de Ronda designava-se também por caminho de vigia, era parte integrante da muralha sendo fundamental na defesa da estrutura militar, permitindo a circulação dos soldados na totalidade das muralhas. O projecto, iniciado em 1997, corresponde aos troços situados a Sul, junto ao Chão da Feira, seguido do troço entre a porta de D. Fradique – oculta - e a torre Oriental do palácio Belmonte e terminando na totalidade do troço Nascente. Durante os trabalhos de escavação

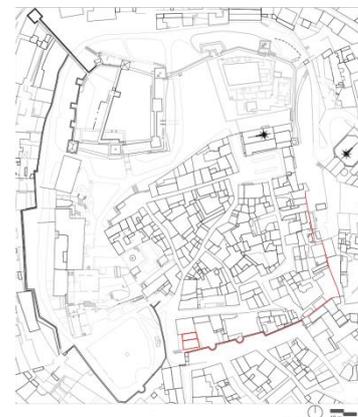


Fig. 98 - Área de intervenção (Autor).

arqueológica que tinham o objectivo de identificar o Caminho de Ronda na sua totalidade, assim como de possíveis edifícios, descobriram-se vestígios do Hospital dos Soldados, de construção de 1673, arrasado pelo terramoto de 1755, que se implantava no local contíguo ao Chão da Feira – troço Sul - assim como ruínas pertencentes ao Recolhimento do Castelo, situado, antes do terramoto, no canto Sudeste do Castelo, parcialmente virado ao troço Oriental. As escavações revelaram a enorme destruição provocada pelo terramoto, que arrasou os edifícios, que não foram reabilitados, construindo-se novas edificações habitacionais sobre os escombros, levando ao desaparecimento do Caminho de Ronda, que acabou por ser remodelado em parte pelas obras da DGEMN de 1940 e que à data do projecto estava praticamente dissimulado e anexado por construções precárias.



Fig. 99 - Porta de S. Jorge/ Início do Caminho de Ronda antes da intervenção (SIPA).

Fig. 100 - Porta de S. Jorge/Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (SIPA).

O projecto de requalificação e conservação do Caminho de Ronda foi desenvolvido por uma parceria entre a CML e a DGEMN. Estrategicamente, os trabalhos iniciaram-se com a investigação histórica, seguindo-se os trabalhos arqueológicos de identificação da morfologia do Caminho de Ronda, que revelaram mais troços e alguns vestígios arqueológicos, que seriam depois expostos no Centro de Interpretação do Caminho de Ronda, edifício também integrado nesta intervenção. O troço Sul apresenta ainda uma configuração próxima da actual, quando comparado com a planta de João Tinoco de 1650. O troço Oriental inicia-se para Norte a partir da torre existente no palácio de Belmonte, antes dissimulado por entre os prédios do Pátio do Fradique ali existentes, sendo somente visível perto das torres mais a Norte, próximo da Igreja de Santa Cruz.

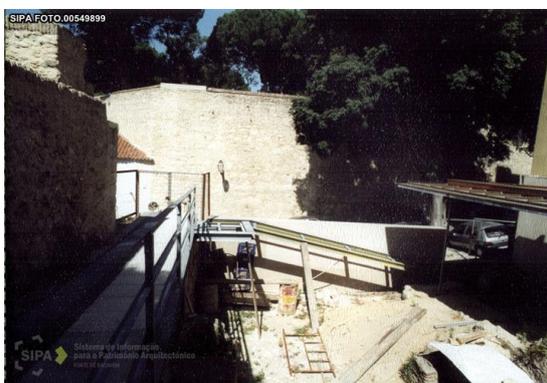


Fig. 101 – Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (Fonte: SIPA).  
Fig. 102 – Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (Fonte: SIPA).

O projecto de arquitectura, da autoria do arquitecto Victor Mestre, desenvolveu-se a partir da interdisciplinaridade com as equipas de investigação no terreno, sendo orientado pelas ruínas arqueológicas numa dialéctica entre a arquitectura e a arqueologia, com o objectivo de as inter-relacionar e que consistiu na criação de uma via pedonal ou passadiço com estrutura metálica, sobre os vestígios encontrados, com a intenção de criar uma linguagem arquitectónica abstracta, depurada e de síntese evitando uma assimilação historicista da intervenção, utilizando materiais que reforçam a contemporaneidade da intervenção e o contraste com as pré-existências sendo aplicados não só numa lógica de reversibilidade mas também com o objectivo de proteger os vestígios do Caminho de Ronda, evitando ainda mais a sua degradação ou desgaste e assegurando também a separação entre espaço público e espaço privado. O edifício do Centro de Interpretação do Caminho de Ronda, onde se situam actualmente as bilheteiras do Castelo, foi implantado na área onde existia um edifício destruído pelo terramoto de 1755, reconstruído depois nos finais do século XVIII e demolido pela DGEMN em 1940. O edifício pretende apresentar uma forma

abstracta que é desmaterializada pela aplicação do ripado de madeira, utilizando-se uma estratégia anti-formalista para prevalecer o espírito do lugar em detrimento da intervenção.

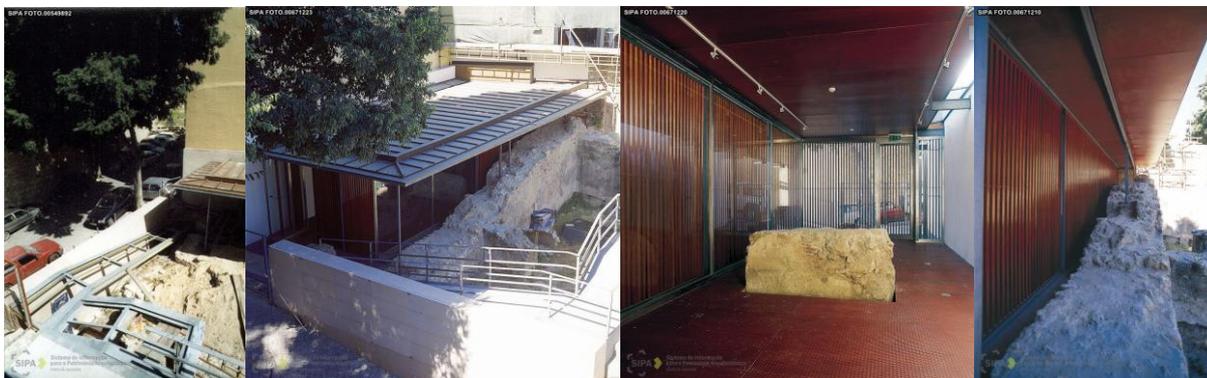


Fig. 103– Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação durante a intervenção (SIPA).

Fig. 104 – Início do Caminho de Ronda/Centro de Interpretação (SIPA).

Fig. 105 - Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Interior (SIPA).

Fig. 106 - Centro de Interpretação do Caminho de Ronda – Fachada Sul (SIPA).

O projecto de requalificação do troço do Caminho de Ronda Sul/Nascente e do Centro de Interpretação do Caminho de Ronda seguiu de forma exemplar as normas expressas pelas Cartas de Património internacionais - Quadros 9 - revelando-se uma intervenção que valoriza os espaços e as estruturas históricas intervencionadas. Os materiais aplicados na intervenção demonstram um completo antagonismo com as pré-existências – contraste entre novo e antigo - além de permitirem um desmonte fácil no futuro, caso se pretenda ou seja necessário – reversibilidade.

### Antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 – 1999

A obra de reabilitação e reconversão da antiga Casa do Governador do Castelo estava também englobada no Projecto Integrado do Castelo – PIC – sendo projectada pelo arquitecto João Lucas Dias e que tinha como objectivos a manutenção da sede da Junta de Freguesia nesse espaço e a criação de um Centro de Apoio Turístico no piso térreo. O edifício da antiga Casa do Governador foi ao longo dos tempos sendo adaptado e reformulado consoante as necessidades: até à reabilitação da DGEMN em 1938-40 foi a Casa do Governador da guarnição militar do Castelo, dois anos depois é reformulada para albergar a sede da extinta Legião Portuguesa, que



Fig. 107 - Área de intervenção (Autor).

abandona o espaço em 1974, sendo novamente reformulada e ocupada depois pelos serviços da Junta de Freguesia do Castelo. Esta intervenção – 1998-99 - seria mais uma adaptação do espaço a uma nova função programática que transforma o edifício numa “atitude conceptual suportada na valorização/enfatuação dos elementos arquitectónicos mais interessantes, nomeadamente a arcaria integrada na fachada tardoz” (Dias, 2000, p.66), sendo esta o elemento arquitectónico que despoleta o projecto de reabilitação. Libertaram-se assim os cinco arcos de volta perfeita, em pedra aparelhada, que faziam parte dessa arcaria, anteriormente entaipada, ficando com o seu aspecto original de vãos, privilegiando o espaço interior, qualificado com uma maior luminosidade natural, além de adquirir uma maior transparência e relação visual com o pátio exterior que pode também adquirir uma função polivalente.

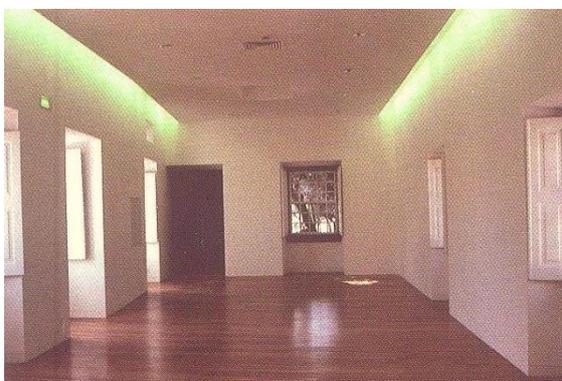


Fig. 108 – Antiga Casa do Governador do Castelo depois da intervenção (Architécti, 2000, p.67).

Fig. 109 – Antiga Casa do Governador do Castelo depois da intervenção (Architécti, 2000, p.69).

Fig. 110 – Antiga Casa do Governador do Castelo depois da intervenção (Architécti, 2000, p.69).

A intervenção realizada intenta, em certa medida, chegar ao estado original das estruturas arquitectónicas - caso da desobstrução dos arcos de volta perfeita – o que poderia ser entendido como um procedimento a evitar, contudo, a Carta de Veneza – 1964 - explicita que “quando um edifício contiver estilos diferentes, em resultado de diversas campanhas de obras ao longo do tempo, não se justifica a remoção de partes do edifício, a não ser excepcionalmente, quando os elementos a remover tenham pouco interesse e quando aquilo que se pretende por a descoberto possua um relevante valor histórico, arqueológico ou estético” (Carta de Veneza, Art.º 11, 1964), revelando-se esta uma regra de restauro com aplicabilidade neste caso específico. A intervenção corresponde assim aos princípios das Cartas analisadas - Quadros 10.

### 3.4. Núcleo Museológico do Castelo – 2008 / Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 – 2010

#### Núcleo Museológico do Castelo – 2008

O Núcleo Museológico do Castelo é o resultado da primeira fase do Projecto de Musealização da Praça Nova e Núcleo Museológico, realizado pela parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa, o IGESPAR e a EGEAC. Engloba o espólio encontrado intramuros do Castelo ao longo dos anos e os vestígios encontrados durante as escavações arqueológicas que decorreram desde 1996, na Praça Nova. A sua exposição permanente impõe-se pela sua elevada importância histórica e arqueológica que representa a cultura material de várias ocupações que vão desde o século VII a.C. ao século XVIII. O

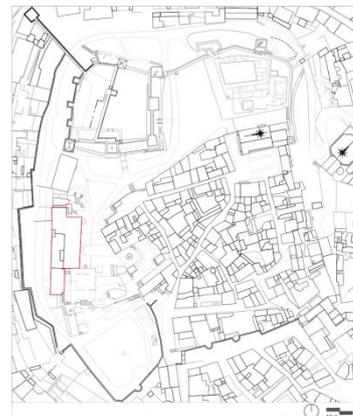


Fig. 111 - Área de intervenção (Autor).

Núcleo Museológico desenvolve-se pelas diversas salas da Casa Ogival e corresponde à terceira intervenção realizada neste espaço desde 1938.



Fig. 112 - Núcleo Museológico - Sala Ogival (Autor).



Fig. 113 - Núcleo Museológico - Sala das Colunas (Autor).



Fig. 114 - Núcleo Museológico - Sala da Cisterna (Autor).

A intervenção incidiu na aplicação de sistemas de apoio à exposição dos objectos arqueológicos, sem intervir na estrutura histórica dos espaços, utilizando soluções técnicas facilmente removíveis, de materialidades distintas, de aparência contemporânea e independentes das pré-existências. As operações de instalação do Núcleo Museológico não foram intrusivas e embora seja uma intervenção simples é considerada uma obra que expressa totalmente os conceitos das Cartas do Património internacionais - Quadros 11.

## Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 – 2010

As escavações arqueológicas efectuadas na área da Praça Nova, iniciadas em 1996, inicialmente para a construção de um parque de estacionamento incluído no Projecto Integrado do Castelo, revelaram vestígios de ocupação de várias épocas distintas, compostos por ruínas de construções e por objectos arqueológicos de excepcional valor histórico e arqueológico, que justificaram uma prolongada intervenção científica de 14 anos, que agora se encontram expostos no Núcleo

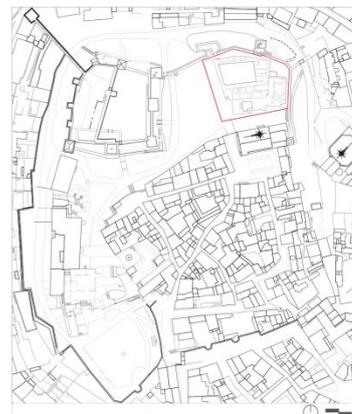


Fig. 115 - Área de intervenção (Autor).

Museológico do Castelo de S. Jorge. Depois de uma interrupção de vários anos, um protocolo assinado pela Câmara Municipal

de Lisboa, a empresa municipal EGEAC e pelo IGESPAR permitiria recomeçar os trabalhos arqueológicos, sobre a direcção científica de Alexandra Gaspar e Ana Gomes, da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, que garantiram a preservação e exposição do património revelado. Devido à importância das descobertas, em 2006 seria apresentada uma candidatura ao Plano Operacional da Cultura – POC – de onde sairia, em 2007, o Projecto de Musealização da Praça Nova e Núcleo Museológico.

O projecto de musealização e protecção dessa área arqueológica, da autoria do arquitecto João Luís Carrilho da Graça, coadjuvado pelo arquitecto paisagista João Gomes da Silva, contemplava três zonas arqueológicas existentes no local de intervenção, com uma área de 2600 metros quadrados: vestígios da Idade do Ferro, do século VII a.C.; ruínas de duas casas muçulmanas medievais, do século XI e do Palácio dos Condes de Santiago, do século VX – restos de pavimentos - sendo caracterizado por um conjunto de muros de contenção de aço corten que delimitam incisivamente o sítio arqueológico - situado a um nível inferior - que é ladeado exteriormente por um percurso periférico pavimentado com pedras de basalto. Os percursos da área das escavações são os originais, revestidos com saibro, para garantir a permeabilidade do local, sendo que a estratégia de regularização de pavimentos e ressaltos, incluiu a aplicação de soleiras e lancis em lioz. Os vestígios da ocupação da Idade do Ferro, situados a alguns metros abaixo da cota de circulação, são protegidos por um volume compacto, também de aço corten. Os restos dos pavimentos do Palácio dos Condes de Santiago do século XV, situados a uma cota superior à da circulação, são recobertos por uma estrutura em consola, com tecto preto, brilhante, reflector das ruínas. Os vestígios habitacionais da época islâmica do século XI foram intervencionados com o recurso a um conceito de “reconstrução conjectural das casas, uma

evocação abstracta e simplificada do que poderá ter sido a sua forma e espacialidade originais” (Graça, 2010, p.54). Sendo que a reconstituição da espacialidade das casas foi baseada na conjectura das arqueólogas responsáveis, sendo o projecto definido como uma maquete em tamanho real, que prevê a sua própria reversibilidade.



Fig. 116 – Reconstituição das ruínas das casas islâmicas (Autor).

Fig. 117 – Estrutura de protecção sobre mosaicos dos séculos XV/XVI (Autor).

A solução construtiva baseia-se na criação de paredes sobre as ruínas existentes, elevadas destas entre 5 a 10 cm, sustentadas por seis pontos de apoio com recurso a estruturas metálicas treliçadas, revestidas com placas de aglomerado de cimento e madeira, barradas e pintadas a branco. A cobertura compõe-se de policarbonato e ripas de madeira que filtram a luz solar.



Fig. 118 - Cobertura do núcleo da Idade do Ferro (Autor).

Fig. 119 - Percurso exterior / Reconstituição das casas islâmicas (Autor).

A intervenção no Núcleo Arqueológico do Castelo revelou-se exemplar no seguimento das premissas das Cartas internacionais estudadas - Quadros 12 - sendo de destacar que o tipo

de intervenção realizada na reconstrução das casas islâmicas do século XI – reconstrução conjectural – insere-se no campo de uma intervenção original e experimental – ‘case-studie’ - que segue todas as normas básicas de conservação internacionais, destacando-se o completo antagonismo entre a pré-existência e os materiais aplicados, a implementação de uma solução técnica moderna e a facilidade da sua remoção e desmonte, numa perspectiva da reversibilidade, assim como facilita a compreensão e a leitura do espaço recorrendo a técnicas e estratégias inovadoras. Ou seja, com esta obra “o palimpsesto da história do sítio é assim descodificado e a possibilidade da sua leitura palindrômica temporal e espacial clarificada” (Diniz, 2011, p.24). Toda a área arqueológica foi intervencionada numa perspectiva valorativa que intenta aproximar o património da comunidade ou do público, promovendo e acentuando a consciência patrimonial colectiva.

## Conclusão

A crescente consciencialização do valor do património que representa um legado cultural e identitário de determinada região, comunidade ou lugar, faz com que se intensifique a sua conservação, restauro ou renovação, com o objectivo de garantir a manutenção da sua sobrevivência e assegurar o compromisso da sua transferência às gerações seguintes. Os conceitos de intervenção utilizados nestas acções evoluíram ao longo dos anos e, inevitavelmente, não se manterão inalteráveis no futuro. Partiram de um interesse concentrado nos monumentos de maior significação histórica, evoluíram para os centros históricos, tornando-se mais abrangentes e recentemente têm preocupações ambientalistas e ecologistas, tentando impedir transformações urbanísticas nefastas e alterações das paisagens. Esta necessidade de intervir no património levou a inúmeras abordagens e interpretações sobre as práticas de protecção patrimonial, levando à necessidade de elaborar medidas de protecção patrimonial elaboradas e acordadas internacionalmente.

As acções de protecção patrimonial devem “servir para acautelar a integridade física e a autenticidade da substância material, na configuração que nos foi transmitida, sem distorção histórica, como um testemunho de tradição, de identidade e de dignidade” (Jorge, 2005, p.18) e englobam várias estratégias ou técnicas que se incluem genericamente em três conceitos distintos que, consoante as circunstâncias ou a especificidade das situações, podem ser utilizados separadamente ou combinados entre si: conservação; restauração e renovação. Conservar é o processo fundamental da protecção do património no sentido de garantir a preservação da autenticidade – intervenção ‘minimalista’ – tendo a finalidade de retardar a degradação da ruína, adiando ao máximo uma intervenção física – preservação da autenticidade. Restaurar tem a finalidade de consolidar os vestígios materiais não tendo como objectivo a investigação ou procura de vestígios materiais, atendendo à autenticidade do material primitivo – ‘restauro conservativo’ – prevendo sempre o princípio da reversibilidade. Renovar é associado a renovações estéticas exteriores, como criação de um novo valor, modelo da cultura contemporânea. A partir destes conceitos podem-se desenvolver várias acções de protecção do património, umas com um carácter ‘minimalista’ e outras de cunho ‘maximalista’, o que torna impossível o desenvolvimento de um método ou conceito de aplicação universal, pois cada caso é um caso específico, analisado independentemente e intervencionado conforme as circunstâncias.

As intervenções de restauro efectuadas no Castelo de S. Jorge espelham vários conceitos de actuação que nem sempre se regeram pelos critérios emanados da comunidade

internacional, sendo as intervenções efectuadas no regime do Estado Novo - 1938-40 - aquelas que maior impacto tiveram no Castelo e na sua envolvente. Não só pela sua dimensão monumental, mas porque foi aí que o Castelo seria 'conscientemente' intervencionado de forma a ser reintegrado, "quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos (...) em toda a sua expressão militar, numa tentativa de recomposição histórica" (Pacheco, 1935-1999, 25-26, p.5).

Os critérios desta actuação pautaram-se pelos métodos de restauro integral ou monumental, muito próximo do conceito de 'restauro estilístico' de Viollet-Le-Duc, sacrificando estilos de outras épocas e construindo novos elementos e estruturas. De facto a DGEMN, actuando sob directrizes de um regime ditatorial, fortemente ideológico, trabalhava com o objectivo de "devolver as formas originais aos monumentos através da reintegração arquitectónica" (Santos, 2011, p.183). Contudo existem autores que defendem que o conceito de restauro utilizado pela DGEMN não seria o da unidade estilística, sendo antes mais próximo do 'restauro histórico' desenvolvido por Luca Beltrami, baseado numa minuciosa investigação arqueológica e documental e numa pormenorizada pesquisa de fontes iconográficas e escritas que confirmasse e validasse a posterior reconstituição efectuada. Em suma, era um método científico que tentava "conciliar a unidade formal com a autenticidade histórica" (Rodrigues, 2005, p.50), mas que poderia apresentar também resultados demasiado subjectivos devido a uma deficiente interpretação das fontes documentais. Facto agravado pela filosofia do regime, de reintegração e integridade arquitectónica que sobrepunha os valores simbólicos, idealizados, em detrimento do valor documental e histórico.

As diversas Cartas do Património, principalmente a Carta de Atenas – 1931 – a Carta de Veneza – 1964 – e a Carta de Cracóvia – 2000 - condenam este tipo de intervenções que enveredam pelas reconstituições integrais de edifícios e a destruição ou supressão de estilos arquitectónicos; a destruição do contexto urbano envolvente; a procura da unidade estilística ou de um modelo ideal; a não diferenciação dos novos elementos – acrescentos – em relação às pré-existências, para evitar um restauro 'historicista' e o facto de não preverem a sua reversibilidade futura.

As acções de protecção patrimonial efectuadas no Castelo posteriores a 1940 seriam intervenções pontuais e dividiram-se entre: intervenções de conservação de estruturas arquitectónicas, como as operações realizadas na primeira fase do Projecto Integrado do Castelo – Estruturas Monumentais e Vestígios Arqueológicos – seguidas de operações de adaptação e reafecção de usos, derivadas de algumas alterações na função programática

dos espaços, assim como intervenções relacionadas com a implementação de novos equipamentos e infra-estruturas.

Algumas destas acções, embora de menor escala, quando comparadas com as obras de restauro monumental de 1938-40, revelaram ainda algumas incompatibilidades com os conceitos de intervenção patrimonial internacionais, destacando-se as operações de adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952 - da Casa Ogival a sala de banquetes – 1979-80 – e no projecto das instalações sanitárias, onde se destruíram estruturas originais. Efectuaram-se alterações das disposições interiores dos edifícios e das suas formas externas; implementaram-se construções permanentes e irreversíveis e não se considerou a distinção entre materiais contemporâneos e originais – ‘historicismo/mimetismo’. Contudo, observa-se alguma concordância em relação à sua reafecção a um novo uso que se considera ajustável aos edifícios.

As intervenções que corresponderam de uma forma abrangente e ampla aos conceitos de protecção internacionais seriam realizadas num passado mais recente, inseridas nas acções do Projecto Integrado do Castelo, assim como: o Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia; a instalação do periscópio, na torre de Ulisses; o projecto da ponte de atravessamento do fosso, na Barbacã Nascente; na reabilitação do troço Sul/Nascente do Caminho de Ronda e no projecto do Centro de Interpretação do Caminho de Ronda; na reabilitação e reconversão da antiga Casa do Governador do Castelo; na instalação do Núcleo Museológico e no projecto de musealização do Núcleo Arqueológico da Praça Nova.

Destacam-se uma reafecção adequada dos espaços, que respeita o seu carácter histórico e artístico, intervindo-se ao mínimo e não se alterando a sua disposição interior, num evidente respeito pelos materiais originais; aquando da necessidade de acrescentos, verifica-se que os novos elementos são distinguíveis dos originais e que a obra nova é claramente identificada como tal, sendo também facilmente desmontáveis e removíveis, projectados numa perspectiva de reversibilidade, prevendo a alteração da função no futuro. Sendo que estas estratégias de trabalho poderão considerar-se exemplares e servir de ‘modelo de intervenção’ na medida em que seguem na generalidade as tendências internacionais de protecção do património, revelando uma abordagem correcta, que preserva os valores históricos e estéticos dos edifícios.

Verifica-se que ao longo dos anos o Castelo foi intervencionado com recurso a várias estratégias, sendo os critérios de actuação desenvolvidos consoante as circunstâncias, absorvendo muitas das possíveis abordagens técnicas de conservação do património

arquitectónico. As operações realizadas reflectem o desenvolvimento progressivo dos conceitos de intervenção patrimoniais em Portugal e marcam a evolução histórica da actuação dos organismos nacionais no património, verificando-se na generalidade das obras realizadas o acompanhamento das tendências internacionais de protecção patrimonial, com excepção das primeiras intervenções realizadas em 1938-40, na reintegração do monumento; em 1952, na adaptação da Casa do Leão a restaurante, em 1979-80, na adaptação da Casa Ogival a sala de banquetes e também na obra das instalações sanitárias.

O projecto de Carrilho da Graça para o Núcleo Arqueológico, por ser uma obra contemporânea traduz os conceitos de restauro moderno ou uma nova tendência de actuação, que é valorizada pelos organismos internacionais, como o comprova o prémio internacional ‘Piranesi Prix de Rome’ 2010, atribuído a esta intervenção. O ‘Piranesi Prix de Rome’ selecciona as obras de arquitectura que melhor interpretem a valorização do património arqueológico numa vertente contemporânea com vista a incrementar projectos que envolvam um maior relacionamento entre arqueologia e paisagem contemporânea.

Comparando a primeira intervenção realizada pela DGEMN, em 1938-40 com esta última, em 2008-10, verifica-se que ambas se assemelham no critério de actuação no objecto arquitectónico de reconstrução conjectural e na valorização do espaço. De facto quando “foi deliberado proceder a obras de restauro do Castelo [1938-40], para o reconstruir com a estrutura e aspecto que devia ter tido em uma época indefinida” (Silva, 1954, p. 26) – intervenção de 1938-40 - ou quando a intervenção se resume a uma “reconstrução conjectural das casas, uma evocação abstracta e simplificada do que poderá ter sido a sua forma e espacialidade originais” (Graça, 2010, p.54) – intervenção de 2008-10 - está-se a materializar um discurso possível mas hipotético; está-se a ‘amputar’ a pluralidade de interpretações, elegendo uma ‘imagem’, um tempo definido; está-se a criar verdadeiramente um novo valor de contemporaneidade para o conjugar e relacionar com o passado.

É aproximar-se da análise de Riegl, de dupla valorização de monumentos históricos: que engloba valores do passado - ‘rememoração’ - valores históricos, que são ampliados quanto menores forem as modificações do seu estado original, sendo estes os valores de ‘antiguidade’, que não resultam de uma diversidade de interpretações – artísticas ou históricas – sendo antes adquiridos pelo objecto ao longo do tempo, ao contrário dos valores do presente – ‘contemporaneidade’ – que são os valores artísticos, imprimidos pelo contexto cultural contemporâneo; os valores de ‘novo’, conferidos pela sociedade actual e que se sobrepõem ao ‘velho’ e ainda os valores de ‘uso’.

As duas intervenções seguem conceitos de restauro conjectural, 'impondo' um novo valor e um novo uso ao objecto, contudo na obra da DGEMN, o processo de recomposição material com vista à reconstituição do edifício, baseado na técnica da anastilose ou de 'colagem' entre o original e o acrescento – 'antiguidade'/'contemporaneidade' – é disfarçada e dissimulada numa tentativa de continuidade ou unidade estética – 'historicismo' - que não cria uma dicotomia entre as duas épocas, opondo-se aos princípios das Cartas de Atenas e de Veneza. Em contrapartida na intervenção do Núcleo Arqueológico, o processo 'anastilótico' utilizado na reconstrução dos vestígios das casas islâmicas do século XI cria uma hermenêutica arquitectónica, também hipotética, que torna legível a suposta espacialidade e morfologia do objecto, mas aqui há a clara intenção de evitar mimetismos ou historicismos, na medida em que a materialização da interpretação – acrescento - é realizada de forma abstracta e simplificada; há uma intenção vincada de 'acusar' a modernidade, como obra contemporânea, independente e 'solta' da ruína – 'antiguidade' - e contudo intimamente relacionada com esse contexto que a gera – 'contemporaneidade' – demonstrando também que é uma obra inacabada, aberta à evolução e à mudança – reversibilidade - pois que os conceitos estão permanentemente em actualização, nunca se podendo considerar fixos e imutáveis.

O objecto restaurado tem como finalidade atingir uma coerência formal, pretendendo invocar a sua interpretação ou assimilação, principalmente se a intervenção for 'maximalista' onde se reconfiguram volumetrias e recompõem estruturas, visando criar uma determinada 'imagem' idealizada - reconstrução conjectural. É nestas situações que a intervenção deve seguir o princípio da reversibilidade e da diferenciação entre o que é original e aquilo que é acrescentado – interpretação. No extremo oposto das opções de protecção, surge a abordagem 'minimalista' onde se intervém ao mínimo nas estruturas, que são somente consolidadas, e onde as ruínas se assumem como o elemento central do projecto de restauro, deixando de lado a morfologia saída de uma interpretação hipotética, para passar a ter interpretações múltiplas: uma por cada pessoa.

O acto de protecção patrimonial pode assim ultrapassar a simples conservação ou estancamento de um processo degradativo das estruturas arqueológicas ou monumentais: engloba a interpretação e a análise do local; a reposição de elementos por meio de replicação a partir de evidências cientificamente fundamentadas e contempla ainda a hipótese do restauro interpretativo quando existam também razões credíveis para tal, sendo um processo que inevitavelmente permite várias abordagens conceptuais. Mas a problemática do restauro surge porque todos os resultados que uma investigação demonstre serão constantemente resultados hipotéticos, suposições que nunca poderão ser encaradas

como uma certeza inequívoca, permitindo a pluralidade de interpretações: “o restauro é sempre produto de uma interpretação que, por muito que se não queira, se vai impor aos outros” (Jorge, 2002, p.103) ainda que aquilo que se acrescente seja evidente, devendo este ser encarado como uma obra inacabada, constantemente aberta, nunca dada como concluída.

Historicamente os critérios de actuação no património arquitectónico confrontam-se desde sempre, acentuando tensões irresolúveis: o conceito de intervenção ‘maximalista’ caracterizada pela introdução de novas construções de carácter contemporâneo situa-se no extremo oposto ao conceito ‘minimalista’ da simples conservação e reparação de estruturas e entre um conceito e outro existem ainda várias opções suportadas por diferentes filosofias que persistem e se desenvolveram baseadas em referências como Viollet-Le-Duc, Camillo Boito ou a Carta de Veneza que adensam ainda mais os confrontos entre ideologias de restauro, não contribuindo para uma pacificação do tema. Contudo de um modo geral “encontramo-nos, ainda no domínio do ‘restauro crítico’, só que enriquecido por uma quantidade de reflexões que afastam – ou recomendam que se elimine – qualquer dogmatismo (seja a favor do minimalismo, seja a favor da adição de elementos ou da construção de obra nova)” (Pereira, 1997, p.22).

Verifica-se que hoje em dia todos os preceitos que se experimentam têm como base todos os critérios antecedentes, que, afinal, ainda se encontram activos, podendo ser utilizados e adoptados como metodologia de trabalho. Porém, a estratégia de intervenção nacional actual ou a abordagem que se considera prioritária é a intervenção preventiva e a simples conservação do monumento, com recurso a sistemas de consolidação de intervenção mínima: “o que, como mais valia, nos oferece o monumento fruível, reabilitado por simples consolidação e restituição: a sua “aura”. Intocado, o monumento mantém o seu valor simbólico” (Calado; Leite & Pereira, 1997, p.36). Contudo, paralelamente existe também espaço para a promoção de obras contemporâneas, da aplicação dos conceitos do restauro crítico, abrindo caminho à experimentação e à investigação na área da arquitectura, sendo projectos considerados ‘case-studies’; exemplares e geralmente afectos a intervenções de reafecção de usos ou de restauro reintegrador ou ainda de valorização. Verificando-se uma reintrodução dos métodos de restauro anastilótico e de restituição de estruturas, embora suportado por novos pressupostos de actuação. Algo que se verifica no projecto de Carrilho da Graça, que revela esta nova tendência. Contudo, nos programas de valorização patrimonial, existem autores que defendem uma abordagem ‘minimalista’ que não deve exceder a conservação e consolidação ‘in situ’ das estruturas.

Mas se atendermos uma valorização, renovação ou reconstrução como um modelo que “não é o real mas sim a simulação do real” (Velho, 2003, p.53), ou encararmos o passado como algo que não é herdado, mas que se produz no presente, não se descobrindo, mas inventando-se, desmistifica-se a ‘entrada’ da contemporaneidade nos sítios arqueológicos ou monumentos históricos. Numa ‘reconstrução’ o verdadeiro ou falso já não existe, não se poderá nunca reconstruir o passado, pois esse tem a inevitável característica de ser único, e inimitável. Contudo, qualquer tipo de valorização implica ter que escolher, de entre várias hipóteses discursivas possíveis, uma representação ou interpretação explicativa, que se quer provisória e aberta à evolução. Na verdade quando se valoriza confere-se ou introduz-se um novo valor a um objecto ou a um sítio, que é posteriormente aceite e apreendido pela sociedade, porque quem realmente participa no processo valorativo não é quem aí intervém mas sim quem depois presencia a intervenção. Por isso a valorização deve apresentar uma história, um discurso coerente, senão simples, vocacionado para novos públicos que não os profissionais, também com o intuito de acentuar a relação entre o património e a sociedade.

A discussão em torno destas questões será infinita pois as matrizes de intervenção estarão sempre em transformação: o que era aceitável e recomendado no passado pode hoje ser inaceitável e censurável, ou seja, a evolução e a metamorfose daquilo que é considerado valor é também um processo natural. O passado que se quer conservar, restaurar, renovar ou ainda valorizar estará sempre afecto a uma determinada época e reflectirá a cultura de uma comunidade presente. Um restauro representará sempre um ideal contemporâneo, até mesmo quando se trata de uma intervenção minimalista. Assim, os conceitos de protecção patrimonial têm de estar em permanente actualização pois a evolução natural das coisas pode caducar ideias anteriormente normalizadas.

Sendo que quando se lida com património não existe uma metodologia pré-concebida, mas sim uma sensibilidade e uma postura cultural face às circunstâncias e ao contexto em presença, cabendo ao objecto a intervencionar, na sua especificidade única, determinar os métodos possíveis a realizar. Acima de tudo o património não deve ser uma realidade enclausurada em si mesma, devendo estreitar e promover ligações com a comunidade e contribuir para a evolução e ampliação da consciência pública patrimonial.

## Bibliografia

### Bibliografia citada

Abel, M.; Consiglieri, C. (2011). *O Castelo de São Jorge*. Lisboa: Fonte da Palavra.

Brandi, C. (2006). *Teoria do restauro*. Amadora: Edições Orion.

Branco, F. (1978). *Problemas dos restauros do castelo de S. Jorge em Lisboa e do palácio de D. Manuel em Évora*. Lisboa: Tip. Silvas.

Calado, L.; Leite, J.; Pereira, P. (Direcção do IPPAR) (1997). As áreas de actuação do IPPAR (Algumas questões concretas). In Pereira, P. (ed. lit.), *Intervenções no património 1995-2000: Nova Política*. (pp.31-49). Lisboa: IPPAR.

Câmara Municipal de Lisboa. (1995). *Reordenamento e valorização da zona monumentalizada do Castelo de S. Jorge - Freguesia do Castelo – Lisboa: Programa preliminar - Operação piloto de valorização sócio-cultural e turística – Projecto integrado do Castelo*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa. (1997). *Castelo – Projecto integrado do castelo: Operação piloto de valorização sócio-cultural e turística*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa. (2001). *Reabilitação Urbana – Um olhar sobre o Castelo de S. Jorge: Século VII a.C. – Século XX*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa. (2005). *Práticas autárquicas de conservação e reabilitação urbana*. Volume 02. Lisboa: CML.

Choay, F. (1999). *Alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Correia, L. (2010). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509 – 1949]*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Castro, D. (1935-1990). Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O castelo de S. Jorge - Antes da restauração. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O Castelo de S. Jorge* (25-26, pp.29-34). Lisboa: MOP/DGEMN.

Dias, J. (2000). Reabilitação e reconversão da antiga casa do Governador do Castelo de S. Jorge. In *Architècti* (52, pp.66-69).

Diniz, V. (2011). Musealização da área arqueológica no Castelo de São Jorge: João Luís Carrilho da Graça com João Gomes da Silva. In *Arquitectura Ibérica* (36, pp.24-35).

França, J. (1991) *A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961*. Lisboa: Bertrand Editora.

Graça, J. (2010). Carrilho da Graça - Musealização da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa. In *Arqa* (82/83, pp.54-61).

Jorge, V. (2002). Conservação e valorização de sítios arqueológicos: Algumas reflexões. In Silva, F. (ed. lit.), *Conservação e intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos* (pp.95-108). Actas do simpósio realizado entre 26 e 28 de Abril de 2001 na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e na Câmara Municipal de Paredes de Coura. Porto: Universidade Portucalense/Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Jorge, V. (2005). *Cultura e património*. 1ª Edição. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel.

Le-Duc, E. (s.d.). *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle*. Paris: Librairies - Imprimeries Réunies.

Lopes, F.; Correia, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lopes, F. (1996). *Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger: Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa: IPPAR.

Lopes, F. (2012). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Noção e Normas de Protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Luso, E.; Lourenço, P. & Almeida, M. (2004). <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1402/1/Eng%20Civil%20Pag%2031-44.pdf>. Acedido em Agosto, 2013 de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/>.

Neto, M. (2001). *Memória, propaganda e poder: O restauro dos monumentos nacionais (1920-1960)*. Porto: FAUP.

Nunes, A. (2005). *Dicionário de arquitectura militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Pacheco, D. (1935-1990). Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Portaria de 29 de Agosto de 1938 – *Diário do Governo n.º 203-II Série de 1/9/1938*. In

*Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O Castelo de S. Jorge* (25-26, pp.5-7). Lisboa: MOP/DGEMN.

Pereira, P. (1997). Acerca das intervenções no património edificado. Alguma história. In Pereira, P. (ed. lit.), *Intervenções no património 1995-2000: Nova Política*. (pp.13-23). Lisboa: IPPAR.

Pimentel, R.; Ribeiro, L. (2000). Casa Ogival – Instalação do CICL (Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa). In *Architecti* (52, pp. 60-65).

Rodrigues, P. (2005). *Lisboa, a construção da memória da cidade do monumento ao lugar*. Évora: Casa do Sul/Centro de História de Arte da Universidade de Évora.

Santos, J. (2011). Este antigo castelo tinha recordações de glória...:Tópicos sobre fortificações medievais enquanto património cultural. [Versão electrónica]. CEAMA (Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida), 7, 173-196. Acedido em Agosto, 2013 de [http://www.academia.edu/1129069/\\_Este\\_Antigo\\_Castelo\\_Tinha\\_Recordacoes\\_de\\_Gloria...\\_Topicos\\_Sobre\\_Fortificacoes\\_Medievais\\_Enquanto\\_Patrimonio\\_Cultural\\_This\\_Ancient\\_Castle\\_had\\_Memories\\_of\\_Glory...\\_Topics\\_on\\_Medieval\\_Fortifications\\_as\\_Cultural\\_Heritage\\_](http://www.academia.edu/1129069/_Este_Antigo_Castelo_Tinha_Recordacoes_de_Gloria..._Topicos_Sobre_Fortificacoes_Medievais_Enquanto_Patrimonio_Cultural_This_Ancient_Castle_had_Memories_of_Glory..._Topics_on_Medieval_Fortifications_as_Cultural_Heritage_).

Silva, A. (1937). *O Castelo de S. Jorge em Lisboa – Estudo histórico descritivo*. 2ª Edição. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade.

Silva, A. (1954). *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*. Volume I. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, A. (1960a). *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*. Volume II. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, A. (1960b). *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*. Volume III. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, H. (1935-1990). Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Orientação técnica a seguir no seu restauro. In *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja de Leça do Bailio* (1, pp.18-19). Lisboa: MOP/DGEMN.

Tomé, M. (2002). *Património e restauro em Portugal: (1920-1995)*. Porto: FAUP.

Velho, G. (2003). (Re) construindo Castelo Velho: Práticas digitais para uma realidade virtual. In Jorge, S. (ed. Lit.), *Recintos murados da pré-história recente: Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de*

*arquitecturas pré-históricas* (pp.51-66). Mesa redonda internacional realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 15 e 16 de Maio de 2003. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de ciências e técnicas do património laboratório de conservação e restauro/Coimbra: Centro de estudos arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Fundação para a ciência e a tecnologia).

### **Bibliografia de referência**

Andrade, F. (1954). *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*. Publicações Culturais de Lisboa.

Amilcar G. (2006). Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa [Versão electrónica]. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, 2.2006, 271-297. Acedido em Maio de 2012 em [http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/9\\_2/3/14-p.271-298.pdf](http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/9_2/3/14-p.271-298.pdf).

Araújo, N. (1959). *Castelo de S. Jorge*. Lisboa: CML.

Architécti (2000). *Reabilitação dos Bairros Históricos de Lisboa*. 52. Estoril: Editora Trifório.

Arqa (2010). *Acções Patrimoniais*. 82/83. Lisboa: Futurmagazine Sociedade Editora.

Arquitectura Ibérica (2011). *Reabilitação*. 36. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Benévolo, L. (2003). *A história da cidade*. S. Paulo: Editora Perspectiva.

Câmara Municipal de Lisboa (s.d.). *Castelo S. Jorge: Passado, presente e futuro*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (1995). *Projecto integrado do Castelo: Operação piloto de valorização sócio-cultural e turística*. CML.

Câmara Municipal de Lisboa (1998). *Olisipónia: CICL – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa*. Lisboa: CML.

Câmara Municipal de Lisboa (2007). *Agenda cultural*. Lisboa: CML.

Carta Italiana do Restauro (1972). <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/337/246>. Acedido em Abril, 2013 de <http://revistas.ulusofona.pt/>.

Carta de Burra (1999). [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta\\_de\\_burra.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_de_burra.pdf). Acedido em Abril, 2013 de <http://www.patrimonio-santarem.pt/>.

Casimiro, A. (1947). *Lisboa mourisca: 1147-1947*. V.N. Famalicão: Grandes Oficinas Gráficas Minerva.

Custódio, J. (2011). *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República: Fundamentos e antecedentes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Choay, F. (2005). *Património e mundialização*. Évora: Casa do Sul/Centro de História de Arte da Universidade de Évora.

Choay, F. (2007). *A Regra e o modelo: Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Choay, F. (2011). *As questões do património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

DGEMN (1999). *Caminhos do património. 1929-1999*. Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.

DGEMN (2002). *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*. 17. Lisboa: DGEMN.

Dias, S. (2008). *Intervenções de reabilitação em património construído- Projecto de beneficiação do castelo de Alter do Chão*. Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico para obtenção do grau de mestre em recuperação e conservação do património construído, orientada por Fernando Campos de Sousa. Acedido em 26 de Janeiro de 2012 em <http://dited.bn.pt/31637/2624/3211.pdf>.

Domingos, M.; Jesus O. (2004). *As defesas de Lisboa*. Videogralha.

EGEAC (2008). *Castelo de São Jorge: Núcleo museológico*. Lisboa: EGEAC.

Graça, J. (2013, Julho 2). *Espaços e casas nº88*. Go-To 2010. Acedido em 2 de Julho de 2013 de [www.youtube.com/watch?KplcpRLhh1A](http://www.youtube.com/watch?KplcpRLhh1A).

Henriques, F.; Jorge, V. (1996). *Textos fundamentais, em cadernos SPPC, Nº 1, Janeiro*. Évora: SPPC, In <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf>. Acedido em 18 de Março de 2012.

Hollanda, F.; Alves, J. (1984). *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

IPPAR (1993). *Dar futuro ao passado: Exposição*. Lisboa: IPPAR.

IPPAR (1997). *Intervenções no património 1995-2000: Nova política*. Lisboa: IPPAR.

Jorge, S. (ed. lit), (2003). *Recintos murados da pré-história recente: Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas. Mesa redonda internacional realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 15 e 16 de Maio de 2003*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de ciências e técnicas do património laboratório de conservação e restauro/Coimbra: Centro de estudos arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Fundação para a ciência e a tecnologia).

Júdice, N.; Serra, S. (2010). *100 Anos [do] castelo de S. Jorge: Monumento nacional*. Lisboa: EGEAC.

Moita I. (1994). *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Monteiro, J. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri/ Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MOP/ DGEMN (1935-1990). [CD-ROM]. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: MOP/DGEMN.

MOP/ DGEMN (1941). *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O Castelo de S. Jorge*. Nº 25-26. Lisboa: MOP/DGEMN.

Moreira, M.; Henriques, R. (1993). *Atlas de Lisboa: A cidade no espaço e no tempo*. Lisboa: Contexto.

Neves, J. (2004). *Victor Mestre [e] Sofia Aleixo: Reabilitação do tempo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

North, C. (2002). *Guia dos castelos antigos de Portugal*. Vol.II. Lisboa: Bertrand Editora

Pedreirinho, H. (1999). *A Evolução do conceito de património na legislação portuguesa do século XX [texto policopiado]*. Tese de mestrado de história de arte apresentada à Universidade Lusíada.

Pimenta, J. (2003). Contribuição para o estudo das ânforas do castelo de São Jorge (Lisboa) [Versão electrónica]. *Revista portuguesa de arqueologia*, 6, 2.2003, 341-362. Acedido em Março de 2012 em [http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/6\\_2/14.pdf](http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/6_2/14.pdf).

Rijo, D., Moreira, F. (s.d.). A freguesia de Santa Cruz do Castelo nas Décimas de 1776 In [http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia\\_historica/SantaCruzCastelonasDecimas.pdf](http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Demografia_historica/SantaCruzCastelonasDecimas.pdf). Acedido em 18 de Setembro de 2012 em <http://geo.cm-lisboa.pt/>.

Salgado, M. (2006). *Atlas urbanístico de Lisboa*. Lisboa: Argumentum Edições

Silva, C. (2008). *Lisboa medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri.

Silva, F. (ed. lit.), (2002). *Simpósio conservação e intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos; Conservação e intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos: Actas do simpósio realizado entre 26 e 28 de Abril de 2001 na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e na Câmara Municipal de Paredes de Coura*. Porto: Universidade Portucalense/Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura.

### **Bibliografia on-line**

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

<http://www.bnportugal.pt/>

<http://www.castelodesaojorge.pt/>

<http://www.cm-lisboa.pt/>

<http://www.exercito.pt/>

<http://www.igespar.pt/>

<http://www.imc-ip.pt/>

<http://www.monumentos.pt/>

<http://www.portaldahabitacao.pt/>

<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/>

## Glossário<sup>1</sup>

Adarve ou Caminho de Ronda – “Também chamado Caminho de Ronda. Caminho no alto da muralha de um castelo ou de uma paliçada, protegido do exterior por parapeito e ameias, onde os defensores transitavam na sua missão de vigilância e defesa. Em climas frios podia ser coberto. A tomada do adarve era um dos objectivos principais das forças sitiadas.”

Albarrã [Torre] – “Torre destacada do alinhamento das restantes e ligada à muralha por uma pequena ponte que facilmente podia ser destruída, isolando-a de forma a que a protecção da fortaleza não fosse comprometida. (...)”

Alcáçova – “Ampla fortaleza ibérica de origem árabe e todo o seu interior que inspirou a construção dos castelos cristãos típicos nos dois países peninsulares. Possuía normalmente dois recintos desnivelados. No recinto inferior (albacar) encontrava-se o bairro militar, residências oficiais e serviços, e ali se recolhia a população com os seus gados, em caso de perigo e, no pátio superior, localizava-se o alcácer e a mesquita. A alcáçova, sobranceira à povoação, geralmente também murada, tomava o aspecto de uma cidadela dominante. (...)”

Alcaide – “Senhor e governador de um castelo e comandante da sua guarnição. (...)”

Ameado – Conjunto de ameias e de aberturas de uma fortaleza ou de uma das suas partes. (...).

Ameia – “Elementos maciços, de configuração variada, implantados sobre o parapeito, que coroam as torres e as muralhas da fortificação medieval (...)”

Barbacã – “Muro mais baixo do que a muralha da cerca, construído no exterior e próximo desta, formando nova cerca completa, apenas limitada a uma parte da mesma ou simplesmente às portas e destinado a uma primeira defesa. (...)”

Barbacã da Porta – “Expressão que designa a barbacã, quando ela se limita à porta.”

Castelo – “Construção medieval fortificada integrando variados edifícios defendidos por muralhas, torreões, fossos e outros elementos de defesa, com um ou mais recintos interiores, destinada exclusivamente a fins militares estratégicos ou a desempenhar

prioritariamente a função de residência fortificada de um senhor. Localizado normalmente em pontos altos assegurava a resistência e podia abrigar as populações próximas, em tempos de perigo. (...).”

Castelo Ibérico – “Castelo estratégico característico da península ibérica. Inspirado na alcáçova árabe (...) era um recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizado em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio, em lugares altos), à observação, à protecção das populações vizinhas, que nele se refugiavam ou à protecção de um sítio ou povoação. O castelo ibérico cristão tinha normalmente dois pátios desnivelados e, por vezes, três, resultando, neste caso, mais compartimentada a sua disposição. No pátio baixo, correspondente ao albacar da alcáçova árabe, onde se recolhia a população com os seus haveres e gado, havia vários edifícios comunais, como o forno, o moinho, a frágua, a carpintaria, etc., além de ser bairro oficial e militar com residências. O pátio de armas era frequentemente uma parte deste recinto. O pátio acima deste era destinado ao alcaide ou ao senhor e à sua família que habitava num edifício conhecido por palácio do alcaide ou alcaidaria no primeiro caso ou simplesmente por paço, no segundo. Mais acima podia haver ainda um terceiro pátio só com torre de menagem, de introdução cristã, que constituía o último reduto de defesa (...). O castelo ibérico era uma verdadeira cidadela dominando, muitas vezes, uma povoação que ele próprio gerou e que acabou também por ser cercada de muralhas se veio a adquirir interesse militar. (...).”

Cidadela – “Fortaleza de planta pentagonal ou hexagonal, cercada de fosso, situada normalmente na parte dominante de uma fortificação abaluartada, ou junto desta, constituindo um importante reduto. (...).”

Couraça [Torre de] – “Torre avançada e destacada de um castelo e ligada a ele por longas muralhas, que se destinam a evitar a tomada de um ponto considerado essencial à sua defesa, ou a proteger um local importante e vulnerável, em geral um poço. (...).”

Cubelo – “Também designado por Cubo. Torreão redondo ultrasemicircular.”

Fortaleza – “Vasta e poderosa obra fortificada destinada a alojar uma guarnição e a defender uma povoação e os seus contornos. (...).”

Fosso ou Cava – “Escavação em todo o circuito da fortaleza ou só nas partes mais expostas que dificultava a acesso às entradas e a aproximação às muralhas. Podia ser seca ou cheia de água conforme as possibilidades e o tipo de fortaleza. (...)”

Haver [Torre do] – “Qualquer torre onde se guardasse o tesouro e os valores de um castelo.”

Menagem [Torre de] – “A torre mais importante, e normalmente a mais dominante de um castelo, que constituía a seu último reduto e servia de posto de comando ao alcaide que aí prestava juramento de fidelidade. (...)”

Muralha ou Muro – “Muro construído normalmente em pedra, ladrilho ou taipa que constituía a defesa de uma fortaleza ou de uma povoação e que, pela sua altura, espessura e disposição se destinava a evitar o seu escalamento, destruição e a dificultar trabalhos de sapa e minagem na sua base.”

Pano de Muralha – “Troço de muralha compreendido entre dois torreões ou entre um torreão e uma esquina.”

Parapeito – “Muro de protecção para o exterior do adarve ou da plataforma das torres, ameado ou liso. (...)”

Pátio de armas – “Recinto do castelo para o treino militar, geralmente dentro do albacar. (...)”

Porta da traição – “Porta do castelo, dissimulada ou oculta, situada no lado oposto à porta principal, geralmente pequena e por vezes aberta um pouco acima do nível do chão. Destinava-se a permitir sortidas sobre o inimigo, à salvação de uma guarnição militar no caso de uma vila ser tomada e se verificar a impossibilidade de resistência ou, mesmo, para a fuga do alcaide, em caso de uma revolta dos vilões. (...)”

Praça de Armas – “Lugar de reunião dos defensores, no caminho coberto para as sortidas. Denomina-se praça de armas saliente ou reentrante, conforme o ângulo do caminho coberto em que se localiza. (...)”

Seteira – “Fenda vertical rasgada nos muros, nas torres ou, mais raramente, nalgumas ameias dos castelos mais antigos, pela qual se lançavam projecteis de armas

neurobalísticas (setas de arcos ou violões das bestas). A partir do séc. XIV, com o aparecimento das armas pirobalísticas, as seteiras foram progressivamente dando lugar às troneiras. (...).”

Torre ou Torreão – “Também designado por torreão. Construção prismática ou cilíndrica colocada principalmente nas quebras de direcção dos muros, a defender as entradas ou nos muros muito extensos da cerca da fortaleza ou do castelo. Era normalmente mais alta do que a muralha em que está inserida e permitia o flanqueamento desta pela diminuição dos ângulos mortos de visão ou o reforço de pontos de difícil defesa. (...).”

Troneira – “Buraco redondo e largo aberto nas muralhas, torres ou barbacãs, ao nível inferior do parapeito, debaixo das abertas, no corpo do muro ou simultaneamente em ambos os níveis, para adaptação de pequenas armas de fogo (...).”

1 – As definições do glossário foram retiradas de: Nunes, A. (2005). *Dicionário de arquitectura militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

## **Apêndices**

## Índice de Quadros

1 Quadros de análise – Reintegração do monumento – DGEMN- 1938-40 .....	III
2 Quadros de análise - Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952 .....	VI
3 Quadros de análise - Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980 .....	IX
4 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Estruturas monumentais e vestígios arqueológicos - 1995 .....	XII
5 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia - 1997 – 1998.....	XV
6 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Torre de Ulisses – Periscópio ou Câmara Escura - 1997 – 1998 .....	XVIII
7 Quadros de análise – Projecto Integrado do Castelo – PIC - Ponte da Barbacã.....	XXI
8 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Instalações Sanitárias.....	XXIV
9 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 – 2001 .....	XXVII
10 Quadros de análise - Antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 – 1999 .....	XXX
11 Quadros de análise - Núcleo Museológico do Castelo – 2008 .....	XXXIII
12 Quadros de análise - Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 – 2010.....	XXXVI

## 1 Quadros de análise – Reintegração do monumento – DGEMN- 1938-40

### Função/Uso

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Reintegração do monumento – DGEMN - 1938-40	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Reintegração do monumento – DGEMN - 1938-40</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto I – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Reintegração do monumento – DGEMN - 1938-40	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 2 Quadros de análise - Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952

### Função/Uso

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

Intervenção	Cartas	Normas relativas a conservação/restauro	Aplicação
<b>Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

### 3 Quadros de análise - Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980

#### Função/Uso

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

#### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos	Aplicação
Adaptação da Sala Ogival a sala de banquetes - 1979 – 1980	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

#### 4 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Estruturas monumentais e vestígios arqueológicos - 1995

##### Função/Usos

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
<b>Estruturas monumentais e vestígios arqueológicos - 1995</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

##### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Estruturas monumentais e vestígios arqueológicos - 1995</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto I – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
<b>Estruturas monumentais e vestígios arqueológicos - 1995</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 5 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia - 1997 – 1998

### Função/Usos

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia / Cafetaria - 1997 – 1998	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Conservação/Restauro

Intervenção	Cartas	Normas relativas a conservação/restauro	Aplicação
Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia / Cafeteria - 1997 – 1998	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia / Cafetaria - 1997 – 1998	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 6 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Torre de Ulisses – Periscópio ou Câmara Escura - 1997 – 1998

### Função/Usos

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Torre de Ulisses - Periscópio - 1999-98	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Torre de Ulisses – Periscópio -1997-98</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Torre de Ulisses – Periscópio -1997- 98	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 7 Quadros de análise – Projecto Integrado do Castelo – PIC - Ponte da Barbacã

## Função/Uso

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
<b>Ponte da Barbacã</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Ponte da Barbacã</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto I – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Ponte da Barbacã	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 8 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Instalações Sanitárias

## Função/Usos

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Instalações Sanitárias	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Instalações Sanitárias</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Instalações Sanitárias	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 9 Quadros de análise - Projecto Integrado do Castelo – PIC - Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 – 2001

### Função/Usos

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 – 2001	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 - 2001</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 - 2001	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 - Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo - Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 - Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 - Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 - Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 10 Quadros de análise - Antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 – 1999

## Função/Uso

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 – 99	Carta de Atenas 1931	Ponto I - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 - 99</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 - 99	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 - Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo - Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 - Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 - Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 - Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 11 Quadros de análise - Núcleo Museológico do Castelo – 2008

### Função/Uso

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
<b>Núcleo Museológico do Castelo – 2008</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

### Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Núcleo Museológico do Castelo – 2008</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
<b>Núcleo Museológico do Castelo – 2008</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## 12 Quadros de análise - Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 - 2010

## Função/Usos

Intervenção	Cartas	Normas relativas a função/uso	Aplicação
Núcleo Arqueológico do Castelo – 2008 - 2010	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto 1 - Edifício afecto a novos usos que respeitem o seu carácter histórico e artístico.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 5 – Afectação a uma função útil à sociedade, sem alteração da disposição e decoração do edifício.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Nova utilização com o objectivo de assegurar a sobrevivência do monumento, sendo que esta não é incompatível com os interesses histórico-artísticos.	
	<b>Carta Europeia do Património Architectónico 1975</b>	Ponto 3 – Utilização do património arquitectónico como capital económico para uma comunidade.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 7 – Novo uso compatível com as características do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Uso apropriado para o edifício, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

**Conservação/Restauro**

<b>Intervenção</b>	<b>Cartas</b>	<b>Normas relativas a conservação/restauro</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Núcleo Arqueológico do Castelo – 2008 - 2010</b>	<b>Carta de Atenas 1931</b>	Ponto I – Respeito pela obra histórica ou artística do passado.	
	<b>Carta de Veneza 1964</b>	Artigo 9 – Respeito pelos materiais originais.	
	<b>Carta Italiana do Restauro 1972</b>	3º Parágrafo – Conservação escrupulosa das formas externas e evitando alterações sensíveis da individualidade tipológica, do organismo construtivo e da sequência de percursos internos.	
	<b>Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975</b>	Ponto 7 – Conservação integrada através da aplicação conjugada de técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas.	
	<b>Carta de Burra 1999</b>	Artigo 4 – Utilização de técnicas e materiais modernos que oferecem benefícios à conservação do edifício.	
	<b>Carta de Cracóvia 2000</b>	Ponto 6 – Respeito por todas as fases construtivas pertencentes a períodos distintos do edifício histórico.	

## Legenda

	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## Acrescentos/Complementos

Intervenção	Cartas	Normas relativas acrescentos/complementos <sup>a</sup>	Aplicação
Núcleo Arqueológico do Castelo – 2008 - 2010	Carta de Atenas 1931	Ponto 1 - Abandono das reconstituições integrais.	
	Carta de Veneza 1964	Artigo 12 – Novos elementos integrados harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, não falsificando o significado artístico ou histórico do edifício.	
	Carta Italiana do Restauro 1972	9º Parágrafo – Substituições e integrações de paramentos, são distinguíveis dos elementos originais, diferenciando-se os materiais ou as superfícies.	
	Carta Europeia do Património Arquitectónico 1975	Ponto 7 – Introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, tendo em consideração o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e deve utilizar materiais tradicionais.	
	Carta de Burra 1999	Artigo 22 – Obra nova claramente identificável como tal.	
	Carta de Cracóvia 2000	Ponto 10 – Reversibilidade da intervenção.	

## Legenda

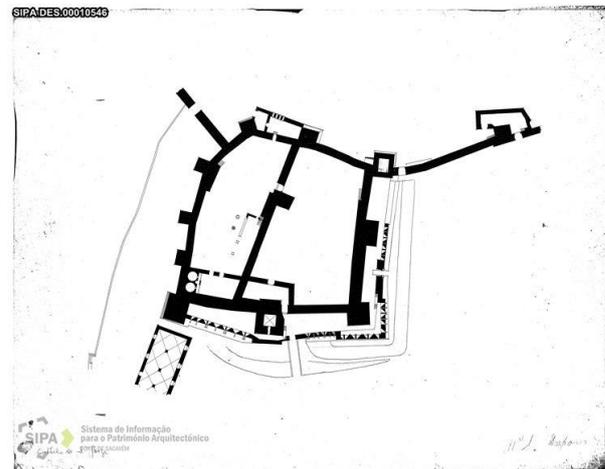
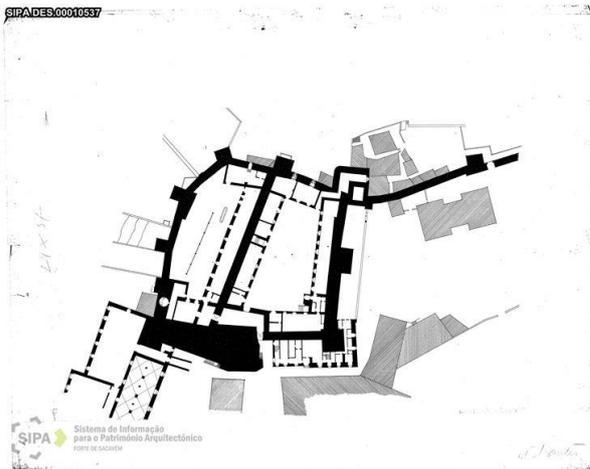
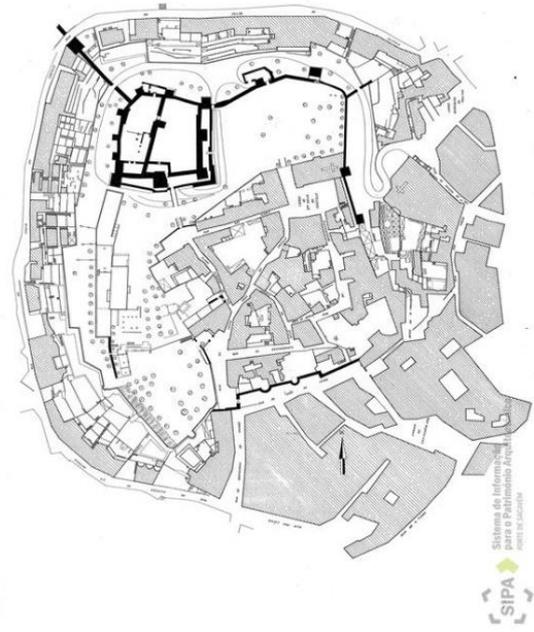
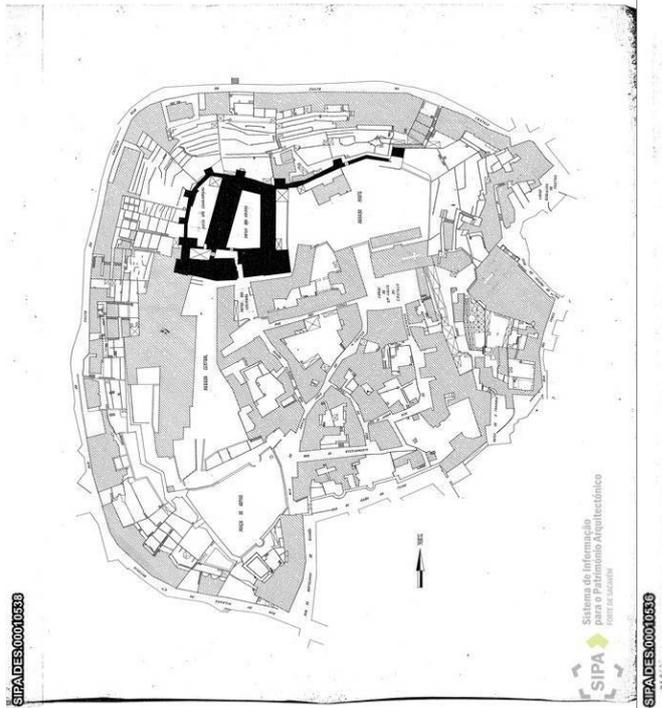
	Aplicação Exemplar
	Aplicação Média
	Aplicação Negativa
	Não Aplicável

## **Anexos**

**Anexos**

1	Desenhos técnicos - Reintegração do monumento - DGEMN - 1938 – 1940 .....	XL I
2	Desenhos técnicos - Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952 .....	XL III
3	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – 1995 .....	XL IV
4	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia - 1997 – 1998.....	XL VI
5	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Torre de Ulisses – Periscópio ou Câmara Escura - 1997 – 1998 .....	XL VII
6	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Ponte da Barbacã.....	XL VIII
7	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Instalações Sanitárias .....	XL IX
8	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Requalificação do troço do Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 – 2001 .....	L
9	Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Reabilitação e reconversão da antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 – 1999 .....	LI
10	Desenhos técnicos - Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 – 2010 .....	LII

## 1 Desenhos técnicos - Reintegração do monumento - DGEMN - 1938 – 1940



- Fig. 120 - Planta geral das muralhas antes das obras (SIPA).  
 Fig. 121 - Planta geral das muralhas depois das obras (SIPA).  
 Fig. 122 - Planta do Castelejo antes das obras (SIPA).  
 Fig. 123 - Planta do Castelejo depois das obras (SIPA).

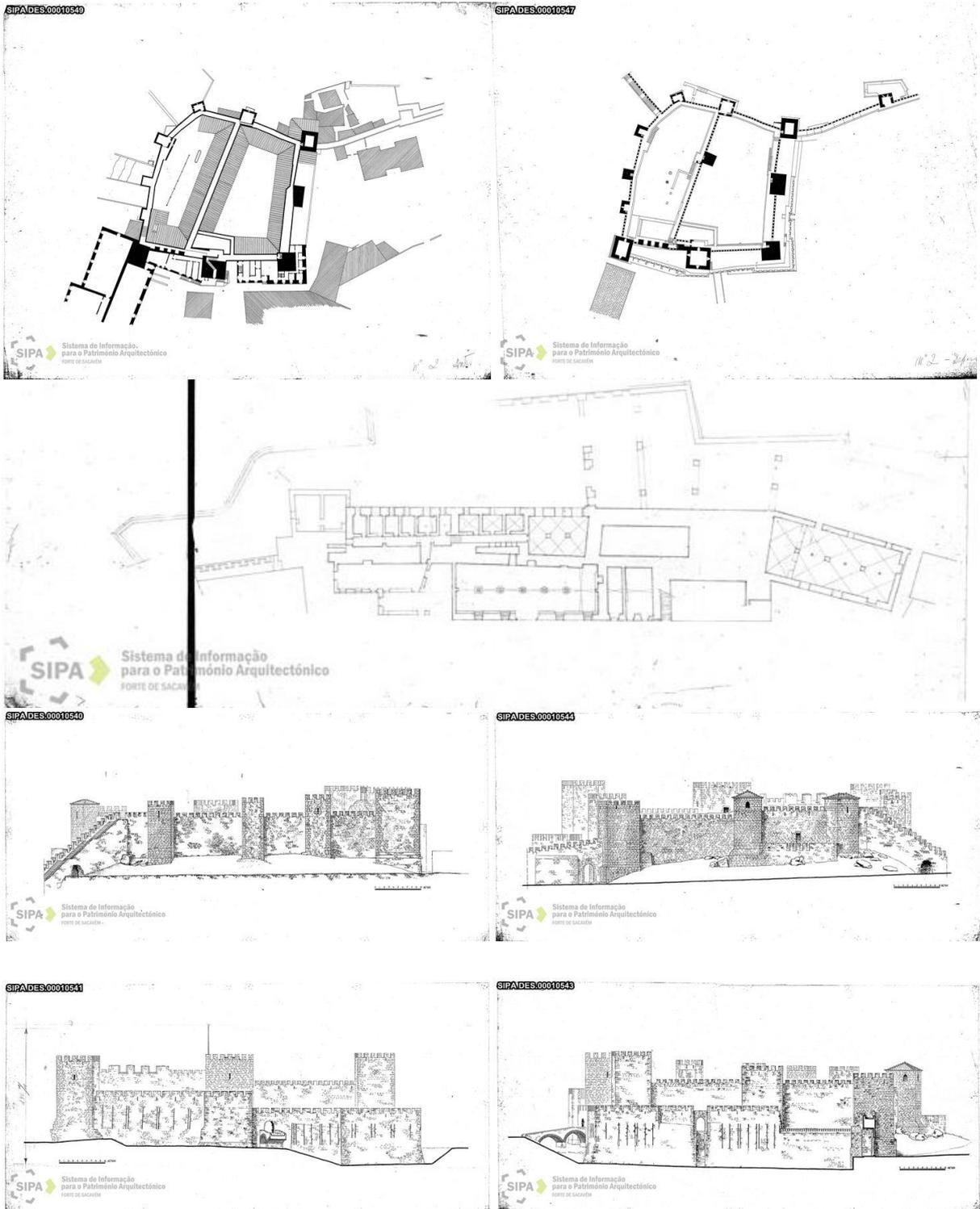


Fig. 124 - Planta do castelejo ao nível dos adarves antes das obras (SIPA).

Fig. 125 - Planta do Castelejo ao nível dos adarves depois das obras (SIPA).

Fig. 126 - Planta dos edifícios do Paço Real da Alcáçova depois das obras (SIPA).

Fig. 127 - Alçado poente depois das obras (SIPA).

Fig. 128 - Alçado norte depois das obras (SIPA).

Fig. 129 - Alçado sul depois das obras (SIPA).

Fig. 130 - Alçado nascente depois das obras (SIPA).

2 Desenhos técnicos - Adaptação da Casa do Leão a restaurante – 1952

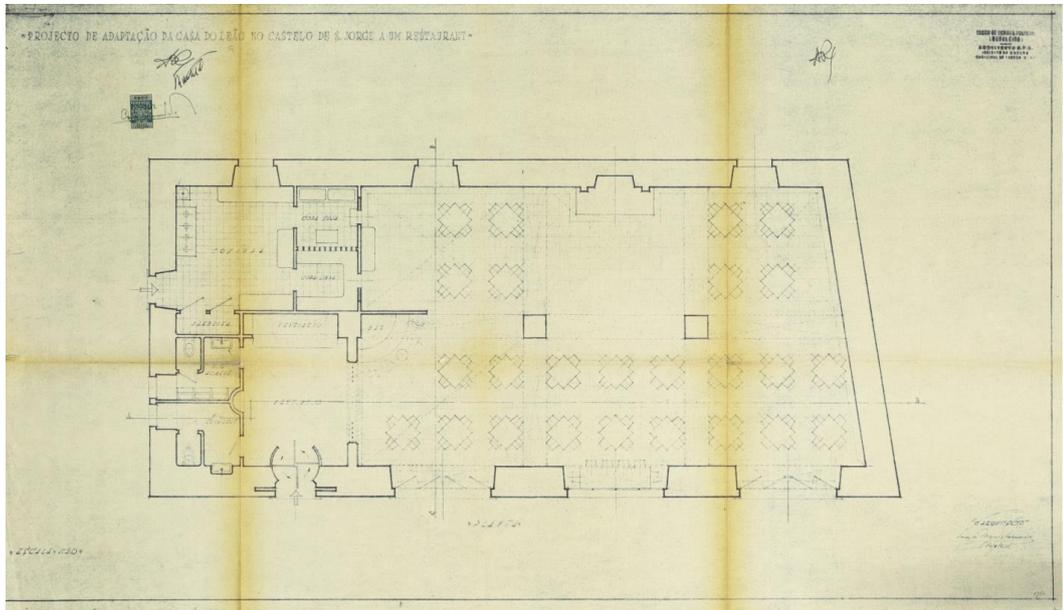
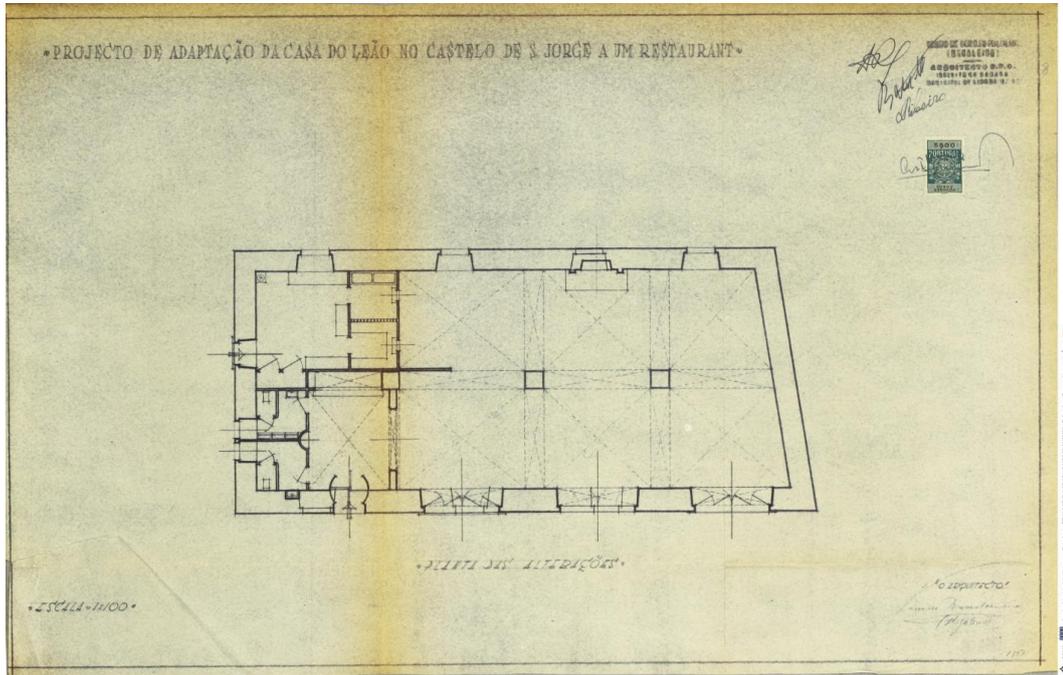


Fig. 131 – Projecto de adaptação da Casa do Leão a restaurante – Planta de alterações (AML).  
 Fig. 132 – Projecto de adaptação da Casa do Leão a restaurante – Planta (AML).

### 3 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – 1995



Fig. 133 - Planta do Estado de Conservação do Edificado (CML, 1995, p.5).

Fig. 134 - Planta n.º de Pisos (CML, 1995, p.5).

Planta-proposta da Rede Viária



Planta – reordenamento dos espaços exteriores

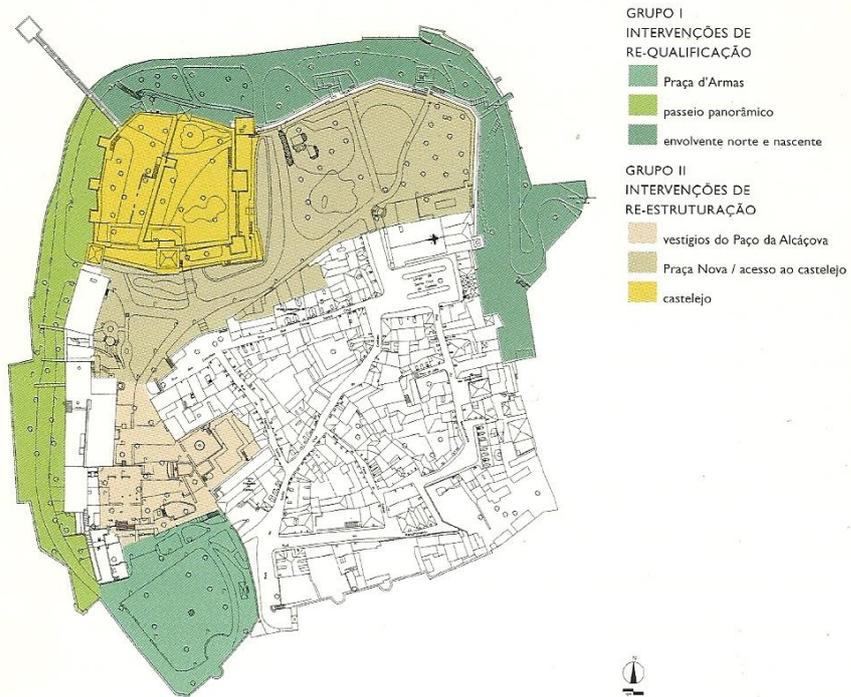


Fig. 135 - Planta-proposta da rede viária (CML, 1995, p.14).

Fig. 136 - Planta - reordenamento dos espaços exteriores (CML, 1995, p.14).

#### 4 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa – CICL – Olisipónia - 1997 – 1998

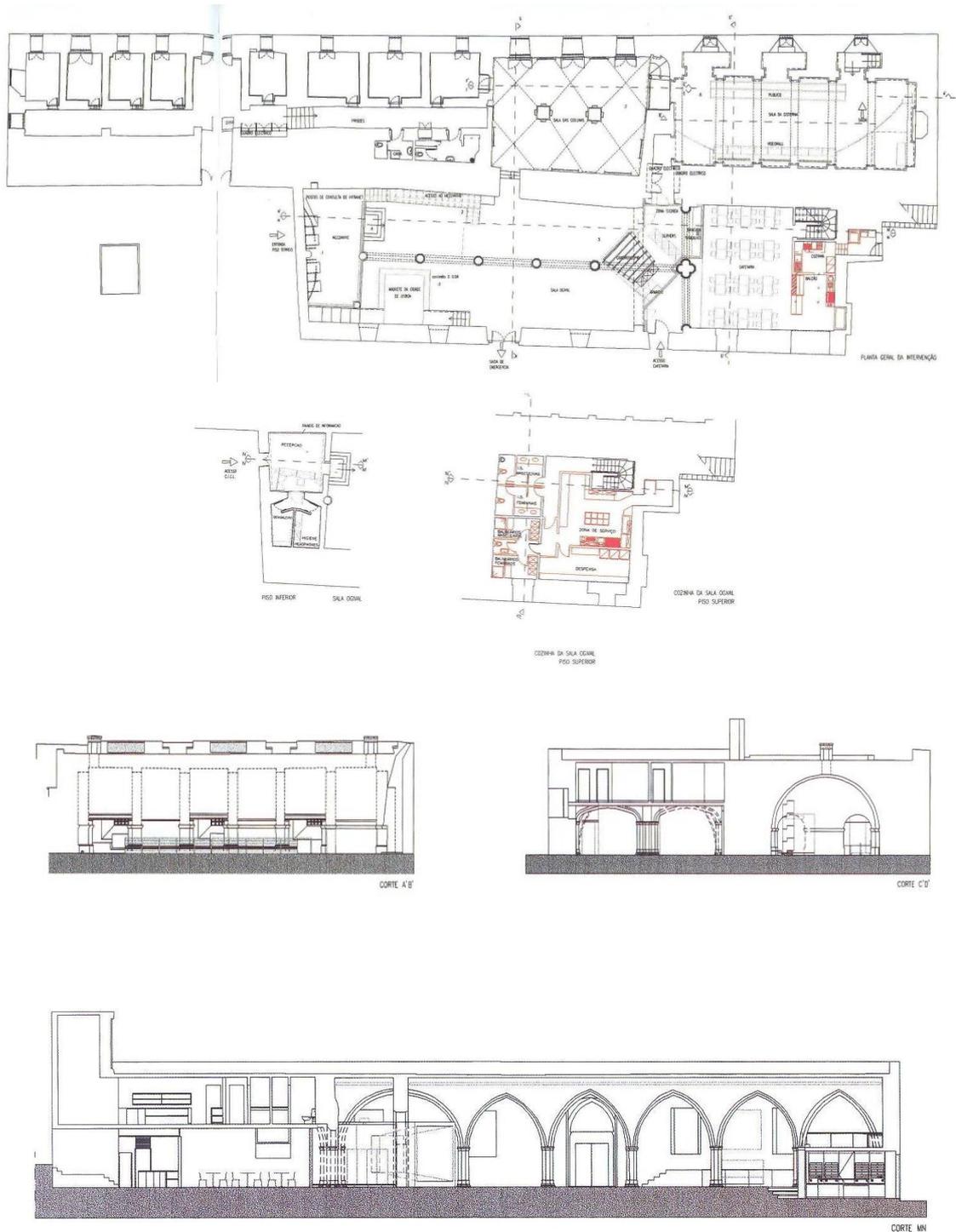


Fig. 137 - Sala Ogival - Planta geral da intervenção (Architécti, 2000, p.63).

Fig. 138 - Sala Ogival - Planta do piso inferior e superior (Architécti, 2000, p.63).

Fig. 139 - Corte A' B' (Architécti, 2000, p.64).

Fig. 140 - Corte C'D' (Architécti, 2000, p.64).

Fig. 141 - Corte MN (Architécti, 2000, p.65).

## 5 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Torre de Ulisses – Periscópio ou Câmara Escura - 1997 – 1998

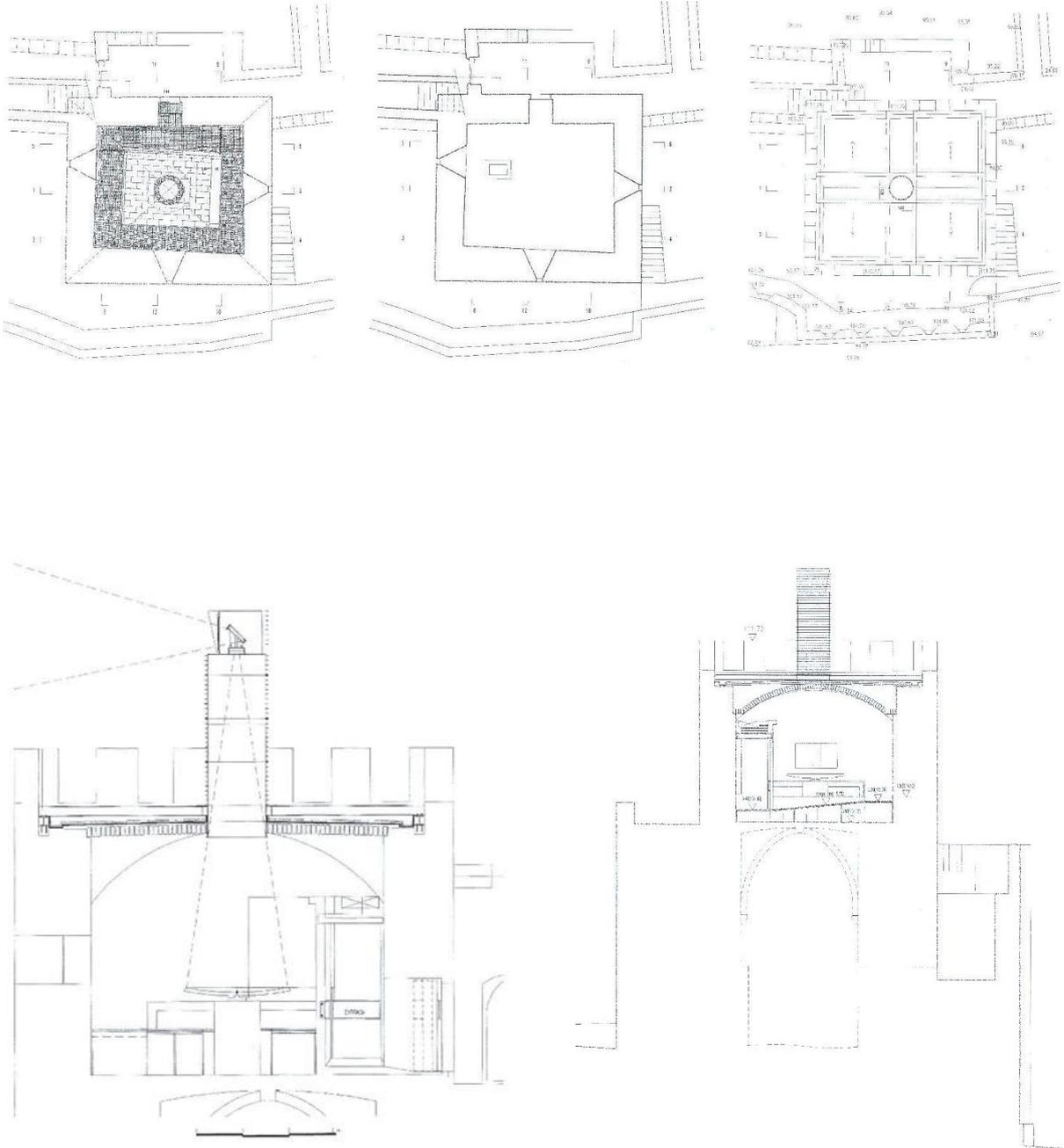


Fig. 142 - Torre Ulisses - Planta (Architécti, 2000, p.53).

Fig. 143 - Torre de Ulisses - Planta (Architécti, 2000, p.53).

Fig. 144- Torre de Ulisses - Planta (Architécti, 2000, p.53).

Fig. 145 - Torre de Ulisses - Corte (Architécti, 2000, p. 54).

Fig. 146 - Torre de Ulisses - Corte (Architécti, 2000, p.54).

### 6 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Ponte da Barbacã

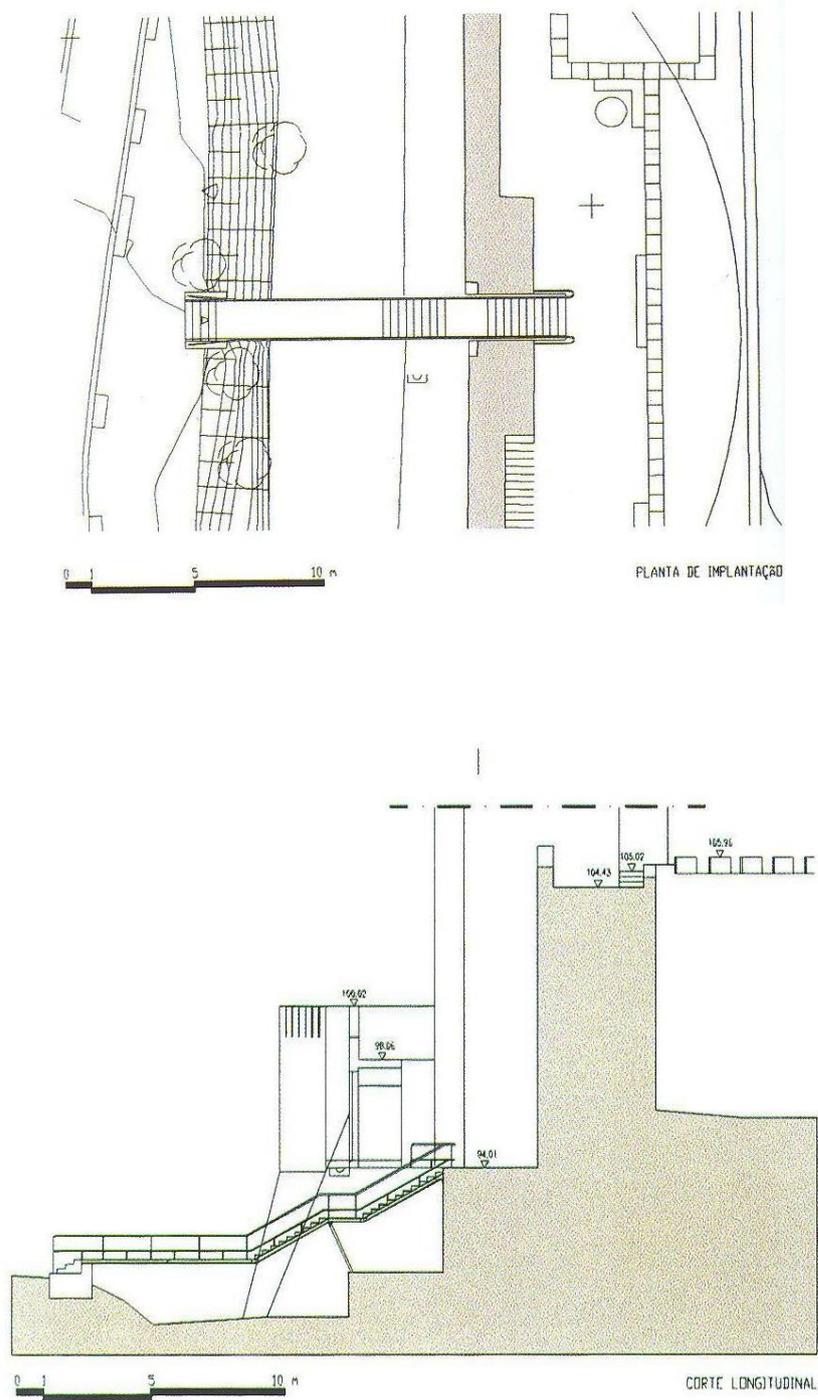


Fig. 147 - Planta de implantação (Architècti, 2000, p.41).

Fig. 148 - Corte longitudinal (Architècti, 2000, p. 43).

7 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Instalações Sanitárias

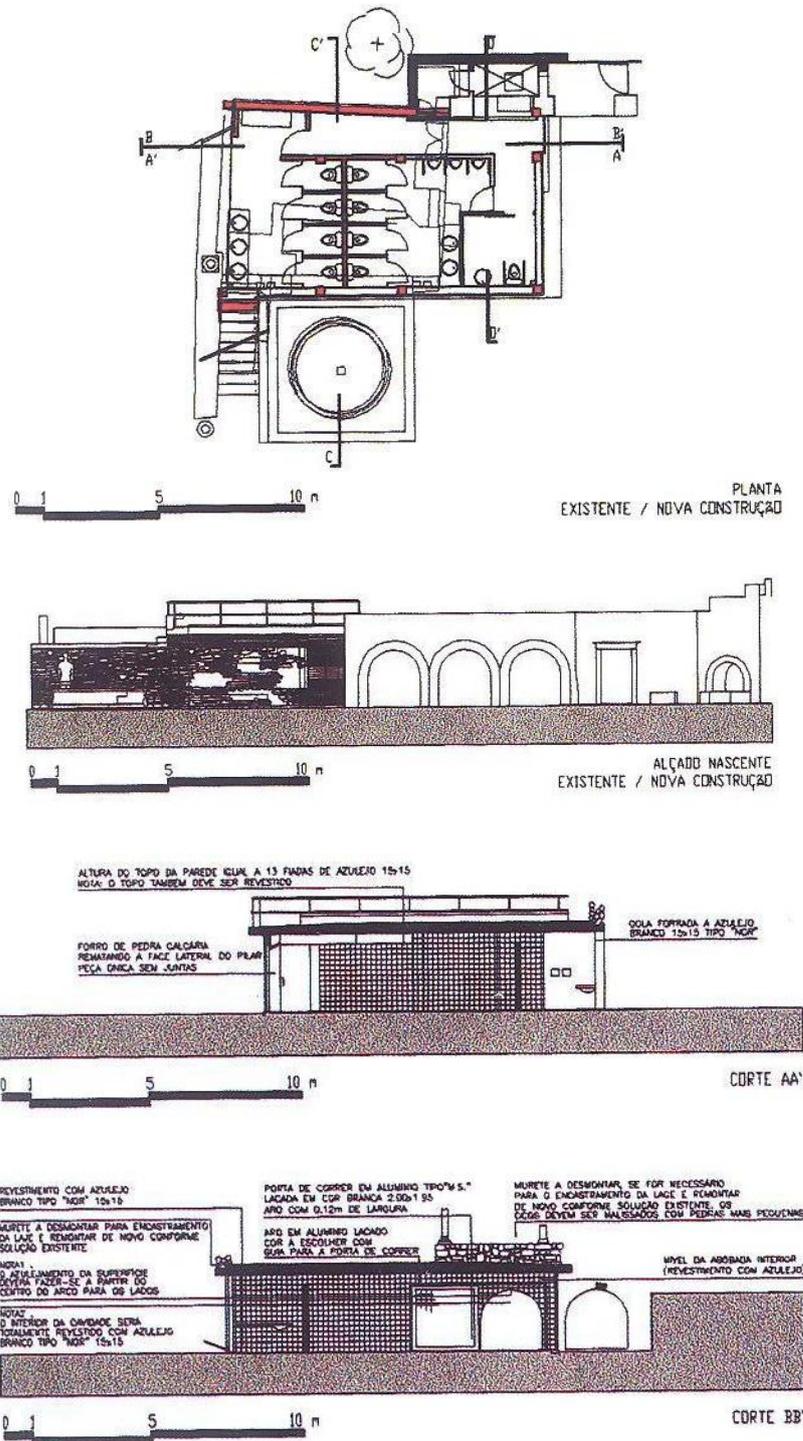


Fig. 149 - Planta existente/Nova construção (Architècti, 2000, p.49).

Fig. 150 – Alçado Nascente existente/ Nova construção (Architècti, 2000, p.49).

Fig. 151 – Corte AA' (Architècti, 2000, p.49).

Fig. 152 - Corte BB' (Architècti, 2000, p.49).

## 8 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Requalificação do troço do Caminho de Ronda Sul/Nascente e Centro de Interpretação do Caminho de Ronda - 1997 – 2001

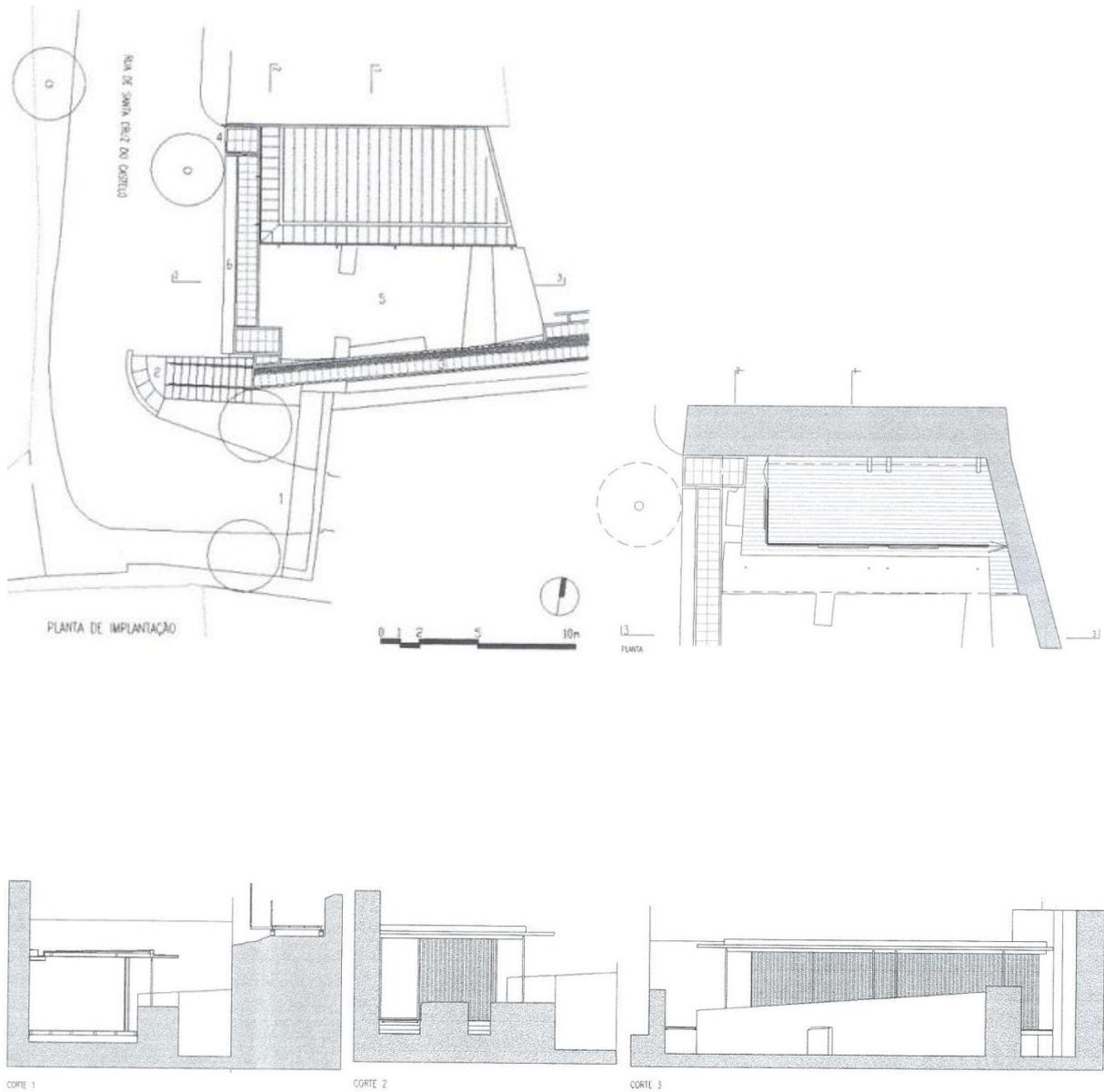


Fig. 153 - Planta de implantação (Architécti, 2000, p.82).

Fig. 154 - Planta (Architécti, 2000, p.82).

Fig. 155 - Corte 1 (Architécti, 2000, p.84).

Fig. 156 - Corte 2 (Architécti, 2000, p.84).

Fig. 157 - Corte 3 (Architécti, 2000, p.84).

## 9 Desenhos técnicos - Projecto Integrado do Castelo – PIC – Reabilitação e reconversão da antiga Casa do Governador do Castelo - 1998 – 1999

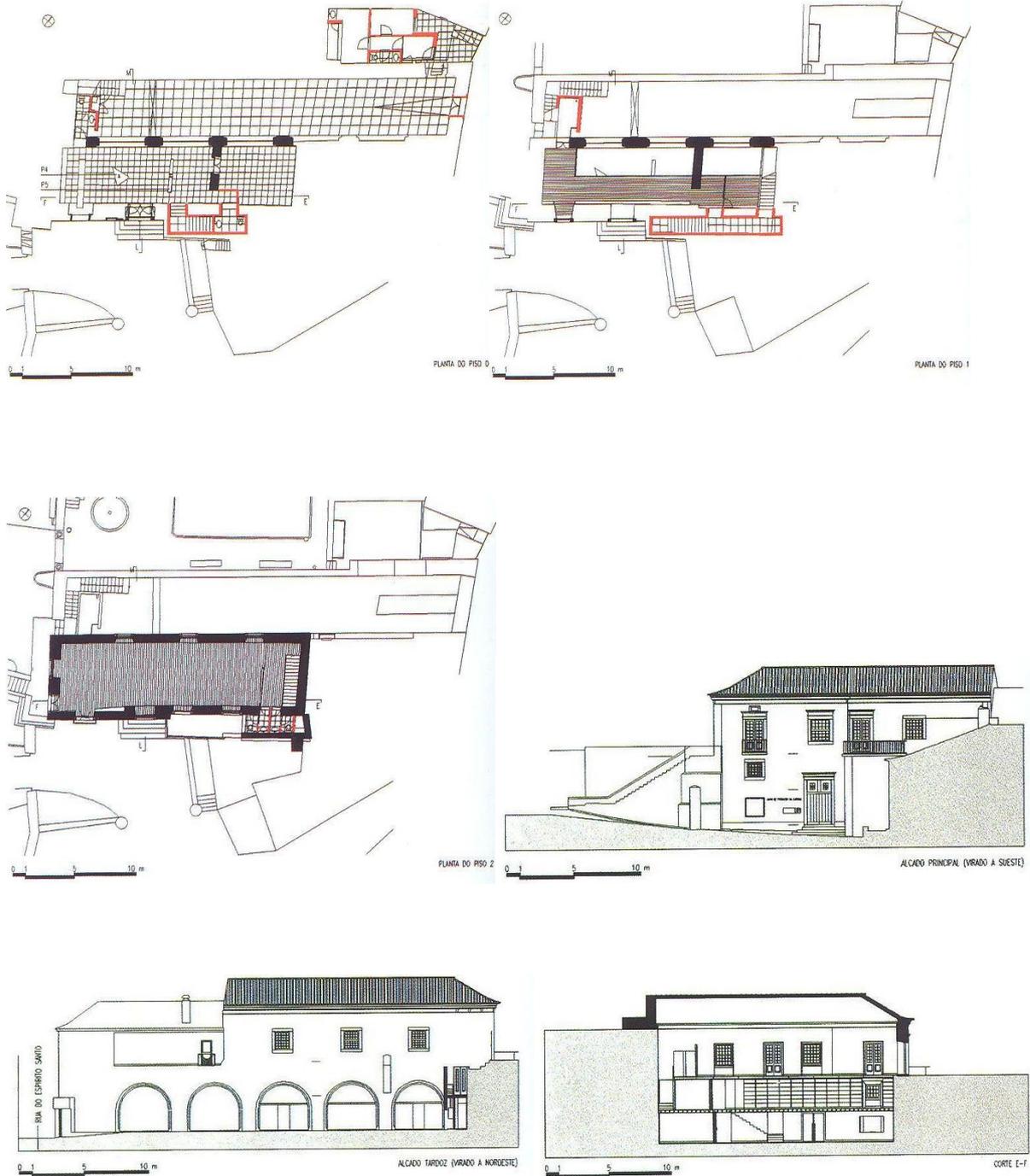


Fig. 158 – Planta do piso 0 (Architécti, 2000, p.67).

Fig. 159 - Planta do piso 1 (Architécti, 2000, p.67).

Fig. 160 - Planta do piso 2 (Architécti, 2000, p.67).

Fig. 161 - Alçado principal - Virado a Sudeste (Architécti, 2000, p.69).

Fig. 162 - Alçado tardoz - Virado a Nordeste (Architécti, 2000, p.69).

Fig. 163 – Corte E-F (Architécti, 2000, p.69).

## 10 Desenhos técnicos - Núcleo Arqueológico do Castelo 2008 – 2010

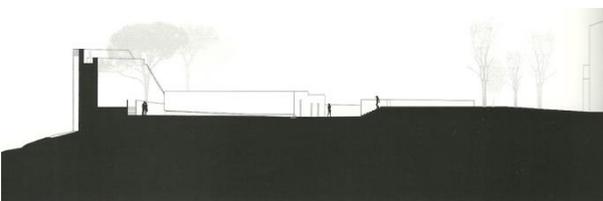
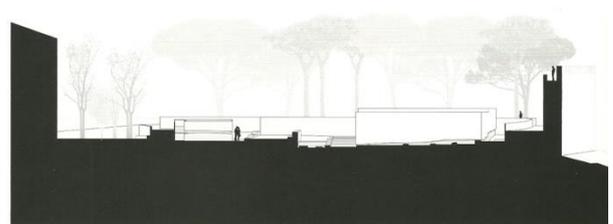
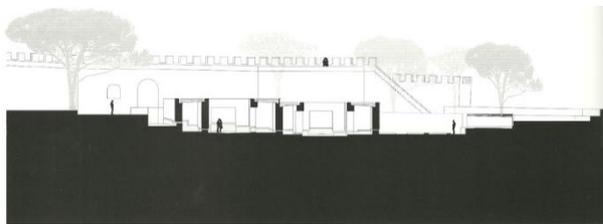
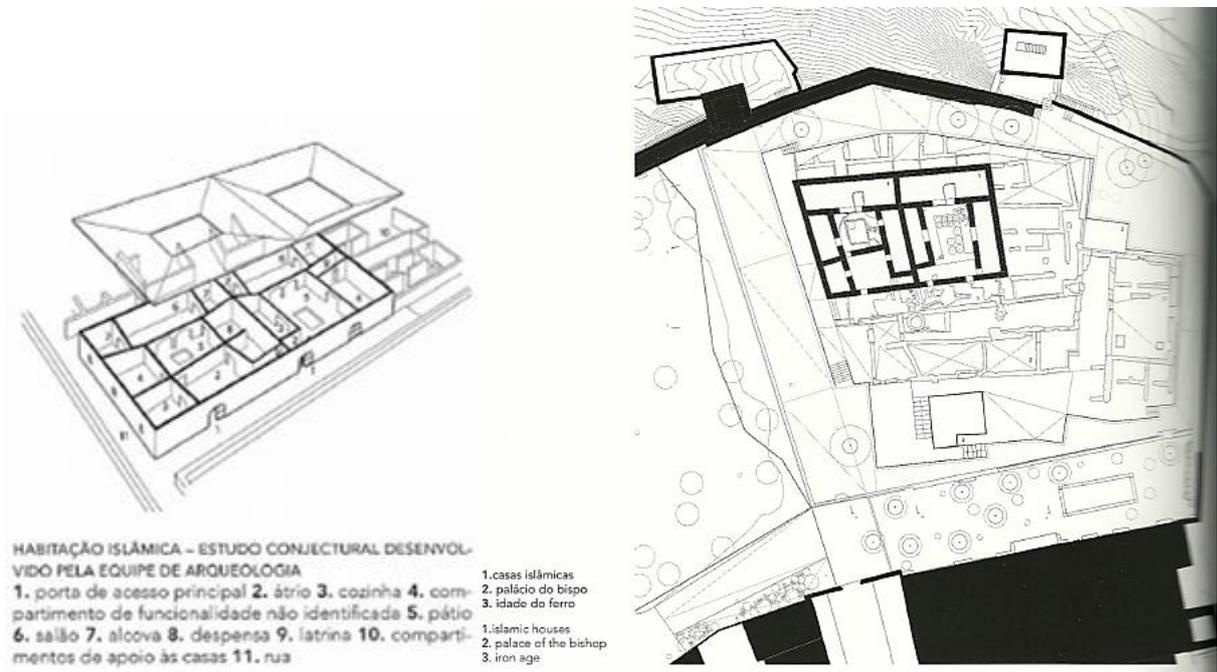


Fig. 164 - Habitação islâmica - Estudo conjectural desenvolvido pela equipa de arqueologia (Arquitectura Ibérica, 2011, p.26).

Fig. 165 – Planta do piso 0 e 1 (Arquitectura Ibérica, 2011, p.26).

Fig. 166 - Corte (Arquitectura Ibérica, 2011, p.28).

Fig. 167 - Alçado Nascente (Arquitectura Ibérica, 2011, p.28).

Fig. 168 - Alçado Poente (Arquitectura Ibérica, 2011, p.28).

